

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

**“GEOGRAFIA DO CRIME E CONTRIBUIÇÃO AO PLANEJAMENTO
SÓCIO - ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ-SP”**

Juliana Augusta Verona

Orientador: Prof. Dr Helmut Troppmair

Tese de Doutorado apresentada junto
ao Curso de Pós-Graduação em
Geografia - Área de Concentração em
Organização do Espaço, para obtenção
do Título de Doutor em Geografia

Rio Claro (SP)

2006

Comissão Examinadora

- aluno (a)-

Rio Claro, _____ de _____ de _____

Resultado:

Dedicatória



Esta imagem nos representa...a simplicidade e a verdadeira essência da vida...a interação entre os seres...o todo que se faz através das partes...

Dedico este trabalho à vocês dois, amores de minha vida...

Sempre estiveram ao meu lado...

Sempre participando das dificuldades e das conquistas!

Sem dúvida à você Ferdico, homem e companheiro de minha história...

Sem dúvida à você Beatriz, pedaço de mim e permanência de nossa história!

AMO VOCÊS! OBRIGADA

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Helmut Troppmair, pela orientação, pela confiança nesses anos de trabalho e, acima de tudo, pela paciência nos diversos momentos.

À Profa Dra Lucy Calderini Philadelpho Machado pelas contribuições valiosas durante a qualificação e por estar acessível a qualquer discussão relacionada a Geografia e a vida. Muito Obrigada.

Ao Prof. Dr. José Carlos de Godoy pelos comentários sobre o desenvolvimento de Tese Geográfica. Agradeço por ter me possibilitado o amadurecimento acadêmico.

À Profa Dra Solange Teresinha Guimarães pelas palavras sobre os diversos cenários da vida.

À Polícia Militar do Município de Jundiaí, em especial ao Major Vitor.

À Prefeitura de Jundiaí pelos dados fornecidos.

Aos funcionários da biblioteca e secretaria da pós-graduação/ IGCE, pelos bons serviços prestados e pela paciência em sempre me atender com atenção.

Ao Gilberto Henrique do Departamento de Geografia pela imensa contribuição no que se refere à melhoria da qualidade cartográfica.

Aos meus amores: Pedro e Vilma... Liu, Valéria, Viviane, Jane, Vitor, Tiago e Pedrinho... por existirem em minha vida sempre.

Aos meus sobrinhos amados: Ryan, Luisa e Vitor.

A Capes que proporcionou os recursos financeiros para realização da Tese.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

SUMÁRIO

| | |
|--|------|
| ÍNDICE | I |
| ÍNDICE DE TABELAS | IV |
| ÍNDICE DE FIGURAS E DIAGRAMAS | VI |
| ÍNDICE DE FOTOS | VII |
| RESUMO | VIII |
| ABSTRACT | IX |
| | |
| APRESENTAÇÃO | 1 |
| | |
| INTRODUÇÃO | 3 |
| | |
| CAPÍTULO I: REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO | 15 |
| | |
| CAPÍTULO II: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: o Município de Jundiaí-SP | 54 |
| | |
| CAPÍTULO III: CRIMINALIDADE EM JUNDIAÍ-SP | 85 |
| | |
| CAPÍTULO IV: PROPOSTAS QUE CONTRIBUEM AO PLANO DE GESTÃO URBANO NA SEGURANÇA PÚBLICA DE JUNDIAÍ | 114 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 123 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 134 |
| | |
| ANEXOS | 143 |

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 1 |
| INTRODUÇÃO | 3 |
| <i>Metodologia do Estudo</i> | 9 |
| <i>Objetivos da Pesquisa</i> | 9 |
| Objetivos Gerais | 9 |
| Objetivos Específicos | 10 |
| Universo de Estudo | 11 |
| Fontes de Dados | 11 |
| Definição de Indicadores | 12 |
| a) Indicadores de Criminalidade | 12 |
| b) Indicadores Socioeconômicos | 12 |
| Análise da satisfação dos moradores | 13 |
| | |
| CAPÍTULO I: EMBASAMENTO TEÓRICO | 15 |
| 1.1- A Urbanização e a Criminalidade | 15 |
| 1.2- Análise Ambiental e Qualidade de Vida | 20 |
| 1.3- Geografia do Crime Urbano | 33 |
| 1.3.1- Sobre a Definição de Crime | 37 |
| a) Deterministas | 38 |
| b) Sócio-históricas: culturais, econômicas e espaciais | 39 |
| 1.4- Sociedade do Medo e Uso do Território | 42 |

| | |
|--|-----------|
| 1.5- Problemática da Inter-relação de Dados Sócio-econômicos e Criminalidade | 48 |
| CAPÍTULO II: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: o Município de Jundiaí-SP | 54 |
| 2.1- Características Geo-Ambientais | 54 |
| 2.1.1- Um Oceano de Vida na Serra do Japi | 54 |
| 2.2- Histórico de Jundiaí: ocupação humana e ciclos econômicos | 58 |
| 2.3- Jundiaí e Região: localização e importância econômica atual | 64 |
| 2.4- Jundiaí e Estado de São Paulo: Ranking de Criminalidade | 65 |
| 2.4.1- A Problemática dos Dados sobre Criminalidade Urbana | 84 |
| CAPÍTULO III: CRIMINALIDADE EM JUNDIAÍ-SP | 85 |
| 3.1- Índices de Criminalidade | 85 |
| 3.1.1- Análise de Gráficos e Espacialidades dos Índices de Roubos e Furtos de Veículos, Roubos Diversos (exceção veículos), Homicídios e Tráfico de Entorpecentes em Jundiaí (SP), 2003/2004 | 88 |
| 3.2- Dados Sócio- econômicos de Jundiaí (SP) | 101 |
| 3.2.1- Análise de gráficos e espacialidades dos índices de renda e grau de instrução dos responsáveis dos domicílios por bairros | 101 |
| 3.3- Levantamento de Indicadores Urbanos relacionados aos Dados Sócio- econômicos e Criminalidade nos Bairros de Jundiaí-SP | 109 |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO IV: PROPOSTAS QUE CONTRIBUEM AO PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ NO QUE SE REFERE À CRIMINALIDADE URBANA | 114 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 123 |
| REFERÊNCIAS | 134 |
| ANEXOS | 143 |
| ANEXO I: Modelo de Questionário | 143 |
| ANEXO II:Dados Sócio- Econômicos do Município de Jundiaí (SEADE, 2004) | 144 |
| ANEXO III:Dados sobre Renda e Instrução por bairros do Município de Jundiaí-SP (IBGE, 2002) | 147 |
| ANEXO IV: Galeria de Fotos do Município de Jundiaí-SP | 149 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| 1. Principais indicadores utilizados em estudos sociológico em violência urbana, adaptado da revisão de Strohmeier (1998) | 35 |
| 2. Índice de Criminalidade 2002/2003 | 69 |
| 3. . Homicídios por Município- 2002/2003 | 72 |
| 4. Roubos e Furtos Diversos (exceção veículos) – 2002/2003 | 76 |
| 5. Roubos e Furtos de Veículos – 2002/2003 | 80 |
| 6. Principais indicadores urbanos distribuídos por bairros do Município de Jundiaí- SP | 112 |

ÍNDICE DE FIGURAS E DIAGRAMAS

| | |
|---|-----|
| 1. Figura 1: Localização do Município de Jundiaí-SP e Municípios Limites | 65 |
| 2. Figura 2: Mapa de Localização: Município de Jundiaí- SP | 66 |
| 3. Figura 3: Mapa Atual dos Bairros do Município de Jundiaí-SP | 87 |
| 4. Diagrama 4: Roubos de Veículos – 2003/2004-Jundiaí (SP) | 88 |
| 5. Figura 5:Roubos de Veículos no Município de Jundiaí (SP) 2003-2004 | 89 |
| 6. Diagrama 6: Furtos de Veículos - 2003/2004- Jundiaí (SP) | 90 |
| 7. Figura 7:Furtos de Veículos no Município de Jundiaí (SP) | 91 |
| 8. Diagrama 8: Roubos Diversos (exceção de veículos) -2003 / 2004 - Jundiaí(SP) | 92 |
| 9. Figura 9:Roubos diversos (exceção de veículos) 2003-2004/ Jundiaí (SP) | 93 |
| 10. Diagrama 10: Homicídios - 2003/2004 – Jundiaí (SP) | 94 |
| 11. Figura 11: Homicídios 2003-2004/ Jundiaí (SP) | 96 |
| 12. Diagrama 12: Tráfico de Entorpecentes - 2003/2004 – Jundiaí (SP) | 97 |
| 13. Figura 13: Tráfico de Entorpecentes 2003-2004/ Jundiaí (SP) | 98 |
| 14. Figura 14: Mapa dos bairros que apresentaram os maiores índices de criminalidade e maiores ocorrências de tráfico de entorpecentes e homicídios: “Fluxo de Criminalidade” no espaço urbano de Jundiaí- SP | 100 |
| 15. Figura 15: Bairros localizados na Zona I do Município de Jundiaí (SP) relacionada aos indicadores: renda e grau de instrução | 104 |

- 16.** Figura 16: Bairros localizados na Zona II do Município de Jundiaí (SP)
relacionada aos indicadores: renda e grau de instrução 105
- 17.** Figura 17: Bairros localizados na Zona III do Município de Jundiaí (SP)
relacionada aos indicadores: renda e grau de instrução 106
- 18.** Figura 18: Bairros localizados na Zona IV do Município de Jundiaí (SP)
relacionada aos indicadores renda e grau de instrução 117
- 19.** Figura 19: Bairros localizados na Zona V do Município de Jundiaí (SP)
relacionada aos indicadores renda e grau de instrução 108

ÍNDICE DE FOTOS

| | |
|---|------------|
| 1. Vista aérea do Município de Jundiaí-SP | 152 |
| 2. A Igreja Matriz do Município de Jundiaí- SP | 152 |
| 3. Teatro Polytheama | 153 |
| 4. Bela região dos “Mares de Morros” | 153 |
| 5. O brilho da cidade à noite | 154 |
| 6. Vila Nambi- Zona Leste do Município de Jundiaí | 155 |
| 7. Vila Nambi | 155 |
| 8. Bairro São Camilo- Zona Leste do Município de Jundiaí | 156 |
| 9. Bairro São Camilo | 156 |
| 10. Jardim Tamoio - Zona Leste do Município de Jundiaí | 157 |
| 11. Jardim Tamoio | 157 |

RESUMO

Um dos temas relevantes da atualidade é a qualidade de vida urbana que se destaca nos diversos setores sociais, políticos e econômicos. Há uma preocupação evidente em relação a essa temática, talvez por envolver diretamente a diversidade das pessoas e, justamente por isso, ser de difícil definição. No entanto, de modo geral, tanto a população favorecida pela boa qualidade ambiental como a população não favorecida, apresentam indicador comum que afeta diretamente a qualidade de vida: o medo da criminalidade urbana. Esta Tese, intitulada “Geografia do Crime e Contribuição ao Planejamento Sócio- espacial do Município de Jundiaí-SP”, procura espacializar por bairro as diferentes categorias de crimes (furtos e roubos de veículos; roubos diversos - exceção de veículos; tráfico de entorpecentes e homicídio), relacionando-as a dados sócio-econômicos (anos de estudo e renda) e equipamentos urbanos relacionados à integração social e lazer, bem como saúde e estrutura etária, indicando assim, a real preocupação da degradação da qualidade de vida nestes espaços e possibilitando a elaboração de propostas viáveis ao planejamento urbano através de ações que permitam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos que vivem no Município de Jundiaí-SP, principalmente no que diz respeito à segurança pública. A principal razão que motivou a abordagem desta temática foi à preocupação com o que está ocorrendo de um modo geral em toda a sociedade, e de modo particular em Jundiaí, principalmente quando se percebe o aumento das taxas criminais, levantando incertezas quanto às perspectivas futuras. Analisar o impacto desse fenômeno, avaliar as suas repercussões em toda a estrutura social e a qualidade que a sua ausência implica no município, seria um trabalho de interesse indiscutível. Contudo, para melhor o compreender é inevitável conhecer os conceitos e a evolução que a ele estão associados, o papel do ambiente urbano e as características que estão associadas à realidade criminal, bem como detectar os principais problemas que daí decorre. Na realização da Tese em análise foram evidenciadas algumas das condições necessárias para uma melhoria na qualidade de vida das pessoas que residem em Jundiaí, contribuindo assim para um melhor incentivo de prevenção e combate à criminalidade e mais especificamente em áreas urbanas, possibilitando a realização do planejamento urbano e levando em consideração as possíveis origens da criminalidade e não somente o olhar para ela mesma. Os dados de criminalidade referentes ao Município de Jundiaí foram obtidos a partir da análise de Boletins de Ocorrências no 11º Batalhão da Polícia Militar do Município de Jundiaí, assim como com o Departamento da Polícia Civil do mesmo município. Além disso, realizou-se pesquisa de aplicação de questionários abertos para se obter dados sobre os níveis de satisfação da população no que se refere a segurança pública, dados estes que também contribuíram para a elaboração de propostas de planejamento sobre segurança pública em Jundiaí, como também material levantado diretamente com a Prefeitura do Município e IBGE-SP.

Palavras-chave: Criminalidade Urbana; Geografia do Crime; Análise Ambiental; Planejamento Urbano.

ABSTRACT

One of the relevant subjects of the actuality is the urban quality life that becomes evident in the diverse sectors as well social, economic and politicians. There is an evident concern in relation to this thematic, perhaps for directly involving the people diversity it is a difficult definition. Whatever, in general as much the supported population for good quality ambient and as the not supported population establish a common indicator that affects directly the quality of life: the fear of urban criminality. This Thesis entitled “Geography of the Crime and Contribution to the Planning Social-Space in the City of Jundiaí (SP)”, try to do a Spatial Distribution for the different crimes categories by district (stealing and vehicles robberies; diverse robberies – exception of vehicles; narcotics traffic and homicide). In addition, connecting it to the social-economic information (years of study and income), urban equipment related to the social integration and leisure. As well as health and structure of the population age, indicating the real concern of the quality life degradation in theses spaces and making possible the elaboration of the viable proposals to the urban planning through the actions that allow improving the quality life of the citizens who live in the City of Jundiaí (SP). The main reason that motivated the boarding of this thematic was the concern with what is in general occurring in all society and in the particular way in Jundiaí, when we noted the taxes criminal increasing, raising uncertainties whatever the future perspectives. To analyze the impact of this phenomenon, to evaluate its repercussions in all the social structure and the quality that yours privation implies in the city, would be a work of unquestionable interest. However, the best way to understanding it is inevitable to know the idea and the evolution that are associates to them, the role of the urban environment and the characteristics who are associates to the criminal reality, as well to detect the main problem. In the accomplishment of the Thesis, some of the necessary conditions for an improvement in the quality of life of the people who live in Jundiaí had evidenced, contributing as well for the best incentive of prevention and combat to the criminality. More specific in urban areas making possible the accomplishment of the urban planning and considering the possible origins of crime and not only the look for them itself. The referring information of crime to the City of Jundiaí had gotten from the Bulletin of Occurrences in 110. Battalion of Military Policy and with the Department of the Civil Policy of the City of Jundiaí. Moreover, sample research fulfill to obtain the information of the level population satisfaction for the public security, these information’s had also contributed for the elaboration of planning proposal about public security in Jundiaí as also material raised with the City hall and IBGE-SP.

Key words: Urban Crime; Geography of the Crime; Ambient analysis; Urban Planning

APRESENTAÇÃO

Este estudo é resultado de inúmeras indagações realizadas desde o início de 2003 até os dias atuais. Reflete a necessidade urgente de se propor novas alternativas para solucionar problemas da “sociedade do medo”, que se moldou não mais da falsa criminalidade relacionada à “indústria do crime” a que foi criada, mas de dados que revelam o aumento crescente dos índices criminais levantados em Jundiaí-SP. Experiência à vontade de fazer valer o planejamento urbano com análises da organização do espaço que a Geografia tem tanto a contribuir.

Assim, apresento esta Tese como fruto de reflexões realizadas em contato direto com os órgãos responsáveis com a segurança pública (polícia militar e polícia civil), como também da experiência direta de ter familiares na polícia militar e, ao mesmo tempo, pelo fato de conviver com diferentes grupos de pessoas que sofreram com a criminalidade urbana e, ainda sofrem, independente dos espaços geográficos em que convivem.

Vale ressaltar que apesar de ter analisado o crime em Jundiaí (escala municipal) o problema é amplo, pois funciona sob forma de rede em escala estadual, nacional e mundial. O problema da criminalidade se acentuou nos últimos anos, mas vem de longa data, ligado aos diversos acontecimentos (políticas econômicas e sociais). Assim, o problema também é estudado por outras ciências.

Também se revela aqui, a dificuldade em se conseguir dados sobre a criminalidade (em grande parte pelo medo da própria população em revelar, pois esta supõe represálias), evidencia a falta de envolvimento de toda a sociedade, principalmente quando se sabe que não se trata de estereotipar o criminoso, mas

algumas alternativas são propostas com a finalidade de melhorar a qualidade de vida de toda a população e, conseqüentemente, acreditamos que os números que demonstram a alta criminalidade no espaço urbano de Jundiaí irão reduzir significativamente.

INTRODUÇÃO

*“Jamais se deve confundir uma cidade.
com o discurso que a descreve”
Ítalo Calvino*

Um dos temas relevantes da atualidade é a qualidade de vida urbana que se destaca nos diversos setores sociais, políticos e econômicos. Há uma preocupação evidente em relação a essa temática, talvez por envolver diretamente a diversidade das pessoas e, justamente por isso, ser de difícil definição. No entanto, de modo geral, tanto a população favorecida pela boa qualidade ambiental como a população não favorecida, apresentam indicador comum que afeta diretamente a qualidade de vida: o medo da criminalidade urbana.

Através da mídia - jornais, revistas e noticiários (apesar dos enfoques usualmente sensacionalistas e direcionados) e de dados divulgados em relatórios governamentais e científicos, percebe-se um aumento acentuado, em escala mundial e local, da violência e da criminalidade. A situação de violência em que se encontra o mundo moderno há muito não é mais privilégio apenas dos grandes centros. No mais longínquo dos lugares têm-se notícias de atos de violência, dadas às proporções, obviamente, das condições de vida, diferenças de oportunidades e, principalmente do distanciamento entre as pessoas - condições muito propícias para o desenvolvimento deste estado caótico a que temos inevitavelmente nos habituado.

Como evidencia Felix (2001):

Viver em algum lugar sem notícia alguma de violência parece impossível. Estamos inseridos num contexto em que situações cada vez mais graves de violência vêm sendo banalizadas, situações estas intrínsecas ao desenvolvimento e modernização da sociedade, que por sua vez reforça cada vez mais intensamente as diferenças sociais, gerando vários espaços de segregação, desencadeando um processo de violência também cada vez mais grave”.

Percebe-se, que a violência urbana, de modo geral, vem aumentando em todos os lugares e obedece a uma distribuição fortemente desigual. Souza (2004) do Núcleo de Estudos da Violência/ USP, considera que embora a violência esteja aumentando nos últimos dezessete anos, ela é desigual e percorre a linha que separa a região entre aquelas áreas que são beneficiadas pelo poder público e pelo capital privado e aquelas que são consideradas “excluídas”.

Neves (2002) considera que o crescimento da violência e da criminalidade urbana nos últimos anos, impulsionado por fatores sincrônicos que encontram suas raízes na problemática sócio-econômica e no contexto histórico/ cultural, associado à falência dos modelos tradicionais adotados pelos sucessivos governos na tentativa de conter e reprimir ações criminosas, que via de regra mostram-se ineficientes, têm gerado amplo sentimento de descrença na capacidade das instituições públicas de reter o crescimento da violência e da criminalidade e levado a Segurança Pública a tornar-se um dos assuntos de maior repercussão midiática no País. Entretanto, a ampla mediatização desse tema leva como resultado negativo um aumento generalizado do sentimento de insegurança na população. Essa mediatização da Segurança Pública leva como aspecto positivo a participação da sociedade civil nos debates sobre o tema, onde a problematização do papel desempenhado pelas organizações policiais tem sido uma das principais pautas.

Sobre a violência urbana Zaluar (1999, p.28) esclarece:

Violência vem do latim *violentia* que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar o ato como violento percepção essa que varia cultural e historicamente.

No que se refere à criminalidade Córdia, N. et al (2003, p.1) destaca:

Crime é um conceito jurídico. Diz respeito à violência codificada nas leis penais. Na legislação penal brasileira os crimes estão classificados em crimes contra a pessoa (que inclui o homicídio e suas tentativas), crimes contra o patrimônio (que inclui roubos, furtos, extorsão mediante seqüestro, entre outros), crimes contra a incolumidade pública (entre os quais, aqueles que atentam contra a saúde pública como o consumo e tráfico de drogas), etc. Sabe-se, porém, que nem todo fenômeno, socialmente percebido como violento é categorizado como crime, não encontram adequado enquadramento na legislação penal correspondente.

Nosso estudo, intitulado “Geografia do Crime e Contribuição ao Planejamento Sócio-Espacial do Município de Jundiaí-SP”, procura espacializar as diferentes categorias de crimes por bairros, relacionando-os aos dados sócio-econômicos e indicadores urbanos como espaços de integração social e lazer, bem como saúde e estrutura etária, indicando assim, a preocupação entre a degradação da qualidade de vida nestes espaços e buscando elencar propostas viáveis a gestão do espaço urbano em Jundiaí-SP.

Aspecto de relevância incontestável é notar que a população, independente de ter sofrido algum tipo de crime ou não, ter alta renda ou não, vive em constante medo em relação à segurança pública. Vale ressaltar que é nas falas do dia-a-dia da população que as opiniões são construídas pelas percepções, em outras palavras, quando se fala do crime, este não se expressa por si só como também interfere na produção do espaço através do medo.

Caldeira (2001, p.27) revela que:

O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros. A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seus universos de interações sociais

que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros. A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringe seu universo de interações.

A principal razão que motivou a abordagem desta temática foi a preocupação com o que está ocorrendo de um modo geral em toda a sociedade e de modo particular em Jundiaí, principalmente quando se percebe o aumento das taxas criminais, levantando incertezas quanto às perspectivas futuras. Analisar o impacto desse fenômeno, avaliar as suas repercussões em toda a estrutura social e a qualidade que a sua ausência implica no município, seria um trabalho de interesse indiscutível. Contudo, para melhor o compreender é inevitável conhecer os conceitos e a evolução que a ele estão associados, o papel do ambiente urbano e as características que estão associadas à realidade criminal, bem como detectar os principais problemas que daí decorrem.

Na realização da Tese em análise foram evidenciadas algumas das condições necessárias para uma melhoria na qualidade de vida das pessoas que residem em Jundiaí, contribuindo assim para um melhor incentivo de prevenção e combate à criminalidade e mais especificamente em áreas urbanas, possibilitando a realização do planejamento urbano e levando em consideração as possíveis origens da criminalidade e não somente o olhar para ela mesma.

Carquejo (1998) em estudo que realiza a criminalidade urbana na sociedade portuguesa conclui que a organização espacial é segregadora das funções urbanas e acredita que um dos grandes objetivos do urbanismo contemporâneo é fazer conviver toda a estrutura física e social de uma “urbe”, os novos conceitos utilizados como, unir espaços, espaços de convivência e vizinhança

e intervenção comunitária, conduzem a um maior dinamismo urbano e poderão particularmente influenciar a segurança favorecendo a coesão e a correspondente redução da criminalidade. Destaca-se aqui este autor, por apresentar reflexões sobre as possíveis origens da criminalidade urbana e, sobretudo, de estabelecer propostas para o planejamento urbano no que se refere à temática em questão e que no referencial bibliográfico trataremos com maiores detalhes.

A Tese proposta dividiu-se em quatro capítulos: Introdução, Referencial Bibliográfico, Caracterização da Área de Estudo, Criminalidade em Jundiaí e Propostas ao Planejamento Sócio-espacial de Jundiaí no que se refere à Criminalidade Urbana; e Considerações Finais.

O primeiro capítulo se preocupou em elencar os autores que apresentaram as idéias que proporcionaram a possibilidade de argumentação sobre a temática estudada; nesta etapa o levantamento e fichamento bibliográfico realizados foram os passos principais para envolvimento e aprimoramento do tema.

O segundo capítulo buscou localizar e caracterizar o Município de Jundiaí nos seus aspectos históricos, sua importância diante da região de governo que está inserida, como também sua situação em relação aos Municípios economicamente mais importantes do Estado de São Paulo no que se referem à criminalidade, as fontes principais foram dados provenientes da Prefeitura de Jundiaí e bibliografias diversas.

O terceiro capítulo destaca a criminalidade no Município de Jundiaí dando ênfase à distribuição espacial por bairros dos índices de criminalidade propostos (roubos e furtos de veículos; roubos diversos – exceção aos de veículos; homicídios; tráfico de entorpecentes), como também espacializa por bairros dados sócio-

econômicos (renda e instrução), buscando evidenciar os bairros que apresentam maiores índices de criminalidade e quais as relações existentes entre a localização e a existência de crimes, além do levantamento de dados referentes a estrutura etária, densidade demográfica, número de praças, locais de integração social (esporte e lazer), espaços culturais, postos de saúde, todos estes dados por bairros que foram disponibilizados pela Prefeitura no material conhecido por “Conheça seu Bairro-2004”; neste capítulo o 11º Batalhão da Polícia Militar, assim como o Departamento da Polícia Civil do Município de Jundiaí-SP, serviram como fontes principais através da análise de Boletins de Ocorrências do período de janeiro de 2003 a dezembro de 2004, assim como, dados sócio-econômicos setorizados fornecidos pelo IBGE-SP e Prefeitura de Jundiaí.

Finalizando, o quarto capítulo buscou elencar propostas de planejamento por bairros no que diz respeito à criminalidade no Município de Jundiaí e teve como fonte principal análise das sugestões extraídas dos questionários aplicados à população em diversos bairros do Município de Jundiaí e teve como foco principal à análise da satisfação desta população em relação à segurança pública.

Metodologia do Estudo

A idéia central deste estudo originou-se no decorrer das reuniões juntamente com o orientador Prof Dr Helmut Troppmair, conversas informais entre os membros da Polícia Militar do Município de Jundiaí e, sobretudo, visitas de campo ao espaço urbano de Jundiaí para perceber o lugar escolhido e realizar o levantamento de hipóteses possíveis através deste contato com o espaço concreto. Após a elaboração do projeto iniciamos o desenvolvimento da Tese.

Objetivos da Pesquisa

Objetivos Gerais

A Tese em questão se preocupa em: analisar a distribuição da criminalidade urbana (furtos e roubos de veículos; roubos diversos - exceção de veículos; tráfico de entorpecentes e homicídio), nos bairros do Município de Jundiaí (SP), relacionando-a aos indicadores sócio-econômicos (anos de estudo e renda) e espaços relacionados a integração social e lazer, bem como saúde e estrutura etária. A partir desta relação, elaborou propostas que orientam ao planejamento, através de ações que permitam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos que vivem no Município de Jundiaí-SP, principalmente no que diz respeito à segurança pública.

Como apresenta Santos (1999) em sua Dissertação sobre homicídios em Porto Alegre, em relação ao tema, pode-se observar que o problema da criminalidade urbana já não se restringe à esfera de cientistas, magistrados e

políticos. Para a autora, a dificuldade em lidar com um cotidiano em que os cidadãos estão expostos aos diversos aspectos da violência faz parte do dia-a-dia de uma pessoa comum, principalmente nas grandes capitais brasileiras e centros de urbanos, é comum que cada cidadão já tenha vivenciado, ou pelo menos, tenha alguma pessoa conhecida que já vivenciou, uma situação de violência”.

Destaca-se também que, através dos meios de comunicação, há uma constante referência a fatos violentos, que colaboram para criar uma cultura de insegurança e preocupação em todos cidadãos, que nem sempre é conduzida da melhor maneira, muitas vezes mais capaz de sedimentar crenças do que oferecer uma avaliação realmente crítica desta situação (GIACOMAZZI, 1997).

Objetivos Específicos

Elaboração de gráficos e mapas da criminalidade urbana que possam servir de apoio para planejamentos à Polícia Militar e Civil; visando a segurança pública.

Delimitar bairros no município conforme os índices de criminalidade, descrever o perfil socioeconômico (renda e instrução) dos grupos e relacioná-los com a distribuição dos equipamentos de infra-estrutura pública: escolas; praças; quadras esportivas; delegacias; e, postos de polícia.

Estabelecer relação entre os bairros com maiores índices de homicídios e tráfico de entorpecentes e as condições sócio-econômicas.

Identificar a quantidade de delegacias e postos de polícia por bairro.

Elaborar propostas de planejamento que sejam capazes de mudar positivamente o cenário da geografia do crime no município de Jundiaí.

Universo de Estudo

O município de Jundiaí – SP de acordo com o Censo Demográfico de 2000 está composto por 49 bairros e com população total de acordo com Fundação SEADE (2004) de 341.420 habitantes.

Fontes de Dados

Os dados utilizados nesta Tese foram obtidos:

- Dados socioeconômicos e demográficos: Dados do censo demográfico de 2000 e 2004 (Fundação SEADE);

- Infra-estrutura de serviços públicos (equipamentos urbanos): Dados de 2004 levantados junto a Prefeitura através do material “Conheça seu Bairro”; listas de endereços disponibilizadas pelas respectivas Secretarias da Prefeitura de Jundiaí. Como exemplo, as delegacias e postos de polícia, pela Polícia Militar e Polícia Civil, escolas pela Secretaria Municipal de Educação. As bases gráficas dos demais serviços foram organizadas pela autora e desenhadas pelo técnico do Departamento de Geografia da Unesp - Rio Claro, utilizando a base cartográfica fornecida pela prefeitura de Jundiaí;

- Base cartográfica: malha de bairros, extraídas do site oficial da Prefeitura de Jundiaí, em meio magnético;

- Criminalidade: Dados provenientes dos Boletins de Ocorrências levantados pela autora na Polícia Militar de Jundiaí e dados on-line da Polícia Civil;

- Dados sócio-econômicos tiveram como fonte o IBGE de São Paulo que enviou os dados setorizados por bairros do Município de Jundiaí;

- Propostas de planejamento: discussão realizada pela autora e orientador e análise das sugestões propostas pela população através de questionários aplicados diretamente.

Definição de Indicadores

a) Indicadores de Criminalidade

Os indicadores de criminalidade foram trabalhados a partir da localização por bairro da ocorrência que consta nos boletins de ocorrência. O mapeamento da localização dos índices elencados permite a visualização da distribuição dos eventos numa base cartográfica, onde cada bairro apresenta os tipos e a intensidade de crimes que mais ocorrem no lugar identificado.

Foram mapeados furtos e roubos de veículos, roubos diversos, tráfico de entorpecentes e homicídios.

Foi calculado o Índice de criminalidade a partir da maior ocorrência de crimes, como também a diversidade de criminalidade, desta forma, pudemos perceber a existência de rotas de crimes.

b) Indicadores Socioeconômicos

Utilizando-se dados do censo demográfico (IBGE, 2000) e da contagem populacional (SEADE, 2004), os setores censitários foram caracterizados segundo indicadores demográficos, de características da população (renda e escolaridade). A escolha destes indicadores foi baseada em características que têm sido utilizadas em outros estudos que correlacionam condições socioeconômicas e criminalidade,

discutidos no referencial bibliográfico. Além disso, através de dados sobre número de praças, áreas de integração social, espaços culturais, postos de saúde, densidade demográfica, estrutura etária etc, fornecidos pela Prefeitura, foi elaborada “Tabela – Resumo” contendo todos os bairros para que a relação entre crimes e dados sócio-econômicos pudesse colaborar para elaboração de propostas que estejam mais próximas possíveis da realidade de cada bairro.

Análise da satisfação dos moradores

Tendo como universo de análise pessoas que vivem em bairros com poder aquisitivo elevado e pessoas que vivem em bairros com maior concentração de baixa renda, aplicamos cerca de duzentos questionários (Modelo em ANEXO I). Responderam estes questionários pessoas maiores de dezessete anos, concluintes do terceiro ano do Ensino Médio em escolas públicas e particulares do Município e residentes em bairros de alta, média e baixa renda (cem questionários)¹. Os outros cem questionários foram aplicados aos responsáveis de cada domicílio e aplicados pela própria pesquisadora que foi ao campo e visitou os bairros: Malota, Anhangabaú, Vila Arens/ Progresso, Centro, Ponte São João, Pacaembu e Jardim Tamoio, Vila Nambi e Jardim São Camilo.

A aplicação dos questionários realizou-se nos meses de maio e dezembro de 2003 e maio e dezembro de 2004. Os questionários foram elaborados com questões abertas pela própria pesquisadora que teve a preocupação em todo o processo de

¹ Anteriormente a aplicação dos questionários, selecionamos os alunos de cada escola localizada em bairros de diferentes realidades sócio-econômicas, conversamos sobre os principais temas que seriam perguntados no questionário com o objetivo de que estes alunos conversassem em casa para que suas respostas expressassem um “consenso” de toda a família.

não ser tendenciosa e assim criando cenários fora da realidade. Sem dúvida pudemos constatar que os questionários foram instrumentos de medida importante na elaboração de propostas que contribuíssem ao plano de gestão urbano no que se refere à segurança pública. A análise dos questionários possibilitou perceber o que mais preocupa essas pessoas no viver do espaço urbano de Jundiaí e, posteriormente, quais as soluções elas apontam para melhorar a qualidade de vida no bairro em que vivem. Mesmo não representando todo o universo da população do Município de Jundiaí, pudemos identificar aspectos comuns em relação à criminalidade independente da classe sócio-econômica que esses grupos pertencem. O medo da criminalidade foi o principal elemento citado por todas as pessoas entrevistadas e a necessidade de uma polícia mais presente no cotidiano das pessoas representou uma das propostas mais evidente nos questionários aplicados à população, ou seja, destacaram a importância da existência da “polícia comunitária”.

CAPÍTULO I: EMBASAMENTO TEÓRICO

1.1- A URBANIZAÇÃO E A CRIMINALIDADE

A urbanização acelerada é produto da revolução industrial, em particular da chamada revolução científico-tecnológica, ocorrida na segunda metade do século XX e que configuraria o mundo, já na passagem para o século XXI, tal qual hoje o conhecemos: a eletricidade, os derivados do petróleo, os veículos a motor de combustão interna, as indústrias químicas, os transportes urbanos, interurbanos e intercontinentais, o rádio, a fotografia, o cinema, o fonógrafo, mais tarde, na década de 20, a televisão e os grandes parques de diversão e lazer destinados ao entretenimento de uma população de trabalhadores, cada vez maior nas cidades, vivendo das novas formas de trabalho próprias da economia industrial. A consolidação dos princípios neoliberais da economia - cujo fundamento tecnológico viria a ser dado pela microeletrônica e por suas amplas aplicações, inclusive no domínio das tecnologias da informação, fundamentais para o processo de transnacionalização dos interesses do capital financeiro, fenômeno que passou a ser conhecido como globalização. De fato, estamos pela primeira vez na história da humanidade, na iminência de vermos, nos próximos anos deste início de século, a população das cidades superar a população do meio rural, sendo que, em 2025, segundo projeções da ONU, essa inversão já mostrará um índice populacional de 61% concentrado em espaços urbanos.

Em 1950, não havia no mundo mais do que 7 cidades com população superior a 5 milhões de habitantes; e apenas 100 cidades com mais de 1 milhão de habitantes; hoje, elas se multiplicaram a centenas, a ponto de, em 2025, de acordo com a ONU, terem uma previsão de 527 cidades, e o que é mais problemático, e que a grande maioria localizada em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Assistimos nos últimos anos, com a "Revolução da Geografia Humana", à propagação da idéia de que fazer Geografia é preocupar-se com os grandes problemas sociais como a desigualdade e suas manifestações no espaço e na qualidade de vida do homem. De acordo com Felix (2002) fazer Geografia Urbana hoje é ir além da análise do crescimento demográfico, da expansão espacial e da função econômica das cidades. É preocupar-se com as transformações e fragmentações urbanas conseqüentes do crescimento acelerado das cidades e observado (em suas dimensões negativas) na pobreza, no desemprego, na circulação de drogas, na desintegração familiar, na falência das instituições da comunidade etc.

O crescimento das cidades exige medidas integradas para promover a qualidade de vida urbana. A expansão urbana para os subúrbios, sobretudo nas áreas metropolitanas, associa a desqualificação urbanística - pontuada freqüentemente pela insuficiência de equipamentos, acessibilidades e transportes – a vários problemas sociais e fenômenos preocupantes de exclusão, onde floresce a tóxica dependência e a insegurança, além da falta de espaços verdes e de espaços públicos.

Deste modo, abordaremos uma discussão da evolução das questões ambientais, especificamente sobre “qualidade ambiental” e “qualidade de vida urbana” de modo que se possa entender a criminalidade urbana.

Cada cidade, dependendo de sua urbanização, tem problemas próprios que demandam prioridades, os quais, ao serem solucionados ou minimizados, tendem a atingir o desenvolvimento voltado à perspectiva da sustentabilidade. A problemática ambiental urbana requer, entre outras ações, a adoção de uma política de ocupação para o território: estudos sobre a rede de cidades, bacias hidrográficas, uso e ocupação do solo etc.

Harvey (apud COSTA, 2000, p.58), define que a dualidade entre as visões que surgirão a partir da década de 70 – como vimos anteriormente-, ocorre porque a dimensão espacial/urbana em alguns trabalhos é subestimada ou inexistente, pois destaca:

Se o pensamento biocêntrico está correto e as fronteiras entre atividades humanas e do ecossistema devem ser incorporados em nossa compreensão da vida social: significa também que fluxos de moeda e mercadorias e as ações transformadoras dos seres humanos (na construção de sistemas urbanos, por exemplo) têm que ser entendidos como processos fundamentalmente ecológicos.

Guimarães (1984) destaca que a dimensão ética, temporal, social, prática e econômica ora aparecem isoladas, ora combinadas nas várias dinâmicas que compõem o processo de construção social do desenvolvimento sustentável. Porém, o autor apresenta algumas dimensões que não são abordadas por Ignacy Sachs (Ecodesenvolvimento):

a) Sustentabilidade ambiental, relacionada à capacidade de suporte dos ecossistemas associados em absorver ou se recuperar das agressões derivadas da ação humana (ação antrópica), implicando um equilíbrio entre as taxas de emissão e/ou produção de resíduos e as taxas de absorção e/ou regeneração da base natural de recursos;

b) Sustentabilidade demográfica, revela os limites da capacidade de suporte de determinado território e de sua base de recursos e implica cotejar os cenários ou as tendências de crescimento econômico com as taxas demográficas, sua composição etária e contingentes de população economicamente ativa esperados;

c) Sustentabilidade política, relacionada à construção da cidadania plena dos indivíduos, através do fortalecimento dos mecanismos democráticos de formulação e de implementação das políticas públicas em escala global, diz respeito ainda ao Governo e à governabilidade nas escalas local, nacional e global;

d) Sustentabilidade institucional, necessidade de se criar e fortalecer engenharias institucionais e/ou instituições cujo desenho e aparato já levem em conta critérios de sustentabilidade".

Um desenvolvimento sustentável nas cidades, algo a ser buscado por países sejam eles desenvolvidos ou em desenvolvimento, sofre, assim, a contradição existente nestes espaços:

- sistemas urbanos são incapazes de satisfazer todas as necessidades humanas, fazendo-os dependentes de seu " hinterlands";

- sistemas urbanos são grandes consumidores de energia. Exemplos de energia produzida localmente são raros ainda e nunca experimentados em grande escala com resultados positivos;
- sistemas urbanos produzem uma enorme quantidade de lixo o qual não pode ser inteiramente absorvido em seus limites de espaço construído;
- a expansão urbana provoca profundas mudanças na ocupação da terra e no uso do solo, com impactos sobre o sistema natural, como áreas de preservação e agrícolas.

Uma das principais tarefas para a gestão do meio urbano e das cidades é reorganizar e reestruturar seu sistema de gestão urbana, utilizando os novos conceitos e formas para alcançar a sustentabilidade. É inegável a necessidade quando se destaca a importância da sustentabilidade urbana de se elaborar projetos referentes à criminalidade urbana e medo, talvez alguns diriam que seria muito subjetivo, mas na verdade trata-se de propor uma verdadeira revolução, uma revolução nos valores da sociedade.

1.2- ANÁLISE AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA

O grande interesse despertado em se estudar a análise ambiental e qualidade de vida se dá pelo fato destas invocarem a complexidade das questões que marcam a sociedade moderna. Ao mesmo tempo em que os centros urbanos ganham indiscutível importância econômica e política, afirmando-se como os contextos territoriais mais propícios à criação de riqueza e de emprego e como os meios mais criativos e inovadores, eles são conotados com um conjunto significativo de aspectos negativos associados à sociedade desenvolvida, pós-industrial, tais como a degradação ambiental, a exclusão social, a insegurança ou os congestionamentos de tráfego. A investigação atual sobre a qualidade de vida urbana confronta-se, assim, com o desafio da procura de novos modelos de abordagem que levem em conta as profundas mudanças econômicas, sociais e tecnológicas em curso que, justamente, manifestam-se atualmente de forma expressiva à escala das cidades.

Em grande número destes trabalhos produzidos é possível identificar uma clara vocação prática, menos “sociológica” e mais orientada para o planejamento (CICERCHIA, 1996).

Com efeito, ao mesmo tempo em que são secundarizadas as preocupações com as condições de salubridade nas cidades, com o zoneamento e a regulamentação do espaço físico, com a implantação de redes de infra-estruturas e equipamentos que, no passado, orientaram em larga medida, a atividade de planejamento, novos temas suscitam atenção, entre os quais se encontra claramente o da qualidade de vida urbana.

Reforçada por uma pressão crescente por parte dos cidadãos locais, mas também pela própria competição estabelecida entre centros urbanos para a atração de recursos humanos qualificados e de investimentos. A aposta na elevação dos padrões de vida é hoje partilhada pelas administrações públicas aos diferentes níveis, local, regional e central. Neste contexto, em relação aos níveis das cidades e regiões metropolitanas que os desafios da adoção de políticas que promovam uma melhor qualidade de vida para os cidadãos parecem ser maiores, dada à intensidade de alguns dos problemas evidenciados (sobrecarga, sobreocupação, ingovernabilidade,...). As análises sobre a qualidade de vida servem para suporte da decisão técnica e política em matéria de planeamento e gestão urbana.

Embora seja um conceito relativamente recente, a expressão *qualidade de vida* utilizada freqüentemente nos dias atuais, seja no nível da linguagem comum, ou no do discurso teórico, em particular das cidades é um tema central em todas as análises e políticas de planeamento e de gestão do território.

Historicamente o conceito de qualidade de vida surge nos anos 60. Prevalencia então, uma corrente essencialmente economicista que analisava o crescimento económico das sociedades através da evolução do PIB. Esta medida, correspondendo ao montante de bens e serviços gerados e assim, um indicador da riqueza produzida e distribuída, traduzia de forma global o crescimento económico. Nos seus primórdios a investigação em qualidade de vida surge diretamente ligada aos sistemas de indicadores sociais então em fase de grande implementação e expansão. (SANTOS et al, 2002, p.3)

Atualmente percebe-se que o conceito de qualidade de vida é de difícil definição, mas alguns autores apresentam idéias que valem ser evidenciadas:

Oliveira (1983, pp.5-6) retrata essa dificuldade de definição refletindo:

Como definir a qualidade ambiental? Esta é uma expressão de uso corrente e de difícil definição. Todos reconhecem que deve haver um mínimo de boa qualidade em um meio ambiente para o ser humano sobreviver. Mas o que é boa qualidade ambiental? Qual é o padrão de qualidade a ser usado para determinar essa boa qualidade? Qual seria o seu mínimo? Quais os critérios a serem empregados para determinar os parâmetros de qualidade ambiental? Uma das dificuldades para responder de maneira satisfatória a essas perguntas é que a qualidade do meio ambiente determina as várias formas e atividades de vida ou, ainda, que a vida determina o meio ambiente. O que ocorre é uma interação profunda e contínua entre ambos, devendo sempre haver um equilíbrio entre a vida e o meio ambiente. É evidente que esse equilíbrio e essa interação variam de escala, em tempo e lugar: há equilíbrios e interações frágeis e intensas, duradouras e efêmeras, presentes e passadas.

Tuan (1978) destaca que poucas expressões de nosso uso cotidiano são de tão difícil definição como a qualidade ambiental e qualidade de vida. Para o autor a vida está ligada ao seu “meio nutridor”, das condições físicas, químicas e biológicas que a mantém ao mesmo tempo em que as necessidades humanas também requerem o “sustentáculo do ambiente humano e social para sobreviver”.

Observa-se então, que o conceito de qualidade de vida engloba diversos aspectos, que se interligam, e que vão desde as questões mais materiais, ligadas à satisfação das necessidades humanas básicas, até às questões imateriais (a segurança, a participação cívica), desde aspectos objetivos até aspectos subjetivos, estes últimos relacionados com a percepção individual da qualidade de vida e do bem estar dos indivíduos, desde aspectos de índole mais individual até aspectos de índole mais coletiva.

Os indicadores sociais para compreender qualidade de vida surgem, assim, como aproximações, como instrumentos de quantificação desses diversos aspectos:

O seu objetivo é medir a mudança social, o desenvolvimento verificado, tendo em conta os diversos elementos sociais, políticos, psicológicos, culturais, que tinham sido deixados de lado pela análise econômica,

mostrando as diversas componentes da vida e pretendendo analisar se esses elementos vão melhorando ou piorando” (SETIÉN, 1993, pp.XXII).

De acordo com Setién (1993), podemos equacionar três âmbitos de análise relativos à qualidade de vida:

a) Um primeiro tem a ver com a distinção entre os aspectos materiais e imateriais da qualidade de vida. Os aspectos materiais dizem essencialmente respeito às necessidades humanas básicas, como, condições de habitação, de abastecimento de água, do sistema de saúde, ou seja, aspectos de natureza essencialmente física e infra-estrutural. Historicamente e, para sociedades menos desenvolvidas, estas questões materiais eram decisivas ou, pelo menos, tinham uma focalização muito grande. Hoje, as questões imateriais mais ligadas ao ambiente, ao património cultural, ao bem estar tornaram-se centrais.

b) Um segundo âmbito, faz a distinção entre os aspectos individuais e os coletivos. As componentes individuais mais relacionadas com a condição econômica, pessoal e familiar dos indivíduos, as relações pessoais, e os componentes coletivos mais diretamente relacionadas com os serviços básicos e públicos.

c) Num terceiro âmbito de análise, a distinção entre aspectos objetivos e subjetivos da qualidade de vida. Os primeiros seriam facilmente apreendidos através da definição de indicadores de natureza quantitativa, enquanto que os segundos remeteriam para a percepção subjetiva que os indivíduos têm da qualidade de vida e que é muito diferente de pessoa para pessoa e de estrato social para estrato social. Este último aspecto é de fundamental importância: os indicadores de qualidade de vida têm diferentes traduções, consoante a estrutura socioeconômica da população

e, portanto, o mesmo indicador pode ser percebido de forma diferente por estratos socioeconômicos diferentes.

Estes três âmbitos de análise não são, obviamente, mutuamente exclusivos, mas ao contrário, interligam-se em grande medida. Os principais contribuintes teóricos para a análise da qualidade de vida refletem precisamente essa interdependência, conjugando os diversos níveis de análise referidos. Três desses contribuintes, particularmente relevantes, não só pelos quadros conceituais propostos, mas, também, pelas reflexões que suscitam, apresentamos de forma sucinta.

Uma primeira contribuição, de Allardt (1976), propõe uma distinção, na análise da qualidade de vida, entre as chamadas condições de vida objetivas e subjetivas.

Este autor analisa a qualidade de vida com base em quatro aspectos: um primeiro que ele denomina *nível de vida*, que tem a ver com as necessidades mais do tipo material, as necessidades humanas básicas acima referidas. Um segundo nível, que ele chama explicitamente de *qualidade de vida*, ligado às condições de vida não materiais, ou seja, aspectos mais relacionados com o indivíduo propriamente dito, a sua relação com a sociedade, com a família, etc. O terceiro nível, chamado de *satisfação*, relativo à percepção subjetiva das condições de vida. Por último, um aspecto que ele designa por *felicidade*, que deriva da percepção subjetiva da qualidade de vida.

A segunda contribuição, de Gough (1982), trata a questão da qualidade de vida fazendo a distinção entre as chamadas *necessidades* e os chamados *desejos* (aspirações). As necessidades teriam mais a ver com a esfera do coletivo, com a

esfera do universal, enquanto que os desejos, as aspirações estariam mais relacionadas com a esfera do individual, do contingente.

A terceira contribuição, de Nuvolati (1998), propõe uma análise da qualidade de vida baseada em cinco grandes domínios, fazendo o cruzamento da dicotomia individual/coletivo com a dicotomia do material/imaterial. Um primeiro ligado aos aspectos *materiais coletivos*, em termos de disponibilidade de serviços e de bens, compreendendo, portanto os aspectos relativos, por exemplo, à saúde, à assistência social, à instrução obrigatória, ao comércio existente nas cidades. Um segundo, a que o autor chama de aspectos *materiais individuais*, que diz respeito à condição pessoal e familiar dos indivíduos: a questão do rendimento e da riqueza de cada um, a questão da mobilidade sobre o território, ou seja, aspectos que mantendo o seu caráter material dizem mais respeito aos indivíduos isoladamente. Terceiro domínio, dos chamados aspectos *não materiais coletivos*, e que tem a ver com, por exemplo, serviços de recreação, serviços de ocupação do tempo livres, desporto. Na quarta vertente de análise considerada, os aspectos *não materiais individuais*, cabem todas as questões relacionadas com as relações privadas interpessoais, as relações com a família, às relações com os amigos, à participação dos cidadãos, o acesso à informação. O quinto domínio refere-se ao *contexto geral*, relacionado com as particularidades da paisagem e do clima e as características do patrimônio histórico e arquitetônico do espaço objeto de análise.

Importa ainda referir duas outras questões fundamentais que devem ser equacionadas quando se analisa a qualidade de vida e quando se quer definir um conjunto de indicadores de qualidade de vida. A primeira tem a ver com o fato de as necessidades dos indivíduos estarem intimamente relacionadas com o contexto

social, político e cultural em que vivem. Há, portanto, uma variação significativa dessas mesmas necessidades, tanto ao longo do tempo (as necessidades em Jundiaí de hoje não são, obviamente, as mesmas de há 20 ou 30 anos atrás) como também ao longo do espaço. A segunda está relacionada com a caracterização de um espaço em termos de bens e serviços existentes: a qualidade de vida é medida não só em função da existência desses recursos, mas também, da sua acessibilidade e facilidade de utilização. Diretamente relacionado com este último aspecto, coloca-se também a questão do nível de satisfação da população que utiliza desses mesmos bens e serviços, o que será central na análise mais subjetiva da percepção da qualidade de vida.

Esta multiplicidade de componentes que integram o conceito de qualidade de vida tem levado ao surgimento de estudos sobre qualidade de vida com as mais diversas desagregações espaciais e aplicadas aos mais diferentes temas e grupos específicos de população. Assim, em termos espaciais encontram-se na literatura estudos sobre qualidade de vida a nível urbano, regional, nacional e internacional, enquanto que no que diz respeito aos temas e grupos é possível encontrar estudos em que a qualidade de vida é analisada em relação à habitação ou ao emprego e para grupos específicos como, por exemplo, os doentes e a terceira idade.

Mallmann(1982, p.56) destaca que:

La calidad de vida es el producto, para cada persona, de sus estados de salud y satisfacción. Em esta conceptualización, la salud se entiende como bien estar físico, mental y social, y la satisfacción es la discrepancia entre aspiraciones y logros.

Desta maneira se trata de determinar a satisfação das pessoas e das comunidades no seu conjunto, distinguindo as condições objetivas e subjetivas de qualidade de vida.

Já Galloppin (1982, p.63) afirma sua postura dizendo:

La calidad de vida es experimentada por personas individuales e incluye dos conjuntos básicos de factores: la salud o las condiciones objetivas em las que vive la persona y la percepción, satisfacción o evaluación subjetiva de la gente acerca de su situación.

Este autor revela a tendência a Geografia Humanística em um desenvolvimento lógico do descobrimento da dimensão subjetiva, realizada pela Geografia da Percepção.

Gutman (1983, p.7) define qualidade de vida como sendo:

Conjunto mínimo de necesidades humanas universales, materiales y no materiales, cuja satisfacción es al mismo tiempo esencial para la incorporación completa y activa de una persona a su cultura y que presta una mejora directa a través de acciones concertadas, sociales o institucionales.

Souza (1989, p.15) discute a questão da qualidade de vida afirmando que:

Seja qual for à comunidade à qual se refere – as cidades ou os vastos bolsões de pobreza que elas encerram as regiões ou mesmo o país como um todo -, é uma questão complexa e multifacetada... em plano geral, o conceito abrange tanto a distribuição dos bens de cidadania – os bens e direitos que uma sociedade, em dado momento, julga serem essenciais – quanto a de uma série de bens coletivos de natureza menos tangível e nem por isso menos reais em suas repercussões sobre o bem estar social”.

Troppmair (1995) afirma que: “a sadia ou boa qualidade de vida é definida pelos parâmetros físicos, químicos, biológicos e sociais que permitem o desenvolvimento harmonioso, pleno e digno da vida”.

Para o autor, os parâmetros físicos, químicos, biológicos são elementos do ambiente que influem, direta e indiretamente, na saúde humana (luminosidade, umidade, temperatura, etc). Já os parâmetros sociais são apresentados pelas pressões que provocam reações positivas ou negativas sobre o comportamento humano.

É importante destacar que os parâmetros para estabelecer a qualidade de vida se são melhores ou piores, não só estão dados pelas condições objetivas definidas através das necessidades básicas, como também e, talvez essencialmente, pela percepção que a comunidade tem do que é bom para ela mesma. Este aspecto está relacionado à cultura e ao nível de conhecimento.

Sen (1996) estudando sobre a qualidade de vida na América Latina propõe um enfoque em que a qualidade de vida pode ser medida desde o ponto de vista da capacidade que tem uma pessoa descobrir suas próprias necessidades que trazem funcionamentos valiosos como parte da vida. Este novo enfoque se mostra como uma nova alternativa de abordar os estudos sobre qualidade de vida na América Latina. Destaca ainda que a definição dos funcionamentos e capacidades varia em função do desenvolvimento cultural e histórico que possui cada comunidade. Assim cita alguns exemplos de funcionamentos e capacidades que podem ser considerados em estudos de qualidade de vida desde o enfoque sobre as capacidades humanas:

a) Ter boa saúde (que significa “conseguir”):

viver mais

estar bem nutrido.

escapar da morte evitável.

escapar da mortalidade prematura.

evitar a mortalidade durante a infância.

b) Capacidade de ler e escrever:

beneficiar-se de uma educação escolar de qualidade.

incorporar-se a receber educação adicional.

c) Ter uma vida adequada:

possuir um espaço disponível e funcional.

d) Ter um emprego estável:

cobrir gastos inesperados.

distribuir seus rendimentos de uma maneira proveitosa.

e) Família e integração social:

participar da vida social.

participar das decisões e atividades que influenciam a vida.

participar em atividades políticas.

apresentar queixas.

Para o autor, mediante as análises das capacidades básicas que possuem os indivíduos, é possível identificar os problemas e limites que diminuem a qualidade de vida, a quantidade de encadeamentos de causa - efeito nos eixos sociais que intervêm na satisfação de suas necessidades, com a finalidade de responder as

interrogações de como e por quê? É possível avaliar e confrontar as diferentes variáveis e indicadores analisados, de modo geral, no que se refere ao comportamento que apresentam e definir as ações que devem ser seguidas para minimizar os problemas detectados.

A Geografia se apresenta como uma das ciências preocupadas com o estudo da questão ambiental, principalmente os fatores que atingem diretamente a qualidade de vida do homem. Ajara (1993, p.11) salienta:

Ao aproximar a noção de meio ambiente ao próprio conceito de espaço geográfico, estar-se-á não apenas superando as dicotomias, frequentemente postas em análises ambientais, entre ecologia/economia, sociedade/natureza, meio físico-biótico/ organização sócio-econômica, como também atrelando à questão ambiental o dinamismo próprio ao contínuo movimento de criação/ (re) criação de espaços.

Como já se observou anteriormente, definir qualidade ambiental e de vida é extremamente difícil. No entanto, devem-se avaliar tais conceitos quando se trata de setores vitais à manutenção de uma vida digna ao ser humano.

Oliveira (1983) comenta, por exemplo, os critérios de como determinar a qualidade ambiental. Determina o nível "optimum" ou aceitável de um ambiente; destaca que alguns indicadores normalmente utilizados para se graduar o nível da qualidade do ambiente físico são de difícil utilização para o ambiente social, onde o número de variáveis é muito maior. Alerta que mesmo para os elementos físicos do ambiente, não é tarefa fácil estabelecer padrões de qualidade ambiental. Para a autora a percepção é tratada como um fator imprescindível para se determinar a qualidade ambiental e de vida, ressalta que, apesar das diferenças individuais das pessoas, cada uma possuindo uma visão de mundo própria e particular das coisas que as envolvem, é possível estabelecer determinadas normas e padrões. Segundo

a autora, as condições de qualidade ambiental e de vida são muito subjetivas, serão boas ou ruins, de acordo com o tipo e a situação da população em questão, de como essa população percebe as condições ambientais e de vida.

Analisando o tema qualidade de vida, Troppmair (1992) cita a Constituição Federal, em que o artigo 255, em linhas gerais, assegura que todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, sendo um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O autor destaca o que entende por qualidade ambiental e de vida:

O Meio Ambiente, conforme as propriedades dos seus elementos, produz uma qualidade ambiental que pode ser benéfica ou maléfica para nossa vida. Assim, entendo por Sadia ou Boa Qualidade de Vida os parâmetros físicos, químicos, biológicos, psíquicos e sociais que permitam o desenvolvimento harmonioso, pleno e digno de vida. (TROPMAIR, 1992, introdução, item 2).

Temos então a qualidade ambiental relacionada ao próprio ambiente, a infraestrutura do espaço urbano, aos objetos quantitativos. Já a qualidade de vida está relacionada ao próprio indivíduo, ao seu bem estar, a sua alegria de viver, a sua satisfação. Na verdade, podemos avaliar a qualidade ambiental de determinado espaço urbano, por exemplo, e considerá-lo bom, entretanto, este mesmo espaço pode fornecer dados sobre a qualidade de vida da população que indicam uma má qualidade de vida.

Macedo (1991, pp.14-15) considera que:

A qualidade ambiental de um ecossistema expressa as condições e os requisitos básicos que ele detém, de natureza física, química, biológica, social, econômica, tecnológica e política, (...) Em suma, a qualidade ambiental é o resultado da dinâmica (1) dos mecanismos de adaptação e (2) dos mecanismos de auto-superação dos ecossistemas. Assim, com base na teoria sistêmica da evolução, a qualidade ambiental é o resultado

da ação simultânea da necessidade e do acaso. A qualidade de vida, para o modelo, expressa a qualidade ambiental específica ao fator ambiental HOMEM, estabelecendo os requisitos e as condições mínimas que um ecossistema deve oferecer, de natureza física, química, biológica, social, econômica, tecnológica e política, de modo que, na sociedade de que participa, possa realizar as relações ambientais que lhes são inerentes, com vistas à sua manutenção, evolução e auto-superação.

Deste modo, esta Tese de Doutorado propõe elencar dados sobre renda, instrução, acesso à água tratada e coleta de lixo, distribuídos por bairros de Jundiaí para que posteriormente estes dados sejam interpolados com os dados de criminalidade urbana para que se possa realizar a análise ambiental e posteriormente elaborar propostas de planejamento para a cidade. É importante salientar que tanto os bairros com boa qualidade ambiental, assim como aqueles que apresentaram ruim qualidade ambiental, possuem aspecto comum que é o medo da criminalidade, afetando a diretamente a qualidade de vida destas populações.

Este estudo tem a preocupação maior de mostrar que a criminalidade urbana está intimamente ligada aos problemas estruturais que as sociedades capitalistas oferecem ao povo, longe de ser um trabalho que acentue os preconceitos tão mascarados em nossa sociedade. Vale ressaltar que o posicionamento que assumimos em relação as diferentes definições sobre qualidade ambiental e qualidade de vida é aquela evidenciada por Troppmair (1992) e que foi apresentada anteriormente.

1.3- GEOGRAFIA DO CRIME URBANO

O crime atinge profundamente as esferas sócio-econômicas, políticas, culturais e afeta a vida de bilhões de pessoas. A violência, nas grandes cidades, amedronta e isola seu habitante em casas transformadas em verdadeiras fortalezas (medo e reação de defesa aos perigos). Acuado pelo medo e insegurança o homem moderno foi reduzido a um “esconderijo social”. Embora tenha muitas faces e afete perversamente a vida de cada um, a violência recai de forma mais aguda sobre as classes sociais mais pobres, sem a assistência de políticas públicas capazes de garantir o bem-estar social, condição essencial de qualidade de vida.

O ambiente urbano condiciona um ritmo de vida acelerado, competitividade, deterioração e o abandono dos espaços públicos. Mais: agressão ao meio ambiente, os baixos salários e o desemprego. Este conjunto de situações é fator gerador de violência. Fica clara, diante destes problemas, a importância da segurança na qualidade de vida dos moradores, particularmente no que tange às políticas públicas de controle do crime. A prevenção da ocorrência do delito emerge como forte aspiração social e se manifesta, especialmente, por cobranças de atuação dos órgãos de segurança pública através da prevenção criminal.

Ao tentar compreender o que está acontecendo, é bom lembrar, antes de qualquer coisa, que a violência urbana que desafia a polícia e outras autoridades constituídas não é novidade. Como evidencia o diário de James Boswell, na Londres do século XVIII, a violência criminosa era de tal ordem que as pessoas raramente ousavam andar pelas ruas à noite, sozinhas ou desarmadas. (MCNEIL, 1994). No

século XIX, na fronteira norte-americana, os indivíduos defendiam a vida, a propriedade e a reputação, primeiro atirando e, depois, apelando para a justiça.

Entretanto, cumpre salientar que os limites da violência ilegal em tempos idos – convenções que confinavam quase toda a violência extralegal aos bairros pobres das cidades – se apagaram, expondo todos, de forma aleatória, ao risco de levar um tiro. (MCNEIL, 1994).

Diante dessa realidade, parte-se da premissa de que a violência urbana tornou-se um problema essencialmente geográfico. Isso significa considerar não apenas os aspectos de localização e extensão do problema, mas os seus reflexos na própria interação da sociedade com o ambiente urbano. (QUEIROZ, *op. cit.*).

Nesse sentido, interessa muito menos, conforme Diógenes (1998): “(...) como a violência acontece, mas essencialmente ‘anotar’ a sua rede de significados que se produz na dimensão territorial como construção cultural”. Interessa muito mais, para os geógrafos, como se (re) produz um espaço a partir do modo como se (re) elaboram hábitos, práticas e relações sociais na cidade em face dos novos conteúdos sócio-territoriais - a violência -, em particular a criminalidade violenta.

Com agravamento da violência urbana, a população vem internalizando fortemente o medo como “padrão psico-social de comportamento urbano.” (ADORNO, 1992). Essa situação se reflete, de forma marcante, na resignificação das práticas cotidianas, tendo o medo como mote principal, e na (re) definição de lugares, paisagens e territórios. Todavia, conforme Feiguin & Lima (1995, p.73):

O crime não é o único responsável por estes sentimentos. Ele somente os potencializa, pois outros fenômenos típicos da vida na metrópole – incerteza quanto ao futuro, crescimento desordenado das cidades, a má distribuição dos equipamentos urbanos e de recursos de infra-estrutura – colaboram para incuti-los entre as populações das principais cidades do país e do mundo.

Entretanto, a violência entrou na ordem do dia, em destaque à criminalidade urbana neste estudo, e constitui ingrediente importante e irrefutável na dinâmica urbana contemporânea, principalmente para a geografia do crime.

Recentemente, Strohmeier (1998) apresentou uma revisão, através da literatura de pesquisa sociológica, identificando os principais determinantes e indicadores relevantes na explicação da violência urbana, dentre centenas de indicadores coletados. Estes indicadores foram divididos em dois grupos, conforme a visão teórico-conceitual de geração da violência do ponto de vista dos sociólogos. O primeiro grupo está relacionado à teoria de desestruturação social e o segundo a ecologia humana, conforme a tabela 1:

TABELA 1: Principais indicadores utilizados em estudos sociológicos em violência urbana, adaptado da revisão de Strohmeier (1998).

| Exclusão/inclusão Social | Ecologia Humana |
|--|---|
| Categoria de maior renda | - Taxas de pobreza |
| Categoria de menor renda | - Estrutura etária |
| Porcentagem de adolescentes | - Densidade populacional |
| Porcentagem adolescente nascidos noutro país | - Variáveis sobre uso do solo (residencial, prédios públicos, indústrias, misto). |
| Taxas de desemprego | - Qualidade da habitação |
| Taxas de longo período de desemprego | - Mortalidade infantil |
| Porcentagens de pessoas que vivem do seguro social | - Erosão da solidariedade social e controle social (taxas de divórcio, fertilidade em adolescentes, mães solteiras) |
| Porcentagem de adolescentes que vivem do seguro social | |
| Redes e interações sociais (a serem especificadas) | - Porcentagem de etnias estrangeiras |

Através destes indicadores é possível caracterizar as diferentes áreas que compõem uma região e avaliar a sua relação com a violência urbana. A localização geográfica é um aspecto importante na análise do perfil de grupos populacionais.

É claro que uma sociedade com tantas desigualdades sociais, com elevada parcela da população em situação de caos econômico, em contraste com uma minoria privilegiada, e com tantos “crimes de colarinho branco” é uma sociedade “doente”. Mas, conforme Harries (1975), apenas apontar a culpa do sistema monopolista (presença de Estado controlador), para este estado atual de desorganização social não constitui meio muito eficaz no desaparecimento do crime. Os geógrafos estão tentando ser produtivos ao colaborar com profissionais estabelecidos no campo da justiça criminal, ajudando na detecção de áreas marginais através do seu mapeamento, e aumentando a eficácia da polícia no controle de prevenção do crime.

Sem dúvida a análise geográfica do crime leva a interessantes e relevantes hipóteses da espacialização da criminalidade já que além da lei, do ofensor e do alvo, a localização das ofensas é uma importante dimensão que caracteriza o evento criminal e vem sendo considerada por criminólogos ambientais, em associação estreita com os conhecimentos dos geógrafos com filosofias diferentes, sociólogos, criminólogos e demais profissionais estabelecidos no campo da justiça criminal.

1.3.1- Sobre a Definição de Crime

Uma das primeiras definições vem de Thomaz Hobbes, há cerca de trezentos anos, onde “um crime é um pecado que comete aquele que, por atos ou palavras, faz o que a lei proíbe ou se abstém de fazer o que ela ordena”. (FÉLIX, 1996).

A definição jurídica de crime é todo ato humano contrário à lei penal. “Crime é a infração da lei do Estado, ditada para garantir a segurança dos cidadãos, por atos de livre vontade, positivos ou negativos, moralmente imputáveis e socialmente prejudiciais”. A crítica aponta esta definição como exageradamente formal e de conteúdo jurídico, ao afirmar “ser o crime uma infração da lei do Estado, trazendo propósitos finalistas (proteger a segurança dos indivíduos) e valorizações éticas (imputabilidade moral), quando é sabido que existem tipos penais que representam interesses de posições e classes, ou, mesmo, de regimes”. (DONNICI, 1984)

A atitude criminal é variável no tempo e no espaço. Segundo Strauss (1969, apud CASTRO, 1983, p.32):

a única regra universal que existe é a proibição do incesto {...} Tal proibição tem características de instinto, mas também o caráter de uma regra absolutamente imperativa. É, portanto, a regra por excelência, já que é a única universal e assegura a colocação da cultura.

Para tentar explicar o crime, encontram-se opiniões e teorias extremas, que vão desde hipóteses deterministas, de influência genética e ambiental (espaço físico), até as interpretações estruturais, com conotações sócio-econômicas e políticas.

A seguir apresentaremos as principais hipóteses levantadas nos Estudos Criminais e Bibliografias citadas, extraídas da Tese de Félix (1996) sobre a “Geografia do crime em Marília (SP)”:

a) Deterministas

Apontam o homem submisso a certos fatores condicionantes de natureza biológica e ecológica, a conduzi-lo à prática do delito. O Determinismo biológico, de LOMBROSO, é considerado por muitos como o ponto de partida para criminologia científica. Em sua obra *L’Uomo Delinquente* (1875), demonstrou que as tendências criminais são hereditárias e que o “criminoso nato” tem certos traços anatômicos e psicológicos que o distinguem do homem comum. Essa teoria persistiu com Sheldon (1949) e Gluecks (1950), categorizando homoganeamente todos os delinquentes, também por suas características físicas.

Os deterministas biológicos chegaram ao extremo da causa genética, em consonância com a teoria de Jarvich et al. (1973), classificando os ofensores violentos como resultantes de um acidente genético, com cromossomos sexuais XYY, em vez do par normal XY, encontrado na população em geral. No entanto, deve considerar que muitos geneticistas, partidários dessa teoria, afirmaram que apenas os fatores genéticos são transmissíveis e não os caracteres propriamente ditos. Isso significa que a hereditariedade transmite apenas tendências para a formação de caracteres, que se desenvolverão, ou não, de acordo com a co - participação dos fatores ambientais.

Dentro dessa linha teórica de relação entre crime e família, encontra-se a tese de Moffiti (1993). Para ela, os jovens “aprendem” a ser criminosos com a própria

família e as estatísticas contradizem a tese de delinqüência entre jovens por influência de amigos. Afirma que mais da metade dos delinqüentes juvenis, presos nos reformatórios e mais de um terço dos adultos criminosos têm algum membro próximo da família que já esteve encarcerado. No entanto, esse estudo não conclui se é o ambiente familiar ou se há uma predisposição genética para a criminalidade.

b) Sócio-históricas: culturais, econômicas e espaciais

As investigações sócio-culturais mostram que o estudo do crime necessita de análise em relação à sua posição sócio-espacial e temporal. Isso implica na diversidade de suas conseqüências, dependendo dos sentimentos e reações que despertem nos demais. Definições sociais de regras e leis que identifiquem os “desviantes” parecerão insuficientes, se não se investigarem profundamente o social, as forças políticas econômicas nos seus mais diversos níveis de análise.

Dentre os que contestam terminantemente o Determinismo, temos os teóricos da Sociologia do Comportamento Desviante. Argumentam que o indivíduo torna-se desviante ao desvendar um conjunto de regras de comportamento e sanções, produzidas pela sociedade, prescritas como ideais e que devem ser seguidas. Estabelece que a causa do delito é a lei, não quem a viola, por ser aquela que transforma condutas lícitas em ilícitas.

Sobre essa posição destaca-se Durkheim (1894), que via o crime como ofensa aos sentimentos profundamente arraigados e claramente definidos da consciência social; Clinard (1964), afirmando que o desvio é a conduta que se orienta numa direção fortemente desaprovada pela coletividade; Cohen (1955), considerando que a conduta desviada é a que se opõe às expectativas institucionalizadas (lei ou

conveniência social mais ou menos consolidada) e que sua existência provém da qualificação da audiência; Becker (1973), definindo o desvio não como qualidade do autor, mas como um processo interativo, no qual contam tanto a conduta referida, como a resposta dos outros: as regras são feitas de um grupo para o outro, que não é favorecido pelo poder. Esta imposição tem duas características fundamentais: 1) é um ato de empresa no qual contam tanto o interesse pessoal e a atividade empresarial, como a publicidade, e 2) a imposição só ocorre quando a conduta, se desaprovada, torna-se pública.

Deve-se tomar muito cuidado, pois as interpretações teóricas da criminalidade não somente requerem diferentes explicações para diferentes grupos sociais, como também, necessitam ser interpretadas sob a ótica do controle social. Até interpretações sócio-culturais podem estar impregnadas de concepções deterministas, como as hipóteses de associação entre a pobreza e a criminalidade, a periculosidade do negro, os comportamentos violentos como reação de subcultura, etc.

A soma de algumas circunstâncias, como migração intensa, habitação abaixo do padrão (favela), baixas condições de vida, concentração de renda, desemprego, baixos índices educacionais tendem a produzir “Subculturas Desviantes” e freqüentemente criminosas, especialmente para a Sociologia Convencional. A maioria das hipóteses formuladas nessa linha teórica advém da clássica “Teoria da Subcultura”, de Shaw e Mckay (1942, apud FÉLIX, 1996): normas e valores são difundidos entre os subgrupos, principalmente entre os jovens, na busca de sua identidade.

Zaluar (1996, p.77) expressa muito bem as limitações de duas tendências que vêm predominando na discussão pública no Brasil, que abordam a violência como criminalidade:

Parece-me perigosa a discussão sobre criminalidade dividindo tanto a população em geral quanto os estudiosos entre os que advogam políticas sociais para combater a criminalidade entre os jovens e os que defendem uma polícia e uma justiça mais eficazes por reformas institucionais... { }.. As políticas sociais devem ser implementadas não porque os pobres constituam um perigo permanente à segurança, não porque venham a ser as classes perigosas, mas porque um país democrático e justo não pode existir sem tais políticas. Em outras palavras, não convém esquecer que, apesar da enorme desigualdade neste país, são pouquíssimos os jovens pobres que enveredam pela carreira criminoso, exigindo assim um atendimento especial para eles que considere o contexto social mais próximo de suas ações, tenham eles maior ou menor controle sobre estas... { }.. Não se trata de optar pelos preceitos liberais de que cada um faz escolhas independentemente de constrações sociais e de hábitos e aspirações exteriores aos indivíduos. Trata-se de complexificar a análise dos contextos sociais mais amplos e mais locais para entendermos porque cada vez um número maior de jovens (de todos os extratos sociais) comete crimes. Ignorar isto é não conseguir responder às indagações sobre o porquê de alguns jovens pobres praticarem crimes, outros não...{ }... A privação não é apenas de bens materiais, até porque muitos deles têm importância simbólica mais do que para mera sobrevivência física. A privação é também de justiça principalmente porque, como já comprovaram estudos em países com sistemas bem mais igualitários do que o brasileiro, um inglês, se ele é homem, tem menos de 21 anos e cresceu numa área considerada de "delinqüência", terá 120 vezes mais chances de ser considerado um infrator ou criminoso do que uma inglesa de mais de 21 anos que mora num bairro de classe média.

1.4- SOCIEDADE DO MEDO E USO DO TERRITÓRIO

A Tese propõe não um aprofundamento sobre o tema “sociedade do medo”, mas evidenciar que esta linha desponta como uma das grandes preocupações do século XXI.

O medo desencadeado pela situação de violência que se registra de forma mais intensa nas grandes cidades brasileiras, em particular Rio de Janeiro e São Paulo, ganhou status de problema nacional. Isso porque, além da gravidade e intensidade com que atinge os grandes centros urbanos, essa situação, quando noticiada, recobre o território nacional de forma instantânea e homogênea – circulando inclusive em nível mundial. Faz-se, portanto, presente de forma generalizada, no espaço urbano. Sejam grandes, médias ou pequenas, as cidades brasileiras vêm, paulatinamente e sistematicamente, internalizando o medo da violência urbana como elemento indissociável da vida na cidade.

Segundo Adorno (1992, p.22),

tudo leva a crer que a dramatização da violência urbana está a dizer algo além do mero crime. Parece dizer respeito à mudança de hábitos cotidianos, à exacerbação dos conflitos sociais, à adoção de soluções que desafiam o exercício democrático do poder, à demarcação de novas fronteiras sociais, ao esquadramento de novos espaços de realização pessoal e social, ao sentimento de desordem e caos que se espelha na ausência de justiça social.

Pensar no cotidiano dos cidadãos residentes nas cidades tidas como violentas, pressupõe considerar os indivíduos em constante estado de alerta. Para esses, o perigo está próximo, circunda as ruas, o ambiente privado dos lares e do trabalho. O autor reitera que o perigo “está também difuso e presente nos mais recônditos espaços da vida social. Todo contato ou vínculo passa a ser visto como

sendo passível de 'impureza', o que reforça expectativas de isolamento e segregação." (ADORNO, Op. Cit).

A percepção dessa realidade, observando os discursos, as imagens e as transformações em curso no modo de vida das populações urbanas, aponta para a compreensão do espaço urbano sob a égide do medo. As ações de resistência se multiplicam pela cidade - reforço no aparato de segurança pública e privada, adoção de medidas extremadas nos projetos arquitetônicos inspirados nas fortalezas da idade média, etc. - de modo mais intenso e efetivo naquelas tidas como mais violentas. No entanto, a sensação generalizada é a de impotência diante do problema da violência urbana.

Pensar nas espacialidades do medo remete à reflexão dos atributos, propriedades e/ou condições peculiares ao espaço produzido, em particular produzido sob a égide do medo. Essas por sua vez, podem proporcionar tanto percepções e intenções quanto (re) ações que tendem a reforçar sentimentos de frustração e medo associados às práticas sócio-espaciais (auto) segregadoras. Essa situação pode ser verificada na pesquisa sobre as territorialidades do medo na periferia de Fortaleza evidenciada mais à frente.

Do ponto de vista econômico, a razão da violência sempre foi a busca por ganho material (dinheiro, carro, jóia, comida etc.). Pela via política, ela é entendida como instrumento de oposição ao sistema vigente, como apresenta o cientista político Paulo Mesquita, do Instituto São Paulo Contra a Violência. Para ele, hoje ela é banal, democrática, funciona como meio de expressão, especialmente de jovens, ocupa muito bem o espaço da falta de valores sólidos e gera nos cidadãos uma tremenda obsessão pelo medo, entre outros atributos. Refletir sobre eles ajuda a

perceber como a violência determina a forma de viver e também ajuda a encontrar maneiras de escapar disso. "A violência hoje é adotada como estilo de vida". (BIDERMAN, 2004).

Para o psiquiatra e psicanalista David Levisky, vice-presidente do Instituto São Paulo Contra a Violência, a fragilidade e a transitoriedade de valores que criam a identidade do indivíduo são os responsáveis por esse novo caráter da violência. "A pessoa não encontra valores que a dignifiquem", seja na família, na escola ou nas instituições públicas. Dessa maneira, grupos se formam não em torno de uma ideologia, de uma ética comum --caso de gangues como a dos carecas e dos surfistas de trem. O que os une é a manifestação da violência em qualquer grau. "É a forma que encontram para expressar suas tensões, angústias, para dizer eu existo". Já a banalização da violência, em que imagens e informações de dar medo se repetem sucessivamente no dia-a-dia --seja na rua ou dentro de casa-- e na mídia, legitima a violência física como forma de solução de conflitos, como um valor de afirmação. (BIDERMAN, 2004).

O estado de indiferença e insensibilidade está associado a um modelo político-econômico em que tudo é descartável, dos bens de consumo aos meios de sustento, como o emprego. De acordo com a historiadora e secretária-geral do Instituto Carioca de Criminologia Malaguti (apud BIDERMAN, 2004), "não há projeto nacional, políticas públicas, e as pessoas não podem nem ter projetos de vida. Vira um vale-tudo". Tal modelo dissolve as seguranças concretas das pessoas e gera uma insegurança difusa, que não tem onde se apoiar: há medo da fome, da guerra, de perder o emprego, do desastre ecológico.

Para o economista Dowbor (2003, apud BIDERMAN, 2004), vive-se um momento de "desgovernança planetária", em que as instituições e a legislação ficaram defasadas frente à velocidade com que os agentes da violência (de uma organização terrorista a uma multinacional que frauda sua situação financeira) dominaram a tecnologia da informação. Com a internet, pode-se agenciar de prostituição infantil aos recursos financeiros de uma organização como a Al Qaeda. Ou criar empresas virtuais que permitiram à multinacional Enron esconder sua situação financeira do governo, dos cidadãos e de seus próprios parceiros, revela o autor. A nova violência é, também, globalizada. O medo generalizado, obsessivo e a nova violência difusa, que pode ser encontrada em qualquer lugar, se auto-alimentam. Exemplo bastante ilustrativo ao observarmos que após o atentado terrorista ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, houve um aumento de 40% na venda de armas nos Estados Unidos. O que as pessoas poderiam fazer com um rifle na hora em que dois aviões e um arranha-céu caíam sobre suas cabeças é uma pergunta que desafia as explicações da razão. Agora, o que alguns adolescentes norte-americanos realmente fizeram com um rifle na mão, matando seus colegas de escola, como o ocorrido em Columbine (Colorado, EUA), todos sabem.

O educador Ubiratan D'Ambrósio, da Universidade de Campinas (Unicamp), (apud BIDERMAN, 2004, p.15) acredita que:

Educação inclui mostrar que o diferente não é o nosso inimigo, não representa o perigo. O medo [da violência] gerou uma paranóia coletiva em que as relações humanas passam a ser de desconfiança, de animosidade. Estamos gastando muita energia, econômica e emocional, para nos defendermos de um inimigo que talvez nem exista.

Queiroz (2000) no desenvolvimento de sua dissertação sobre *Territorialidades do medo em Fortaleza- CE*, relata que ao observar de forma particularizada tanto a realidade urbana do Crato (560 km distante de Fortaleza, com uma população urbana estimada em 80 mil habitantes), quanto à de um bairro da metrópole de Fortaleza, objeto empírico de uma pesquisa, pode-se verificar, guardadas as devidas proporções, um processo efetivo de representação social do que convencionou chamar de espacialidades do medo. Entendendo como os recortes, aqueles espaços considerados tanto como reflexo como catalizadores de medo no bairro ou na cidade. Consequentemente, contrariando as expectativas oriundas de uma visão bucólica do que seria a vida de bairro ou de uma pequena cidade, constatou-se um processo efetivo de fragmentação sócio-política e territorial do espaço. Nos depoimentos dos moradores entrevistados, na quase totalidade, foi indicado o trecho, o entorno e o pedaço enquanto resquícios de territorialidade na cidade ou no bairro. O *pedaço*, para ficar com uma das categorias empregadas com mais frequência, parece ser o que restou de uma relação anterior de comunhão da população com o seu espaço, a cidade e/ou com o bairro em toda a sua extensão. São nesses recortes que, pelo menos por enquanto, se depositam as esperanças e a possibilidade de inserção dos moradores, sejam os da pequena cidade ou do bairro metropolitano, no processo de autonomia e gestão territorial, ainda que a partir do fragmento. Grades, muros, cadeados, concreto e silêncio constituem amálgamas de uma sociedade cada vez mais amedrontada e dividida.

Caldeira (2000) analisa seus discursos em relação à criminalidade, às instituições democráticas e aos direitos civis. A tese central da autora é a de que se configura na sociedade brasileira aquilo que ela e outros autores, qualificam de

"democracia disjuntiva". Este conceito, embora não seja exaustivamente trabalhado no livro, é a mola mestra da argumentação da autora, avalia que uma das maiores contradições do Brasil contemporâneo reside no fato de que a expansão da cidadania política, através do processo de transição democrática, se desenvolveu *pari passu* com a deslegitimação da cidadania civil e a emergência de uma noção de espaço público fragmentado e segregado, daí o caráter disjuntivo desse processo de democratização. Os depoimentos dos entrevistados sobre a criminalidade urbana, a instituição policial, os direitos humanos e as práticas de privatização do espaço com o objetivo de manutenção da segurança e afastamento da ameaça à mesma revelam e reproduzem essa disjunção.

1.5- PROBLEMÁTICA DA INTER-RELAÇÃO DE DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS E CRIMINALIDADE

Percebe-se que as razões que estão na origem da prática criminal são diversas e complexas. Vários teóricos defendem que os comportamentos “desviantes” não derivam das características físicas ou psíquicas, mas sim de uma série de fatores sociais e econômicos. Sendo as grandes cidades os espaços que apresentam as mais elevadas taxas de criminalidade, é de crer que estas devem conter dentro de si elementos criminais que são potencializadores deste tipo de comportamentos.

O processo de urbanização acelerada demonstrou a chegada de um grande número de pessoas sem qualificação profissional, que conduziu à formação de números elevados de desempregados que vivem em condições de extrema marginalidade social e econômica onde a passagem de uma vida socialmente aceita, para a prática de atos ilícitos, ocorre num “abrir e fechar de olhos”. Também o anonimato e o menor controle social informal dos espaços urbanos é propiciador do acontecimento de atos ilícitos, por um lado pelo fato de haver a dificuldade em se encontrar o culpado e por outro pelo desinteresse em olhar ao problema do “outro”, sem dúvida nos fechamos em uma sociedade individualista, que tem medo da violência urbana, mas que ao mesmo tempo não se importa com o outro.

Carquejo (1998) em estudo realizado na sociedade portuguesa constatou que os elementos dos grupos sócio-econômicos mais desfavorecidos, que vivem frequentemente em situações mais degradadas, são mais propensos à criminalidade,

evidenciando assim, um paralelismo de análise entre as estratégias de planejamento urbano adaptadas pelos governantes e a determinação dos comportamentos e atitudes de segregação, na medida em que facilitam a formação de “bairros-ilhas”, que se tornam “ghettos” encobertos de problemas sociais graves, tais como: problemas raciais, conflito com bairros sociais mais ricos que coabitam com estes, tráfico, desemprego, entre outros. Para o autor, estes espaços transformam-se em locais evitados pela população em geral, para onde ninguém quer ir morar e onde todos têm medo de circular livremente. Claro que, estes receios da população não são infundados e têm origens em fatores sociais, fatores físicos do design urbano, fatores psicológicos e econômicos. Carquejo (1998) demonstrou que em relação ao nível do planejamento urbano podem realizar intervenções de modo a atenuar os efeitos nocivos, que a intensa e desordenada urbanização tem feito sentir-nos mais variados espaços. Assim, as intervenções devem fazer-se sentir em aspectos morfológicos e paisagísticos das áreas residenciais, de comércio, recreativos de atividade industrial, etc. A arquitetura da construção e o design dos espaços exteriores deverão permitir um controle informal do espaço realizado pelos diversos moradores, promovendo sentimentos de apropriação e de pertença. Deste modo o autor apresenta os elementos para o *design* proposto:

“Design Global:

- ◆existência de uma heterogeneidade sócio-econômica das áreas residenciais, de forma a evitar a segregação;
- ◆vigilância dos espaços públicos, através de sistemas de segurança urbana;
- ◆parecer das autoridades policiais, relativamente à construção residencial;

Design na concepção residencial:

- ◆ não existência de esconderijos e locais escuros;
- ◆ boa iluminação;
- ◆ boa visibilidade;
- ◆ telefones de emergência;
- ◆ estradas com um único sentido;
- ◆ construção de áreas abertas, evitando barreiras visuais, evitando túneis e passagens difíceis;
- ◆ parques ou trânsito visíveis da estrada e das residências;

A análise realizada por Carquejo (1998) é tão interessante e inovadora que vale ressaltar seus resultados onde mostram que:

um dos principais problemas da sociedade atual portuguesa reside mais na ausência de comunidades urbanas coesas e solidárias, capazes de prevenir, detectar e punir as práticas que saem para lá do que é “socialmente aceita”, do que propriamente na ausência de oportunidades de acesso a bens como a educação e o emprego, entre outros {...} A redução das taxas de criminalidade passa inevitavelmente por uma intervenção mais eficaz do sistema de justiça português, quer ao nível de medidas de controle social mais duras e ao nível do planeamento e enquadramento, quer ao nível do aparecimento de estruturas de controle comunitários de auto-proteção ou de sistemas de segurança urbanos {...} As soluções imediatistas e de remédio para combater o problema criminal em Portugal poderão continuar a ser exercidos, se quiser continuar a fechar os olhos a esta realidade inquietante. A população portuguesa vive hoje no limite da tolerância ao crime o que poderá, a curto prazo, originar fenómenos de difícil controle para o Estado. Poderemos pois, conhecer um período dominado pela falta de valores de coerência, de práticas de tolerância e de solidariedade que tão necessários são neste período da história. Uma forte implicação da comunidade e das autoridades competentes em medidas de prevenção da criminalidade fará talvez submergir esse anunciado período. (CARQUEJO, p.1-6, 1998)

Para uma compreensão sistemática do desenvolvimento de estudos voltados à construção de mapeamentos territoriais da violência e da criminalidade, devemos elencar alguns pontos que contextualizam a emergência de tais estudos.

A análise territorial da violência surge da necessidade, pautada pela concentração da criminalidade nos grandes centros urbanos, de um tratamento mais profundo e efetivo quanto às diversas dinâmicas da violência e do crime no interior destes centros. Junto à preocupação com a medição e acompanhamento da evolução dos índices de criminalidade, que demonstraram a tendência de concentração de determinados tipos de crime em regiões específicas, novos estudos surgiram no sentido de identificar, nos centros urbanos, a distribuição dos crimes, suas dinâmicas e padrões de comportamento.

O que se observa é que estudos realizados no Brasil, a partir da década de 80, apontam que territórios que vivem diferentes condições sócio-econômicas tendem a apresentar riscos diferenciados para suas populações, em diversos campos (saúde, ambiente, estratégias de sobrevivência). Dentro desse quadro, os estudos espaciais comparativos das diferentes áreas de uma cidade tornam-se instrumentos importantes, tanto para a percepção e monitoramento das dinâmicas sociais, possibilitando a elaboração de políticas sensíveis a essas dinâmicas, quanto para a definição de prioridades na execução das políticas.

Os estudos geográficos, embora não contemplem explicitamente a marginalidade nos seus campos de investigação, têm-se orientado para análises de situações específicas (culturas e econômicas) que sugerem mecanismos de relação entre ambas (marginalidade/criminalidade), principalmente quando investigam a trajetória biográfica dos criminosos e os seus espaços.

A tese de associação entre pobreza e criminalidade é considerada por Coelho (1978) metodologicamente frágil, politicamente reacionária e sociologicamente perversa, pelas seguintes razões:

- é obviamente 'nutrida' pelas evidências das estatísticas produzidas pelos órgãos de controle e repressão ao crime;
- a tese postula a existência de algum princípio de cálculo subjetivo pelo qual indivíduos em condições de pobreza avaliam a utilidade do comportamento criminoso para crimes de propriedade. Sobre esses postulados do comportamento criminoso vem sendo elaborada toda uma teoria de 'dissuasão' destinada a apontar mecanismos que aumentem as probabilidades de 'desutilidade' desse comportamento e que desembocam em políticas repressivas contra segmentos criminalizados nas estatísticas oficiais (mais ação policial, maior rigor dos tribunais e penas mais duras);
- essa associação não tem encontrado suporte nas investigações sociológicas, mesmo quando utilizam estatísticas criminais. Para ilustrar essa afirmação, o autor aponta uma re-análise de 35 pesquisas desenvolvidas nos EUA nas últimas quatro décadas e com base em dados sócio-econômicos, onde se percebeu que essa relação decresceu a ponto de se tornar quase nula nos anos 70. Desse modo, especula que ou as classes sociais mudaram seu comportamento em relação à lei, ou, a crescente preocupação pública com violações dos direitos civis dos cidadãos de classe baixa forçou as agências policiais e judiciárias, a um tratamento menos discriminatório;
- a relação de causalidade não explica as diferenças de criminalidade entre os sexos, as elevadas taxas na faixa etária de 19-25 anos, a relação inversa entre taxa de desemprego na economia e delinqüência juvenil e o porquê dos infratores constituírem fração reduzida da população total de nível sócio-econômico mais baixo (admitindo-se a tese da maior utilidade dos comportamentos criminosos para os indivíduos desse estrato social). (COELHO, p.139-61, 1978)

Félix (1996) salienta que as estatísticas precisam de avaliação crítica devido às suas inadequações, especialmente com relação à maioria dos detectados, que são os desafortunados. Parece que determinados crimes são tratados com mais severidade pelos tribunais, como alguns classificados contra o patrimônio (roubo, assalto, etc) que são mais freqüentes entre a população de baixa renda. No entanto, como evidencia a autora, há tolerância em relação àqueles contra a propriedade que são características de classe média/alta ("colarinho branco", estelionato, etc.). Assim, a resposta da sociedade, para determinados crimes, constitui um significativo fenômeno social norteador do conteúdo de políticas públicas.

No estudo desenvolvido por Galina et al (2004) revela-se que a criminalidade deve ser encarada como decorrência da deficiência estrutural das sociedades

capitalistas subdesenvolvidas, pois nelas encontra-se o crime propriamente dito e, sobretudo, o crime institucionalizado (desemprego falta de moradia, analfabetismo etc, entendido como crime contra os direitos do ser humano). Neste contexto, surge mais um tipo de segregação sócio-espacial urbana: os condomínios fechados para residência, que vêm contribuindo para exibir as diferenças sociais e para destacar cada vez mais a inoperância do Estado frente às problemas sociais da população.

Galina et al (2004, p.22) diz:

A criminalidade é um problema social, político e essencialmente econômico. É um problema social na medida em que afeta a qualidade e a expectativa de vida das populações. É um problema político, já que as ações necessárias para combater o crime envolvem a participação ativa dos governos e a alocação de recursos públicos, e a criminalidade é essencialmente um problema econômico porque sua intensidade está associada às condições econômicas da população.

Nesta Tese evidencia-se a importância da participação da comunidade para a redução da criminalidade, através da “polícia comunitária”, como exemplo, ou seja, não eximimos a importância do Estado, mas sabemos que a população tem responsabilidade também na redução da criminalidade.

CAPÍTULO II: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2.1- CARACTERÍSTICAS GEO-AMBIENTAIS

O Município possui uma área de 450 km² e clima tropical de altitude. Pertence as Bacias dos Rios Jundiaí, Jundiaí- Mirim e Capivari. Jundiaí situa-se no Planalto Atlântico, possuindo relevo dissecado, com altitude média de 762,4m. Conforme o Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo (1981), “predominam na região os interflúvios sem orientação preferencial, topos angulosos e achatados, vertentes ravinadas com perfis retilíneos. Drenagem de média e alta densidade, padrão dendrítico e vales fechados”.

Segundo Oliveira(1992), o município é envolvido pela Serra do Japi, com 352km² de mata nativa, mas somente 112.72km² fazem parte do município. A Serra é a maior reserva natural do Estado de São Paulo, tombada pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio, Arqueológico Arquitetônico e Turístico do Estado de São Paulo), em 1983.

2.1.1- Um Oceano de Vida na Serra do Japi²

Em meio a todos os acontecimentos ocorridos nesses 390 anos de história (completados em 2005) está um fator muito importante: a relação com a natureza, que tem uma história muito mais longa e distante. O saldo final da transformação deixa uma das mais importantes reservas ecológicas do país ainda sob ameaça no final do século XX. A Serra do Japi, tombada em 1983 e reconhecida como reserva

² O item 2.1.1 teve como principal referência documentos obtidos junto à prefeitura do Município de Jundiaí

da biosfera em 1994 pela Unesco (órgão cultural da Organização das Nações Unidas), é a última cobertura vegetal remanescente da exploração humana da região. Em todo o Estado de São Paulo essa cobertura ficou restrita a 4% do território. Em Jundiá, que compreendia metade do interior paulista e no século XIX já se encolhia rumo ao seu tamanho atual, a serra corresponde a 25% do território- mas é um patrimônio mundial, com uma história geológica em milhões de anos que transforma em poeira o tempo da escala humana da cidade.

De acordo com Aziz Ab'Saber (1992), ex-presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio do Estado (Condephaat) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, existiu antes do dobramento das estruturas xistosas que embasam as serranias locais uma bacia de sedimentação Pré- Cambriano chamada geossinclinal, velhos mares rasos que receberam argilas e lentes de calcário, ficando areias de praias em suas margens. As argilas geraram ardósias e filitos e, mais abaixo, mecaxistos. As lentes evoluíram para calcários metamórficos compactos e as areias formaram a base para os quartzitos. Sedimentos glaciais envolveram a cadeia de montanhas no Carbonífero Superior - ainda em Gondwana, o grande continente que unia América do Sul e África. Quando se separaram pela tectônica das placas, essa força estilhaçou o solo da Bacia do Paraná, ascendendo lavas basálticas e formando uma rampa de aplainamento no Planalto Atlântico da região de Bauru, em fins do Cretáceo. Na primeira metade do Terciário houve a formação da rede hidrográfica e a sua conseqüente erosão, formando um maciço com topos nivelados, levantados somente por impactos do último período glacial no Pleistoceno.

Há dois milhões de anos foram se definindo os anfibolitos, encontrados nas cachoeiras, quartzitos, gnaisses, magmatitas e granitos que formam a base das

serras locais. Nela surgiram as florestas mesófilas e semidecíduas, sazonais que perdem folhas de abril a setembro com árvores de 20 a 25 metros de altura. Além da boa diversidade, a Serra do Japi é um ponto de transição onde as faixas mais altas mostram árvores de mata atlântica e as mais baixas de mata interiorana. De todas as 73 famílias listadas pela botânica em São Paulo, 85% existem no Japi. Dos 248 gêneros estão presentes 70%. E das 662 espécies estimadas podem ser encontradas 45%.

A vida na Serra do Japi é muito rica, são mais de 800 espécies de borboletas, números elevados para uma região com grande altitude. Dois terços dessa população são endêmicos da mata atlântica, chegando a percorrer o interior até cem quilômetros de distância. Algumas espécies, como as azuis, podem ser reconhecidas em todas as serras que margeiam o litoral de São Paulo, Paraná ou Rio de Janeiro. É quase como reconhecer a casa em muitas viagens diferentes.

Os mamíferos são arredios e exigem paciência para serem vistos. A serra abriga o tapiti, ratão do banhado, capivara, cotia, preá, ouriço cachoeiro, esfurão, irara, quati, cachorro do mato, bugio, sauá, sagüi, morcegos, tatu galinha, cuíca e gambá.

Outro grupo especial é o das corujas, sua variedade atinge a corujinha, corujão mateiro, coruja buraqueira, mãe da lua, além de uma espécie rara é a Maria-preta-de-bico-azulado (migratória). Várias são as aves existentes, entre elas: xororó, garça, gavião saubeiro, falcão mateiro, caracará, saracura, quero quero, maritaca verde, juriti, besourinho ametista etc. É importante ressaltar que a destruição do habitat pode condenar muitas espécies, entre as observadas 116 são florestais e outras 90 não são – ou seja, não dependem apenas de determinados tipos de frutas

e insetos. Há espécies de aves fazendo desde o topo das árvores até os barrancos dos córregos, com cenas como o casal de beija-flores que se encontra a dezenas de metros no ar e mergulha em linha reta no ninho, oculto entre ramagens das árvores lá embaixo.

Andam também pela serra os répteis – uma série de tipos que passa pela cobra cipó, jararaca, dois tipos de cobra coral, cobra d'água, cobra verde, parelheira etc. Os lagartos também variam, camaleão, lagartixa, teiú, a subterrânea cobra caga etc. Perto das águas vivem os anfíbios anuros, alguns chamativos como os sapos “pingo de ouro” e amarelo limão, rã de vidro, a perereca da folhagem, oculta entre as folhas etc.

Com 200 quilômetros quadrados em Jundiá, Cabreúva e Pirapora, a Serra do Japi teve apenas 5 % de sua área desapropriada em 1960, todo o restante depende dos caminhos do conflito entre a propriedade particular e as leis de tombamento.

2.2- HISTÓRICO DE JUNDIAÍ: OCUPAÇÃO HUMANA E CICLOS ECONÔMICOS

O texto a seguir teve como base texto elaborado por Paulo Vicentini- Diretor do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí-, e extraído dos documentos históricos da Prefeitura de Jundiaí:

O núcleo populacional que deu origem ao município de Jundiaí era Vila Formosa de Nossa Senhora do Desterro de Jundiaí. Data de 1615 a primeira notícia de povoamento no território do atual município, com a chegada de Rafael de Oliveira e de Petronilha Rodrigues Antunes que fugiam de São Paulo onde Rafael havia cometido crime de bandeirismo. Naquele tempo, as bandeiras eram consideradas uma provocação aos índios, pois incitava-os ao ataque. O povoamento de Jundiaí no entanto, começa a ser reconhecida a partir de 1651, com a inauguração da capela dedicada à Nossa Senhora do Desterro “dois anos após o início de sua construção “, o que remete à 1649, à existência de um povoamento regular. Nesta época, a existência de uma “capela curada” era essencial para o reconhecimento da existência de uma comunidade.

A 14 de dezembro de 1655, Jundiaí é elevada à categoria de vila, sendo seu primeiro plano urbanístico efetuado em 1657. No entanto, o primeiro contato entre europeus e indígenas, bem como, a efetiva ocupação da região pelo brancos, constituem-se ainda em objetos de muitos estudos e especulações.

Tornou-se, posteriormente, entreposto do tropeirismo e teve seu desenvolvimento promovido pela imigração a partir de 1857, recebendo os foros de cidade em 28 de março de 1865 com o nome de Jundiaí. O início da construção da estrada de ferro em 1867 também colaborou muito para o progresso da cidade.

O nome Jundiaí é vocábulo de origem tupi, onde jundia significa “bagre” e y, significa “rio”; também é uma corruptela de yundiaí, “alagadiços e muita folhagem e galhos secos”.

O povoado também era conhecido como Mato Grosso de Jundiaí, “porta do sertão”, e era passagem obrigatória dos bandeirantes. Em 1865, pela Lei Provincial nº. 25, Jundiaí foi elevada a categoria de cidade.

Elevada à categoria de cidade em 28 de março de 1865, Jundiaí iria constituir-se, nas décadas seguintes, numa estratégica área de entroncamento ferroviário.

O local tinha vantagens óbvias como um rio repleto de peixes e citado até em publicações europeias do século XIX como uma referência da cidade. As frutas nativas, como morangos silvestres e pitangas, eram abundantes. As armadilhas de caça capturavam uma grande variedade de tutus, veados, aves, capivaras. O ambiente era o mesmo dos indígenas – mas os ciclos do nomadismo a exploração praticamente seguiu até os recursos naturais ficarem esgotados. O milho e a mandioca derivam dessa época de contato entre culturas diferentes.

Somente na segunda metade do século XX a cidade despertou para os hábitos destruidores que herdara do passado. O local onde surgiu Jundiaí, provavelmente indicado aos primeiros povoadores pelos guias indígenas que acompanhavam os grupos que saíam de São Paulo, teve também outras influências dessa cultura nativa. Os locais de plantio do milho e as rotas de saída para outros

pontos do sertão, as frutas saborosas e as venenosas, os remédios naturais tirados das plantas e que ainda formam a base dos chás e emplastros usados pela população, há muitos frutos da herança indígena. Nos traços físicos de pessoas ou no cotidiano essa presença sutil é constante. Entre as heranças negativas está o preparo do solo através da “coivara” - as posteriores queimadas, para limpar a terra.

No final do século XVII a descoberta do ouro na região de Minas Gerais, provocou uma corrida como em outras partes do mundo onde esse fenômeno acontecia. No entanto, não há registro oficial de jundiaenses que enriqueceram na mineração, mas a cidade recebeu imediatamente o impacto das mudanças no país: ficou deserta por vários anos.

Na segunda metade do século XVIII, as fazendas locais de Jundiaí passaram a investir em engenhos de cana-de-açúcar, pois agora havia um mercado interno para ser abastecido. Anteriormente não compensava plantar porque o Nordeste era muito mais próximo da metrópole portuguesa. Mas com o dinheiro circulando em forma de ouro e o florescimento das belas cidades das Minas Gerais a situação era diferente. A produção de açúcar permitiu que as casas de taipa da cidade, com quartos quase sem janelas (outra herança indígena, talvez), passassem a ser substituídas na fase da cana por casas mais arejadas e de cômodos maiores. Isso, claro, na elite de fazendeiros, ligados ao surgimento de um centro econômico em Campinas. As senzalas e casebres continuavam para a maioria da população. Em 1778, Jundiaí possuía 16 engenhos de açúcar. A agricultura fixa os braços escravos e vai formando a característica da fase posterior: a construção de senzalas ao lado das sedes de propriedade. O açúcar é um avanço considerável e o café, no final do século XVIII, era considerado apenas um medicamento, vendido nas farmácias em

pequenas quantidades. O sargento-mor Santos Prado iniciou uma pequena plantação em sua chácara em Jundiá e dessas plantas derivaram as sementes da primeira cultura regular, feita em Campinas pelo tenente Antonio Francisco de Andrade – logo abandonada por causa da viagem para as guerras luso-espanholas do Prata. Em Jundiá a idéia do café começou a espalhar-se enquanto as plantações chegavam ao Vale do Paraíba.

Foi ainda no século XVII que Jundiá começou a fabricar a aguardente que é uma de suas atrações, para bons degustadores, ao lado do vinho caseiro. Há registros de alambiques funcionando nessa época nos lados da Serra do Japi. A fase da cana foi naturalmente acompanhada pela fabricação de destilados que animavam as caminhadas e as conversas na pequena vila e no consumo pela população.

Quando os italianos chegaram, duzentos anos depois, o vinho também incorporou-se aos hábitos por que os imigrantes precisavam de elementos de sua pátria. Aos poucos vai se constitui na cidade uma indústria que na primeira metade do século XX vai ter como símbolo a Turbaína, produzida localmente pela Ferráspari-empresa fundada por descendentes de italianos. Outra indústria antiga, a Vitivinícola Cereser, vai firmar renome com uma bebida popular à base de maçã, a Sidra Cereser, e chegar ao final do século como uma das principais indústrias locais. O setor cresceu mesmo no século XX, com produtores como Borin, Vitália, Amália, Castelo, Dubar e outros elevando em escala industrial o trabalho artesanal dos alambiques de pinga, vinho e vinagre desenvolvidos ao longo da história da cidade.

Quando aumentou a concorrência do açúcar das Antilhas o governo criou incentivos com usinas e engenhos centrais – e em 1836 as cidades como Jundiá ainda eram francamente açucareiras. Pouco tempo depois, em 1850, o número de

arrobas de café já superara o açúcar. E continuaria crescendo e o dinheiro do café, acumulado pelos fazendeiros, seria depois aplicado em indústrias. O grande período cafeeiro iria mesmo até 1915, em um grande surto econômico para a cidade.

O desenvolvimento rural da cidade – em velocidade bastante menor que Campinas, que com o café se torna um centro maior que a própria capital – coincide com a evolução de planos de uma ferrovia em São Paulo a partir de 1836, quando o alemão Frederico Fhomm consegue um grande negócio apenas seis anos depois de inaugurada a estrada de ferro, na Inglaterra: pede a George Stephenson & Company a construção de uma ferrovia entre Santos e Itu em nome da Viúva Aguiar & Filhos Co., do Brasil. O caso passa em 1856 para Visconde de Mauá e os Marqueses de Monte Alegre e São Vicente, nobres da corte de Dom Pedro II que conseguem o investimento de ingleses na São Paulo Railway Company. Mas nessa altura Jundiaí já está colocada em um patamar estratégico e o projeto original foi alterado para Santos-Jundiaí. A linha será inaugurada em 1868. O entusiasmo com o novo transporte, símbolo da era industrial aplicado à monocultura cafeeira, vai gerar em 1872 a Companhia Paulista (com oficinas transferidas para Jundiaí apenas por uma grave epidemia de febre amarela em Campinas). Em 1873, a Companhia Sorocabana funciona a partir de Jundiaí. A cidade ganha diversas estações e os trens circulam pela esquerda, à moda inglesa como sua principal plataforma. O trem transporta principalmente as cargas agrícolas e separa a cidade, com uma região além dos trilhos que será ocupada depois pelos italianos. Ao lado do café a cidade urbaniza-se e ganha as primeiras indústrias no final do Império, fruto de investimentos dos capitalistas do café.

A ferrovia também interfere com a característica informal dos jundiaenses ao colocar valores de ingleses dentro do cotidiano. Aos poucos a passagem dos trens e o apito da válvula do vapor da caldeira vão fazer o controle do tempo ser estimulado também pela colocação de relógios públicos. Os símbolos de uma nova era que começa- o aço e o vapor reunidos na locomotiva- mudam seus manipuladores cotidianos.

Na atividade industrial, a primeira metade do século XX, está muito ligada à produção fabril. Destacam-se as Indústrias Argos, Japi e Milani.

Com a expansão Industrial da segunda metade do século, novas metalúrgicas instalaram-se em Jundiaí. Como exemplos, podemos citar a Vigorelli do Brasil (já extinta), a Petri, a Tusa (hoje Siemens) entre outras. Também podemos destacar a indústria alimentícia, Jundiaí possui um dos maiores parques industriais da América Latina e a formação de sua sociedade mescla-se com a efetiva ocorrência de correntes imigratórias e migratórias dos pós-segunda guerra. Dentro desse contexto Jundiaí possui uma ampla gama de diferentes experiências sociais, que acumulam culturas de várias regiões do país e do mundo.

Podemos destacar hoje, o forte desenvolvimento na área cultural, educacional, tecnológica, turística e ambiental da região, sendo a Serra do Japi, um patrimônio histórico de toda a sociedade. Na área de lazer, a chegada dos parques Hopi Hari (temático) e Wet'n Wild (aquático), produziu uma clara modificação neste setor criando inúmeros empregos e serviços.

2.3- JUNDIAÍ E REGIÃO: LOCALIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA ECONÔMICA ATUAL

Jundiaí pertence a região administrativa de Campinas e está situada a 60 km de São Paulo e a 45 km de Campinas. Localizando-se entre duas metrópoles, é cortada por duas grandes rodovias: Anhangüera (SP -330) e dos Bandeirantes (SP-348), tornando-se um ponto estratégico, o que favoreceu o seu desenvolvimento econômico. O município é hoje a oitava economia do Estado. O acesso à cidade é facilitado pelas Rodovias Anhangüera, Bandeirantes e Dom Gabriel Paulino Couto, além da proximidade com as rodovias Castelo Branco, Dom Pedro I e Fernão Dias. Tanto é assim que a cidade está se tornando um pólo interessante para empresas de logística, atraídas pela fácil circulação de mercadorias.

No que se refere à evolução do crescimento populacional, Jundiaí apresentava uma população em 1970 em torno de 170.000 habitantes; em 1980 já apresentava cerca de 260.000; em 1991 sua população era em torno de 290.000 (Censos demográficos, 1970, 1980 e 1995- IBGE), e finalmente em 2004 sua população dobrou em relação à década de 70, com mais de 340.000 habitantes no Município atualmente.

O município de Jundiaí limita-se com onze municípios: Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Franco da Rocha, Cajamar, Pirapora do Bom Jesus, Cabreúva, Itupeva, Vinhedo, Louveira e Jarinu. Sendo o Município de Jundiaí o mais desenvolvido entre esses, tornando-se, segundo dados do SEADE (2001), um município pólo (FIGURAS 1 e 2).

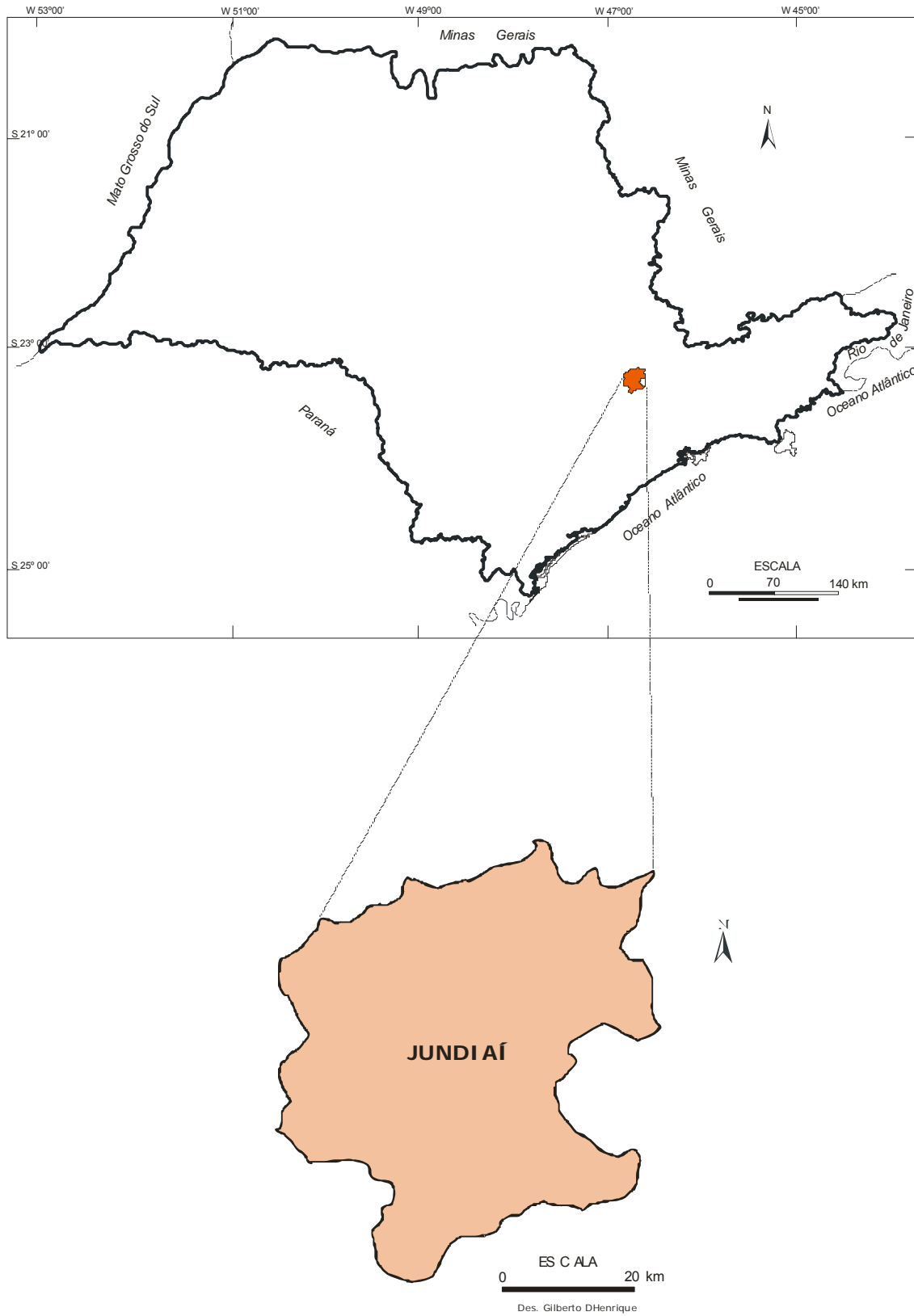


Figura 1 - Localização do Município de Jundiá no Estado de São Paulo

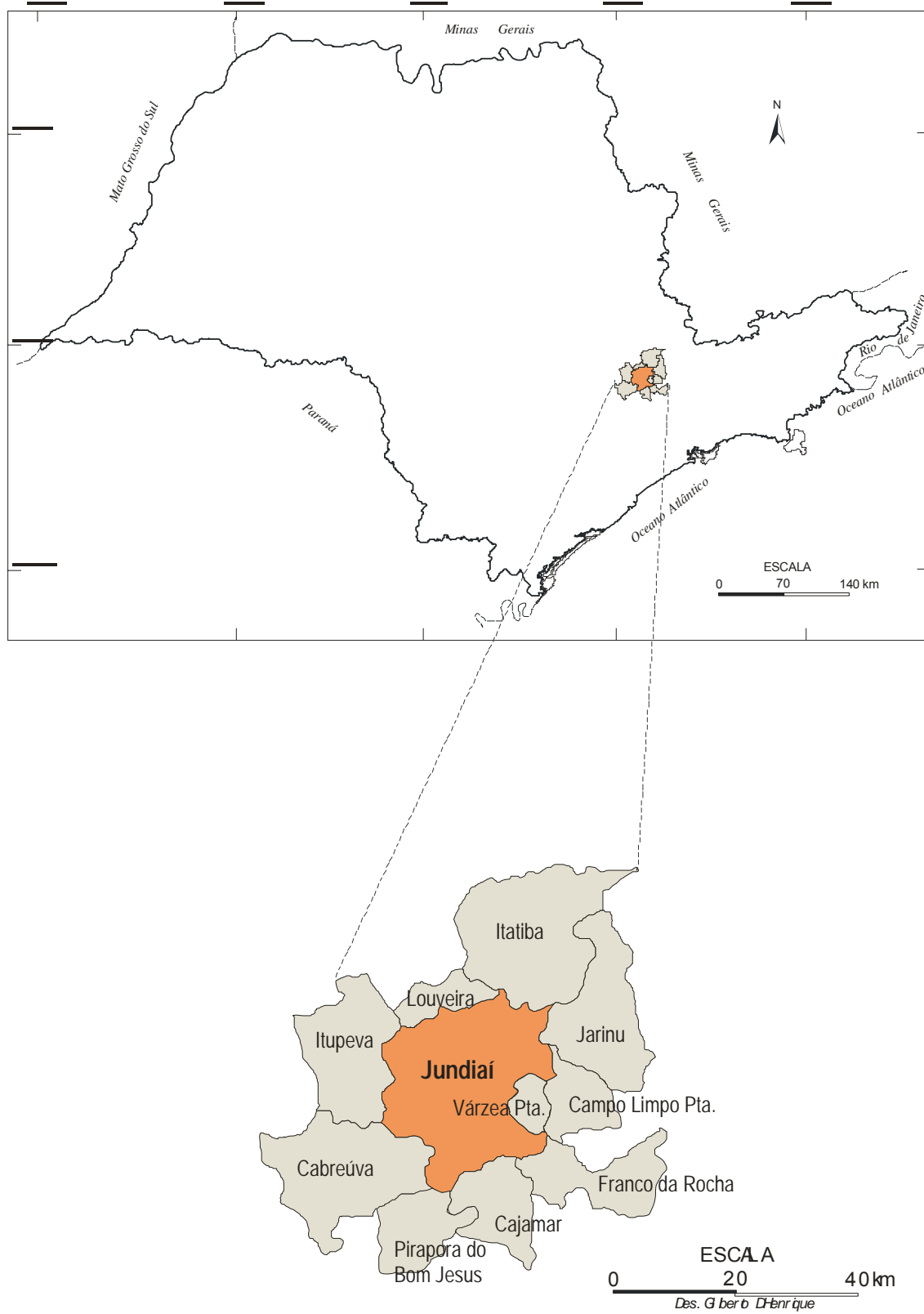


Figura 2 - Mapa de localização de Jundiaí - SP e Municípios Limites

De acordo com pesquisa realizada em 2002 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que apura o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mundial, Jundiaí é a cidade que apresentou o maior aumento do índice de desenvolvimento humano, entre as cidades médias e grandes do Estado de São Paulo, nos últimos 20 anos. Conforme a pesquisa, Jundiaí, que estava em 51º lugar em 1980, saltou em 2002 para o 5º lugar, passando para trás cidades como Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos e a maioria das capitais brasileiras.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU é levantado através de uma pesquisa realizada em todos os países do mundo pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No Brasil, essa pesquisa é feita em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Fundação João Pinheiro (MG). Ela compreende todos os 5.561 municípios brasileiros. O IDH, que é calculado mundialmente, obedecendo a uma fórmula única, leva em conta três indicadores: educação, longevidade e renda da população. A escala vai de "0" (nenhum desenvolvimento) a "1" (desenvolvimento humano total). O valor apurado em Jundiaí, com base no Censo 2000, é 0,857. Trata-se de um índice acima de países como Hungria, Chile, Uruguai, aproximando-se de países europeus como Portugal.

Jundiaí localiza-se entre as principais regiões industriais da América Latina, com indústrias diversificadas e aproximadamente 1050 estabelecimentos (metalúrgicas, alimentícias, químicas, bebidas, cerâmicas, etc.). A atividade comercial é bem desenvolvida, com 2679 estabelecimentos comerciais (SEADE, 2000). No setor agropecuário há destaque na produção de uvas, sendo o município um dos maiores produtores de uva de mesa no país.

A população é de 341.420 habitantes (SEADE, 2004). A taxa de urbanização do município é de 92,83%. O Índice de Desenvolvimento Humano do Município é de 0,810 e no Ranking dos Municípios Paulista Jundiaí está em quinto lugar.

2.4- JUNDIAÍ E ESTADO DE SÃO PAULO: RANKING DE CRIMINALIDADE

Os dados que serão evidenciados a seguir dizem respeito ao Índice de Criminalidade³ que faz parte do IGC (Índice Geral de Competitividade) organizado pelo Instituto de Estudos Metropolitanos (IEME) em parceria com a Target Marketing e Pesquisas, empresa paulistana especializada em estudos sobre potencial de consumo. Por enquanto, 15 indicadores integram o Índice Geral de Competitividade, mas o coordenador-geral do IEME, Daniel Lima, afirma que os estudos deverão contemplar novos quesitos. O Índice Geral de Competitividade é formado pelo IC (Índice de Criminalidade), IDEE (Índice de Desenvolvimento Econômico Equilibrado), IEM (Índice de Eficiência Municipal) e o IDS (Índice de Desenvolvimento Social).

Para melhor compreensão dos índices criminais, é importante esclarecer que através das explicações de policiais ligados a Polícia Militar, os termos *roubo* e *furto* significam: quando se destaca *roubo* se refere a tomar da posse de alguém objeto ou algo móvel, mediante ameaça ou violência. Já, o termo *furto* diz respeito ao ato de furtar algum objeto pertencente à outra pessoa às ocultas.

³ A metodologia do Índice de Criminalidade do Instituto de Estudos Metropolitanos (IEME) baseou-se na escolha de cidades do Estado de São Paulo que representaram 75% do PIB de São Paulo. Os dados criminais foram divididos pelo número da população e foram ponderados com 60% para homicídios dolosos, 30% para furtos e roubos de veículos e 10% para furtos e roubos diversos.

A seguir se observa os resultados desenvolvidos pela empresa assinalada anteriormente, evidenciando os índices de criminalidade entre os 55 municípios mais importantes economicamente do Estado de São Paulo. Na Tabela 2 destaca-se a relação entre o Município de Jundiaí e os Municípios de São Paulo e Campinas:

Tabela 2: Índice de Criminalidade 2002-2003

| 55 municípios mais importantes economicamente do Estado de São Paulo | <u>CLASSIFICAÇÃO FINAL</u> (Ordenado de forma decrescente do menor índice de criminalidade para o maior) | | Números que indicam o aumento ou a redução dos índices entre 2002 e 2003 % |
|--|--|-----------|---|
| | 2002 | 2003 | |
| MUNICÍPIO | | | |
| Campinas | 54 | 55 | 1.8 |
| São Paulo | 53 | 54 | 1.9 |
| Diadema | 49 | 53 | 8.2 |
| Santo André | 51 | 52 | 2.0 |
| São Bernardo do Campo | 47 | 51 | 8.5 |
| Hortolândia | 46 | 50 | 8.7 |
| Cotia | 52 | 49 | -5.8 |
| Osasco | 48 | 48 | 0 |
| Sumaré | 41 | 47 | 14.6 |
| Taboão | 50 | 46 | -8 |
| Cubatão | 35 | 45 | 28.5 |
| Mauá | 45 | 44 | -2.3 |
| Barueri | 42 | 43 | 2.3 |
| Rio Claro | 40 | 42 | 5.0 |

| | | | |
|-----------------------|------------------|------------------|--------------------|
| Guarulhos | 44 | 41 | 6.8 |
| São José dos Campos | 38 | 40 | 5.3 |
| Jacareí | 43 | 39 | -9.3 |
| Suzano | 28 | 38 | 35.7 |
| Itaquaquecetuba | 29 | 37 | 27.6 |
| Jaguariúna | 21 | 36 | 71.4 |
| Carapicuíba | 34 | 35 | 2.9 |
| Sorocaba | 32 | 34 | 6.2 |
| Embu | 37 | 33 | -10.9 |
| Paulínia | 24 | 32 | 33.3 |
| Indaiatuba | 19 | 31 | 63.1 |
| Piracicaba | 23 | 30 | 30.4 |
| <u>Jundiaí</u> | <u>31</u> | <u>29</u> | <u>-6.5</u> |
| Araçatuba | 22 | 28 | 27.3 |
| Mogi da Cruzes | 18 | 27 | 50 |
| Itu | 30 | 26 | -13.3 |
| Ribeirão Preto | 33 | 25 | -24.3 |
| Limeira | 20 | 24 | 20 |
| Santos | 39 | 23 | -41 |
| Araraquara | 16 | 22 | 37.5 |
| Moji-Guaçu | 11 | 21 | 91 |
| São Vicente | 36 | 20 | -44.3 |
| Taubaté | 14 | 19 | 35.7 |
| Santa Bárbara D'Oeste | 17 | 18 | 5.9 |
| São Sebastião | 27 | 17 | -37 |
| Pindamonhagaba | 12 | 16 | 33.3 |
| Guarujá | 26 | 15 | -42.3 |
| São Caetano do Sul | 10 | 14 | 40 |
| São José do Rio Preto | 15 | 13 | -13.3 |
| Bauru | 13 | 12 | -7.7 |

| | | | |
|---------------------|----|----|-------|
| Araras | 9 | 11 | 22.2 |
| Botucatu | 25 | 10 | -60 |
| Cajamar | 6 | 9 | 50 |
| Praia Grande | 55 | 8 | -85.5 |
| Marília | 7 | 7 | 0 |
| São Carlos | 8 | 6 | -25 |
| Bragança Paulista | 5 | 5 | 0 |
| Presidente Prudente | 3 | 4 | 33.3 |
| Franca | 2 | 3 | 50 |
| Americana | 4 | 2 | -50 |
| Louveira | 1 | 1 | 0 |

Fonte: **Instituto de Estudos Metropolitanos, 2003**

Ao analisarmos a Tabela 2 vale ressaltar o Município de Praia Grande que apresentava elevado Índice de Criminalidade em 2002, ocupando a 55ª posição entre os 55 municípios paulistas comparados e, no ano de 2003, passou a ocupar a 8ª posição. Evidencia-se que São Paulo e Campinas disputam os maiores índices de criminalidade urbana entre 2002/2003 e Jundiaí, por sua vez, melhora sua posição no ranking passa do 31 em 2002 para 29 em 2003. No entanto, ao observarmos as tabelas a seguir elaboradas também pelo Instituto de Estudos Metropolitanos perceberemos que Jundiaí apresenta somente no quesito homicídios uma melhora (Tabela 3) e em todas as outras modalidades de criminalidade apresentou aumento.

Desta forma, fica claro a necessidade de ter o cuidado com a aquisição e publicação dos dados criminais, como veremos ao final.

Passamos agora à análise dos homicídios nos municípios paulistas no ano de 2002 e 2003.

Nota-se pela tabela que em 18 municípios tem aumento e em 36 houve redução. A tabela 3 a seguir mostra os detalhes.

Tabela 3: Homicídios por Município- 2002/2003

| Evolução dos 55 Municípios em Relação aos Índices de Homicídios-período entre 2002 e 2003 | | 55 Municípios mais Importantes Economicamente do Estado de São Paulo | <u>Índices de Homicídios</u> (números absolutos) | | Números que indicam o aumento ou a redução dos índices entre 2002 e 2003 % |
|---|-----------|--|---|-------------|---|
| 2002 | 2003 | | 2002 | 2003 | |
| | | MUNICÍPIO | | | |
| 54 | 55 | Cubatão | 69.3 | 58.1 | -16.1 |
| 50 | 54 | Hortolândia | 55.1 | 56.3 | 2.3 |
| 55 | 53 | Embu | 75.8 | 54.1 | -28.7 |
| 53 | 52 | Itaquaquecetuba | 65.6 | 53.0 | -19.2 |
| 46 | 51 | Cotia | 52.8 | 49.5 | -6.3 |
| 42 | 50 | Campinas | 45.3 | 49.3 | 8.7 |
| 41 | 49 | Sumaré | 45.3 | 45.1 | -0.5 |
| 47 | 48 | Diadema | 53.1 | 44.5 | -16.2 |
| 36 | 47 | Barueri | 37.8 | 43.9 | 16.1 |
| 40 | 46 | Carapicuíba | 45.3 | 43.5 | -4.1 |
| 44 | 45 | Guarulhos | 52.2 | 41.9 | -19.7 |

| | | | | | |
|-----------|-----------|-----------------------|-------------|-------------|-------------|
| 48 | 44 | Osasco | 53.9 | 40.8 | -24.4 |
| 51 | 43 | Taboão | 62.1 | 40.3 | -35.1 |
| 37 | 42 | São Paulo | 43.2 | 40.2 | -6.9 |
| 43 | 41 | Mauá | 48.2 | 37.5 | -22.1 |
| 34 | 40 | São Bernardo do Campo | 34.9 | 34.4 | -1.4 |
| 32 | 39 | Suzano | 31.3 | 31.7 | 1.2 |
| 39 | 38 | Jacareí | 44.7 | 31.5 | -29.5 |
| 33 | 37 | São José dos Campos | 32.8 | 30.7 | -6.5 |
| 45 | 36 | São Sebastião | 52.7 | 30.4 | -42.4 |
| 31 | 35 | Santo André | 29.5 | 28.6 | -3.1 |
| 35 | 34 | Rio Claro | 35.3 | 26.4 | -25.2 |
| 49 | 33 | Guarujá | 54.6 | 25.3 | -53.6 |
| 29 | 32 | Sorocaba | 25.3 | 22.7 | -10.1 |
| 12 | 31 | Jaguariúna | 12.9 | 22.0 | 70.9 |
| 19 | 30 | Indaiatuba | 16.2 | 19.8 | 22.3 |
| 15 | 29 | Cajamar | 14.5 | 19.5 | 34.3 |
| 20 | 28 | Paulínia | 16.4 | 19.4 | 18.1 |
| 22 | 27 | Araçatuba | 18.0 | 19.0 | 5.3 |
| 38 | 26 | São Vicente | 44.0 | 19.0 | -56.9 |
| 21 | 25 | Mogi da Cruzes | 16.5 | 18.7 | 13.1 |
| 8 | 24 | Presidente Prudente | 10.2 | 18.3 | 79.6 |
| 24 | 23 | Araraquara | 19.5 | 18.0 | -7.7 |

| | | | | | |
|------------------|------------------|-----------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
| 17 | 22 | Piracicaba | 15.8 | 17.1 | 8.2 |
| <u>23</u> | <u>21</u> | <u>Jundiaí</u> | <u>19.5</u> | <u>15.7</u> | <u>-19.3</u> |
| 26 | 20 | Santa Bárbara D'Oeste | 21.2 | 15.2 | -28.1 |
| 28 | 19 | Itu | 24.7 | 15.2 | -38.4 |
| 7 | 18 | Moji-Guaçu | 10.1 | 15.2 | 50.0 |
| 16 | 17 | Limeira | 15.5 | 14.9 | -4.1 |
| 14 | 16 | Pindamonhagaba | 14.4 | 14.2 | -1.6 |
| 18 | 15 | Marília | 15.9 | 13.9 | -12.9 |
| 30 | 14 | Ribeirão Preto | 26.4 | 13.8 | -47.6 |
| 11 | 13 | Taubaté | 12.9 | 12.9 | 0.00 |
| 27 | 12 | Santos | 23.5 | 12.8 | -45.5 |
| 13 | 11 | Bauru | 14.3 | 12.4 | -13.6 |
| 52 | 10 | Praia Grande | 65.5 | 12.3 | -81,2 |
| 25 | 9 | Botucatu | 20.5 | 11.4 | -44,2 |
| 6 | 8 | Araras | 9.2 | 10.1 | 9.6 |
| 10 | 7 | São José do Rio Preto | 12.0 | 9.7 | -19.2 |
| 5 | 6 | São Caetano do Sul | 7.8 | 9.4 | 20.1 |
| 9 | 5 | São Carlos | 10.9 | 9.4 | -23.9 |
| 4 | 4 | Bragança Paulista | 7.5 | 8.3 | 10.0 |
| 2 | 3 | Franca | 5.0 | 6.5 | 30.6 |
| 3 | 2 | Americana | 5.3 | 5.2 | -1.1 |
| 1 | 1 | Louveira | 3.7 | 3.8 | 2.9 |

Fonte: Instituto de Estudos Metropolitanos, 2003

Na Tabela 3 que trata os homicídios ocorridos entre 2002 e 2003 nos municípios economicamente mais importantes do Estado de São Paulo, observa-se que Jundiaí apresentou redução nesse índice melhorando sua posição no ranking entre 2002 e 2003 passando de 23° para 21°. Campinas aumentou os índices de homicídio e sua posição no ranking destacando-se entre os seis municípios com maiores índices de homicídio do Estado de São Paulo. São Paulo reduziu os índices de 2002 para 2003, mas sua posição no ranking aumentou, passando da 37° colocação para a 42.º

Evidenciamos agora à análise dos roubos e furtos diversos (exceção veículos) nos municípios paulistas no ano de 2002 e 2003.

Nota-se pela tabela que em 45 municípios tem aumento e em apenas 10 houve redução. A tabela 4 a seguir mostra os detalhes.

Tabela 4: ROUBOS E FURTOS DIVERSOS (exceção veículos)- 2002/2003

| Evolução dos 55 Municípios em Relação aos Índices de Roubos e Furtos Diversos- período entre 2002 e 2003 | | 55 municípios mais importantes economicamente do Estado de São Paulo | Índices de Roubos e Furtos Diversos (números absolutos) | | Números que indicam o aumento ou a redução dos índices entre 2002 e 2003 |
|--|-----------|--|---|---------------|--|
| 2002 | 2003 | | MUNICÍPIO | 2002 | |
| 55 | 55 | Araçatuba | 3301,7 | 3639,7 | 10,2 |
| 51 | 54 | São José do Rio Preto | 2653,8 | 2963,1 | 11,7 |
| 49 | 53 | Ribeirão Preto | 2.327,7 | 2885,1 | 23,9 |
| 44 | 52 | Araraquara | 2243,8 | 2768,9 | 23,4 |
| 53 | 51 | Bauru | 2807,8 | 2735,7 | -2,6 |
| 43 | 50 | Jaguariúna | 2229,4 | 2623,0 | 17,7 |
| 47 | 49 | São Paulo | 2299,2 | 2591,4 | 12,7 |
| 46 | 48 | Marília | 2298,8 | 2583,1 | 12,4 |
| 42 | 47 | Campinas | 2194,5 | 2536,5 | 15,6 |
| 45 | 46 | São Caetano do Sul | 2260,6 | 2499,3 | 10,6 |
| 52 | 45 | Santos | 2694,6 | 2473,2 | -8,2 |

| | | | | | |
|------------------|------------------|--------------------------|----------------------|----------------------|--------------------|
| 32 | 44 | Franca | 1810,1 | 2337.7 | 29.1 |
| 34 | 43 | Pindamonhangaba | 1855,4 | 2328.9 | 25.5 |
| 48 | 42 | Botucatu | 2306,8 | 2265.2 | -1.8 |
| 31 | 41 | Rio Claro | 1771,7 | 2257.9 | 27.4 |
| 37 | 40 | Piracicaba | 1964,5 | 2225.3 | 13.3 |
| 38 | 39 | Americana | 1981,5 | 2214.6 | 11.8 |
| 36 | 38 | Moji-Guaçu | 1931,1 | 2189.8 | 13.4 |
| 39 | 37 | Santo André | 2028,1 | 2189.2 | 7.9 |
| 41 | 36 | Paulínia | 2125,4 | 2188.9 | 3.0 |
| 35 | 35 | Sorocaba | 1874,2 | 2174.7 | 16.0 |
| 21 | 34 | Limeira | 1566,5 | 2167.5 | 38.4 |
| <u>24</u> | <u>33</u> | <u>Jundiaí</u> | <u>1674,8</u> | <u>2044.0</u> | <u>22.0</u> |
| 27 | 32 | Taubaté | 1742,0 | 1941.0 | 11.4 |
| 26 | 31 | Cubatão | 1701,1 | 1940.3 | 14.1 |
| 28 | 30 | Araras | 1747,8 | 1938.6 | 10.9 |
| 17 | 29 | Indaiatuba | 1469,5 | 1929.4 | 31.3 |
| 40 | 28 | Bragança Paulista | 2123,4 | 1908.2 | -10.1 |
| 30 | 27 | Presidente Prudente | 1757,3 | 1904.1 | 8.4 |
| 16 | 26 | Itu | 1400,8 | 1865.8 | 33.2 |
| 22 | 25 | Jacareí | 1576,7 | 1800.1 | 14.2 |
| 23 | 24 | São Bernardo do Campo | 1615,4 | 1792.3 | 10.9 |
| 19 | 23 | São Carlos | 1529,8 | 1765.2 | 15.4 |

| | | | | | |
|----|----|-----------------------|--------|---------|-------|
| 25 | 22 | Mogi das Cruzes | 1691,5 | 1755.6 | 3.8 |
| 20 | 21 | Hortolândia | 1537,0 | 1736.9 | 13.0 |
| 50 | 20 | São Sebastião | 2363,4 | 1634.4 | -30.8 |
| 12 | 19 | Santa Bárbara D'Oeste | 1310,0 | 1616.0 | 23.4 |
| 15 | 18 | Diadema | 1373,3 | 1597.9 | 16.4 |
| 9 | 17 | Suzano | 1220,4 | 1591.3 | 30.4 |
| 14 | 16 | São José dos Campos | 1344,2 | 1527.6 | 13.6 |
| 13 | 15 | Osasco | 1343,2 | 1488.9 | 10.8 |
| 10 | 14 | Sumaré | 1251,1 | 1482.6 | 18.5 |
| 18 | 13 | Cotia | 1520,6 | 1481.4 | -2.6 |
| 11 | 12 | Taboão | 1274,8 | 1421.6 | 11.5 |
| 6 | 11 | Barueri | 1115,0 | 1361.5 | 22.1 |
| 7 | 10 | Mauá | 1145,2 | 1330.5 | 16.2 |
| 33 | 9 | Guarujá | 1847,8 | 11324.2 | -28.3 |
| 29 | 8 | São Vicente | 1748,0 | 1261.9 | -27.8 |
| 8 | 7 | Guarulhos | 1154,7 | 1208.3 | 4.6 |
| 2 | 6 | Louveira | 837,8 | 1169.2 | 39.6 |
| 4 | 5 | Cajamar | 963,9 | 1129.5 | 17.2 |
| 3 | 4 | Itaquaquecetuba | 946,9 | 1108.9 | 17.1 |
| 54 | 3 | Praia Grande | 2896,4 | 989.5 | -65.8 |
| 5 | 2 | Carapicuíba | 1078,5 | 973.3 | -9.7 |
| 1 | 1 | Embu | 835,8 | 848.3 | 1.5 |

Fonte: Instituto de Estudos Metropolitanos, 2003

A Tabela 4 evidenciou a modalidade roubos e furtos diversos, com exceção de veículos, ocorridos nos 55 municípios mais importantes economicamente do Estado de São Paulo entre 2002 e 2003, Jundiaí apresentou aumento de 22%, passando da 24° posição em 2002 para a 33° em 2003. As cidades de São Paulo e Campinas, aumentaram respectivamente, 12,7% e 15,6%. Percebe-se que Jundiaí superou as maiores cidades do Estado de São Paulo em relação a este indicador de criminalidade.

Passamos agora à análise dos roubos e furtos de veículos nos municípios paulistas no ano de 2002 e 2003.

Nota-se pela tabela que em 17 municípios tem aumento, entre estes o município de Jundiaí e em 38 houve redução. A tabela 5 a seguir mostra os detalhes.

Tabela 5: ROUBOS E FURTOS DE VEÍCULOS- 2002/2003

| Evolução dos 55 Municípios em Relação aos Índices de Roubos e Furtos de Veículos- período entre 2002 e 2003 | | 55 municípios mais importantes economicamente do Estado de São Paulo | Índices de Roubos e Furtos de Veículos (números absolutos) | | Números que indicam o aumento ou a redução dos índices entre 2002 e 2003 |
|---|-----------|--|--|---------------|--|
| 2002 | 2003 | | MUNICÍPIO | 2002 | |
| 55 | 55 | Santo André | 1716.6 | 1571.5 | -8.5 |
| 54 | 54 | São Caetano do Sul | 1573.6 | 1186.5 | -24.6 |
| 53 | 53 | Campinas | 1.037.9 | 1085.6 | 4.6 |
| 52 | 52 | São Bernardo do Campo | 952.2 | 892.3 | -6.3 |
| 51 | 51 | São Paulo | 897.3 | 874.9 | -2.5 |
| 48 | 50 | Diadema | 660.8 | 670.8 | 1.5 |
| 46 | 49 | Mauá | 649.8 | 618.2 | -4.9 |
| 43 | 48 | Jundiaí | 545.4 | 603.1 | 10.6 |
| 49 | 47 | Taboão | 670.7 | 575.6 | -14.2 |

| | | | | | |
|----|----|-----------------------|-------|-------|-------|
| 44 | 46 | Americana | 575.1 | 569.5 | -1.0 |
| 45 | 45 | Osasco | 637.9 | 540.8 | -15.2 |
| 37 | 44 | Santos | 447.0 | 489.4 | 9.5 |
| 39 | 43 | São José dos Campos | 457.1 | 480.7 | 5.2 |
| 38 | 42 | Sumaré | 447.3 | 436.3 | -2.5 |
| 40 | 41 | Guarulhos | 483.1 | 424.8 | -12.1 |
| 29 | 40 | Rio Claro | 340.7 | 420.7 | 23.5 |
| 50 | 39 | Barueri | 860.0 | 412.9 | -52.0 |
| 47 | 38 | Cotia | 657.7 | 393.6 | -40.2 |
| 35 | 37 | Itu | 383.8 | 373.4 | -2.7 |
| 41 | 36 | Jaguariúna | 496.1 | 368.4 | -25.7 |
| 32 | 35 | Piracicaba | 369.0 | 367.6 | -0.4 |
| 33 | 34 | Araras | 374.6 | 362.2 | -3.3 |
| 21 | 33 | São José do Rio Preto | 289.2 | 358.4 | 23.9 |
| 24 | 32 | Taubaté | 302.1 | 331.6 | 9.8 |
| 27 | 31 | Carapicuíba | 331.8 | 326.8 | -1.5 |
| 20 | 30 | Ribeirão Preto | 260.0 | 325.6 | 25.2 |
| 25 | 29 | Suzano | 305.1 | 308.0 | 0.9 |
| 26 | 28 | Sorocaba | 308.1 | 307.7 | -0.1 |
| 28 | 27 | Limeira | 332.3 | 305.1 | -8.2 |
| 30 | 26 | Paulínia | 345.5 | 302.9 | -12.3 |
| 22 | 25 | Indaiatuba | 289.7 | 300.5 | 3.7 |
| 31 | 24 | Jacareí | 361.3 | 291.2 | -19.4 |

| | | | | | |
|----|----|--------------------------|-------|-------|-------|
| 36 | 23 | Embu | 396.4 | 289.4 | -27.0 |
| 34 | 22 | Hortolândia | 377.4 | 287.0 | -23.9 |
| 17 | 21 | Itaquaquetuba | 239.8 | 267.0 | 11.3 |
| 19 | 20 | Mogi das Cruzes | 242.5 | 241.2 | -0.6 |
| 13 | 19 | Cubatão | 191.2 | 225.5 | 17.9 |
| 11 | 18 | Santa Bárbara D'Oeste | 187.9 | 218.5 | 16.3 |
| 18 | 17 | Louveira | 241.5 | 217.1 | -10.1 |
| 23 | 16 | Moji-Guaçu | 291.9 | 215.3 | -26.3 |
| 14 | 15 | Araçatuba | 198.8 | 198.8 | 0.0 |
| 16 | 14 | São Vicente | 235.0 | 185.6 | -21.0 |
| 42 | 13 | Praia Grande | 502.6 | 182.2 | -63.7 |
| 15 | 12 | Botucatu | 225.8 | 168.2 | -25.5 |
| 12 | 11 | Pindamonhangaba | 189.8 | 162.2 | -14.3 |
| 8 | 10 | São Carlos | 156.0 | 160.2 | 2.7 |
| 3 | 9 | Franca | 108.3 | 147.6 | 36.3 |
| 6 | 8 | Araraquara | 147.2 | 146.0 | -0.8 |
| 10 | 7 | Bauru | 180.5 | 145.5 | -19.4 |
| 9 | 6 | Bragança Paulista | 178.3 | 116.8 | -34.5 |
| 5 | 5 | Guarujá | 135.6 | 96.1 | -29.1 |
| 7 | 4 | São Sebastião | 152.1 | 95.4 | -37.3 |
| 4 | 3 | Cajamar | 110.3 | 86.8 | -21.4 |
| 2 | 2 | Marília | 81.9 | 65.0 | -20.7 |

| | | | | | |
|---|---|---------------------|------|------|-------|
| 1 | 1 | Presidente Prudente | 63.5 | 42.8 | -32.7 |
|---|---|---------------------|------|------|-------|

Fonte: **Instituto de Estudos Metropolitanos, 2003**

Observamos na Tabela 5 que cerca de 70% dos 55 municípios apresentaram redução dos números de roubos e furtos de veículos entre 2002/2003. No entanto, Jundiaí está entre os 30% dos 55 municípios economicamente mais importantes do Estado de São Paulo que apresentaram aumento destes índices, juntamente com Campinas, porém esta última aumentou 4,6% e permaneceu na mesma posição no ranking. Já, Jundiaí aumentou 10,6% e passou da 43° a 48° posição no ranking, ficando entre os 10 municípios com maiores índices nesta modalidade. Nesta categoria criminal o Município de Jundiaí superou até São Paulo que apresentou redução de 2,5%. No entanto, municípios como Praia Grande merece destaque pois reduziu cerca de 60% os índices desta categoria e Presidente Prudente, São Sebastião, Bragança Paulista, Cotia, Barueri reduziram mais que 30 % dos índices de roubos e furtos de veículos. No total dos municípios observados houve considerável melhora em relação a esta categoria criminal, mas Jundiaí ainda revela sua elevada taxa.

2.4.1- A Problemática dos Dados sobre Criminalidade Urbana:

As informações sobre os dados criminais apresentam vários problemas: subnotificação, indefinição e falta de uniformidade dos critérios, pressão social sobre a atuação policial, entre outros, como se observou na matéria publicada no Estado de São Paulo no dia 16/02/2005, a qual evidencia a dificuldade de se obter dados sobre crimes que representem de fato a realidade que se observa. Destaca que as maiores partes dos crimes que ocorrem não são feitos Boletins de Ocorrência.

Neste estudo identificou-se problema mais grave: a existência de números publicados em vários veículos de informações que não correspondem à realidade, pois na verdade cada fonte pesquisada apresentou números diferentes para cada modalidade de crime.

É evidente que outras pesquisas poderão ser elaboradas sobre esses assuntos: a “indústria do crime”; a “fabricação” de dados criminais, a questão política. Por não ser tema da pesquisa em análise fica o registro da dificuldade de se tentar representar a realidade da geografia do crime quando as fontes secundárias não cumprem com os rigores da responsabilidade científica. Deste modo, apresentaremos a seguir dados que foram coletados diretamente na Polícia Militar e Polícia Civil do Município de Jundiaí-SP que são dados oficiais.

CAPÍTULO III: CRIMINALIDADE EM JUNDIAÍ-SP

3.1- ÍNDICES DE CRIMINALIDADE

Anteriormente, comparamos Jundiaí aos principais municípios economicamente do Estado de São Paulo no que se refere aos seguintes índices criminais: homicídios, furtos e roubos diversos (exceção veículos) e furtos e roubos de veículos, observados entre os anos 2002 e 2003. No entanto, ao realizarmos o levantamento nos Boletins de Ocorrência junto a Polícia Militar de Jundiaí só foi possível obter dados a partir de 2003 nos arquivos que foram fornecidos pela Instituição em destaque. Assim, os mapas elaborados referentes aos índices criminais no município de Jundiaí terão como período de análise os anos 2003 e 2004.

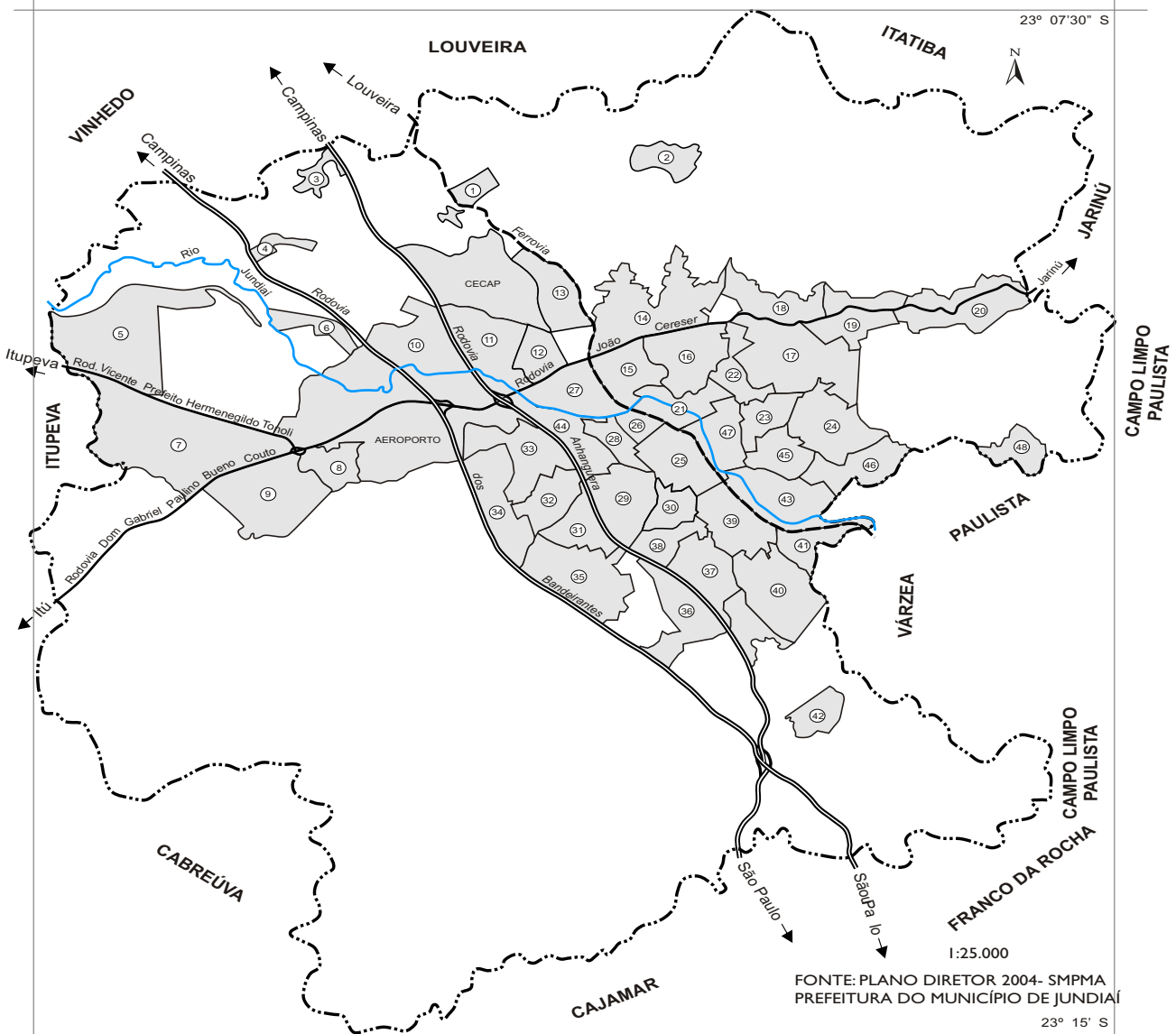
Os dados evidenciados a seguir representam a totalidade dos crimes ocorridos em Jundiaí de janeiro de 2003 a dezembro de 2004. Tiveram como fonte os Boletins de Ocorrência deste período extraídos dos arquivos da Polícia Militar do Município, como também, índices extraídos on-line da Polícia Civil, para que pudesse realizar a comparação entre os dados.

As categorias de crime elencadas foram: roubo e furtos de veículos, roubos e furtos em residências e pontos comerciais; tráfico de drogas e homicídios. Através da análise dos gráficos, que seguem a seguir, pode-se perceber os bairros que mais concentram os tipos de crimes levantados.

Para entender os mapas que evidenciam a espacialização dos índices criminais elaborou-se o mapa atual dos bairros de Jundiaí (SP), observa-se assim a Figura 3 abaixo:

47° 00' W

46° 52' 30" W



LEGENDA

- 1- CURUPIRA
- 2- RIO ACIMA
- 3- TRAVIÚ
- 4- BAIRRO DO POSTE
- 5- FAZENDA GRANDE
- 6- TULIPAS
- 7- MEDEIROS
- 8- PARQUE ELOY CHAVES
- 9- ERMIDA
- 10- DISTRITO INDUSTRIAL
- 11- ENGORDADOURO
- 12- TORRES DE SÃO JOSÉ

- 13- PARQUE CENTENÁRIO
- 14- PINHEIRINHO/REPRESA
- 15- HORTO FLORESTAL
- 16- MARCO LEITE
- 17- VALE AZUL
- 18- CERÂMICA IBETEL
- 19- CAXAMBU
- 20- NOVA ODESSA
- 21- VILA RIO BRANCO
- 22- JUNDIAÍ-MIRIM
- 23- JARDIM SÃO CAMILO
- 24- COLÔNIA

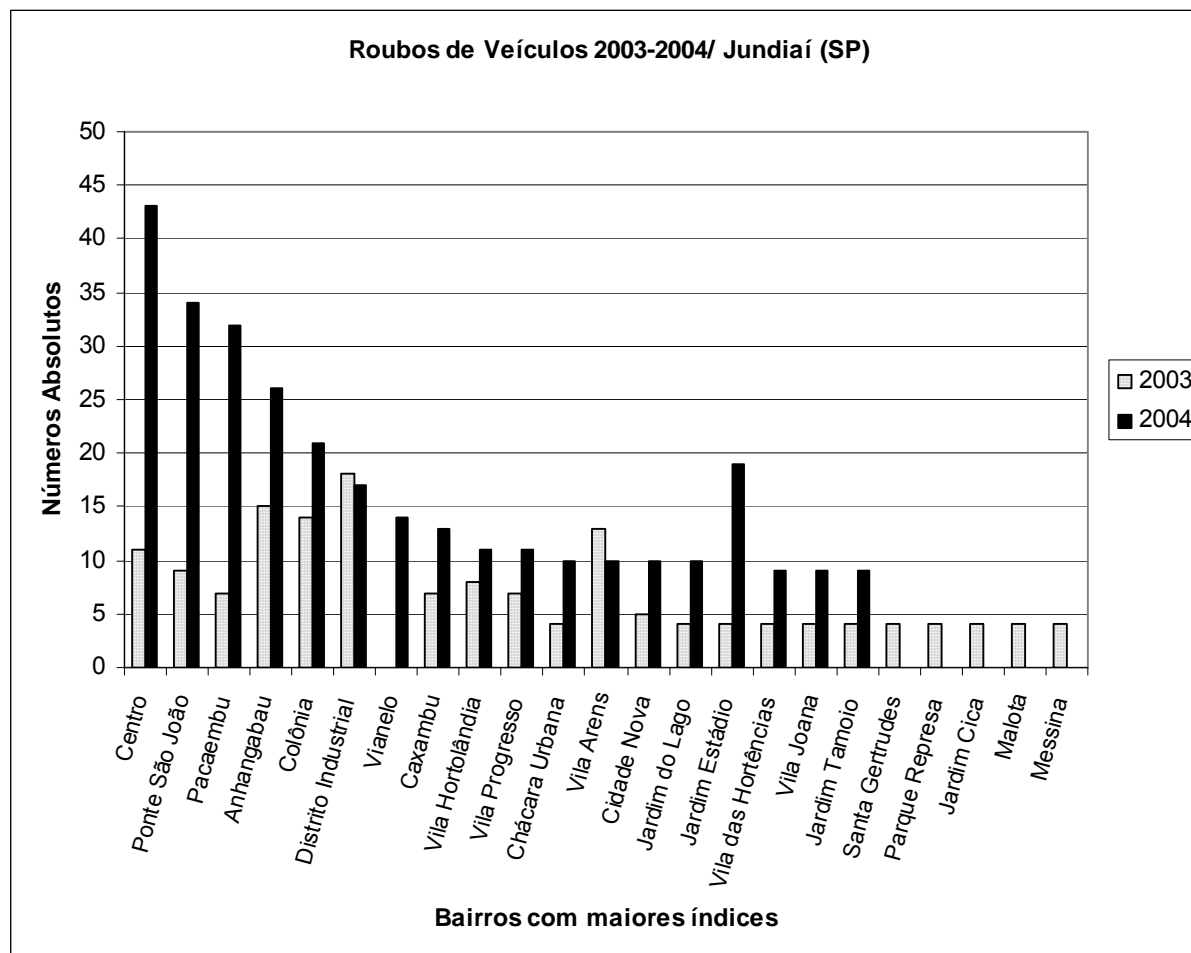
- 25- CENTRO
- 26- VL MUNICIPAL E CH.URBANA
- 27- VILA HORTOLÂNDIA
- 28- PARQUE DO COLÉGIO
- 29- ANHANGABAU
- 30- VIANELO
- 31- MOISÉS
- 32- JARDIM SAMAMBAIA
- 33- VILA ALVORADA
- 34- GRAMADÃO
- 35- MALOTA
- 36- VILA MARINGÁ

- 37- VILA RAMI E JD CICA
- 38- BONFIGLIOLI E MESSINA
- 39- VILA ARENS E VILA PROGRESSO
- 40- JARDIM DO LAGO
- 41- AGAPEAMA
- 42- JARDIM SANTA GERTRUDES
- 43- VILA NAMBI E TARUMÁ
- 44- RETIRO
- 45- JARDIM PACAEMBU E CIDADE NOVA
- 46- JARDIM TAMOIO
- 47- PONTE SÃO JOÃO
- 48- IVOTURUCAIA

Des. Gilberto D'Henrique
Org. Juliana Augusta Verona

Figura 3: Mapa Atual dos Bairros do Município de Jundiaí -SP

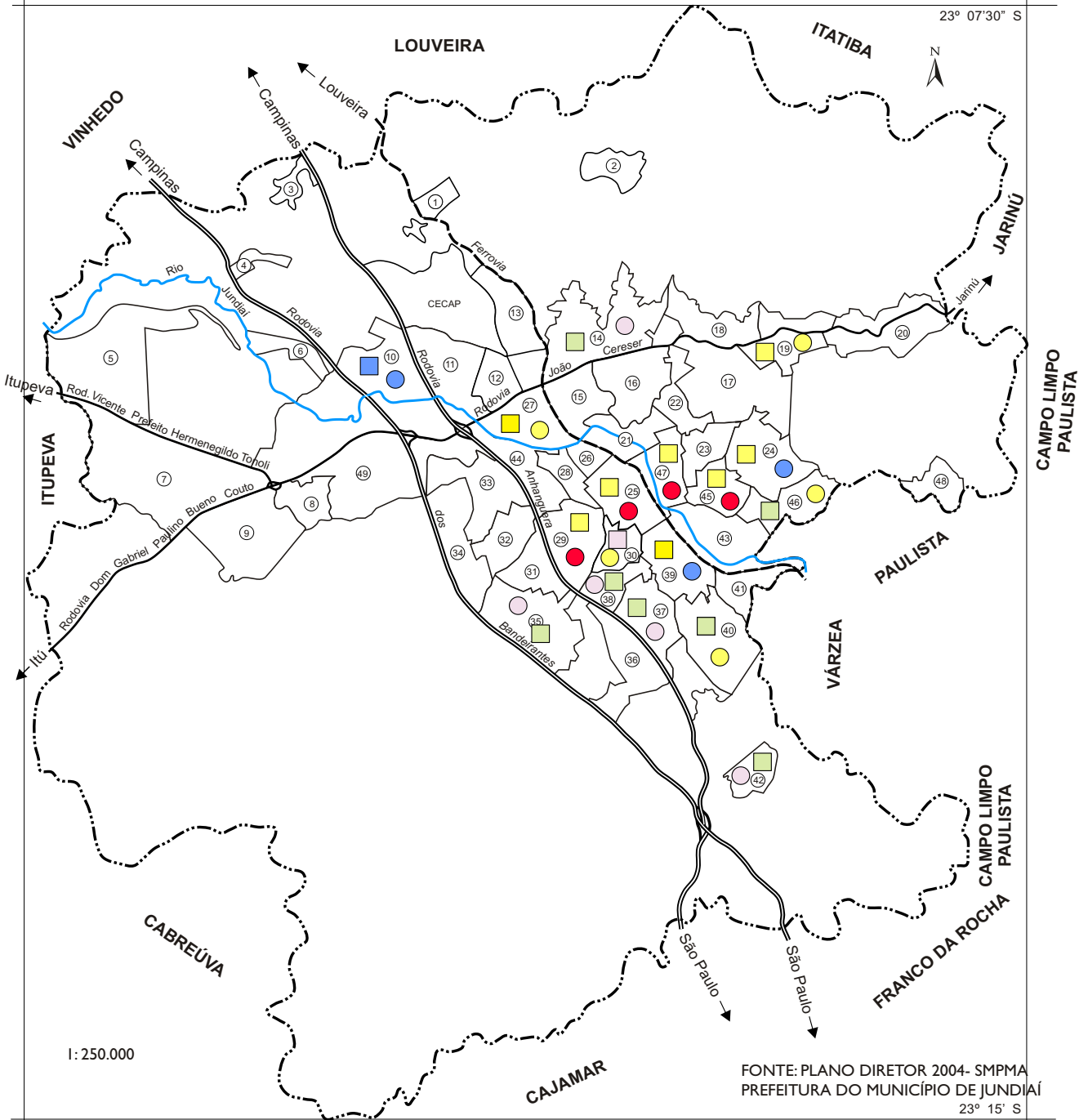
3.1.1- Análise de Gráficos e Espacialidades dos Índices de Roubos e Furtos de Veículos, Roubos Diversos (exceção veículos), Homicídios e Tráfico de Entorpecentes em Jundiaí (SP), 2003/2004



Fonte: Boletins de Ocorrência da Polícia Militar do Município de Jundiaí (anos de observação 2003 e 2004) e Registros da Polícia Civil do mesmo município e tendo como base o mesmo período. Organização: Juliana Augusta Verona

Diagrama 4: Roubos de Veículos – 2003/ 2004-Jundiaí (SP)

Observa-se no diagrama 4 que dos 23 bairros que apresentaram índices de roubos de veículos entre 2003 e 2004, 16 bairros aumentaram estes índices em 2004, aproximadamente 65%, e apenas 7 bairros apresentaram redução ou nenhum roubo ou furto de veículo ocorrido em 2004. Os 5 bairros com maiores índices de roubo de veículos foram: Centro, Ponte São João, Pacaembu, Anhangabaú e Colônia, como pode se observar no Mapa da Figura 5 que mostra esta espacialização:



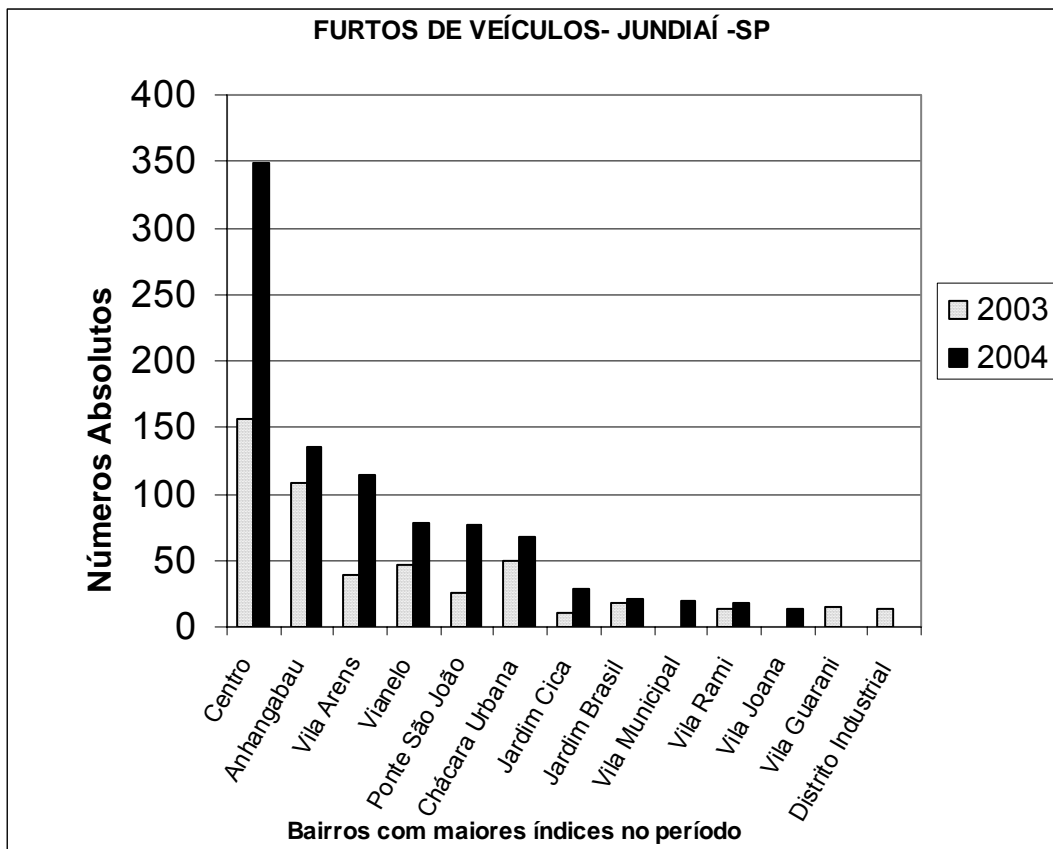
Fonte : Boletins de Ocorrência da Polícia Militar do Município e dados Criminais Coletados no site da Polícia Civil (Arquivos 2003 e 2004)

FONTE: PLANO DIRETOR 2004- SMPMA
 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
 23° 15' S

Des. Gilberto DHenrique
 Org. Juliana Augusta Verona

| 2003 | 2004 |
|--|--|
| ■ > 25 | ● > 25 |
| ■ 15 - 25 | ● 15 - 25 |
| ■ 5 - 15 | ● 5 - 15 |
| ■ < 5 | ● < 5 |
| ■ Sem Ocorrência | ● Sem Ocorrência |

Figura 5 - Roubos de Veículos no Município de Jundiaí (SP) 2003 - 2004



Fonte: Boletins de Ocorrência da Polícia Militar do Município de Jundiaí (anos de observação 2003 e 2004) e Registros da Polícia Civil do mesmo município e tendo como base o mesmo período. Organização: Juliana Augusta Verona

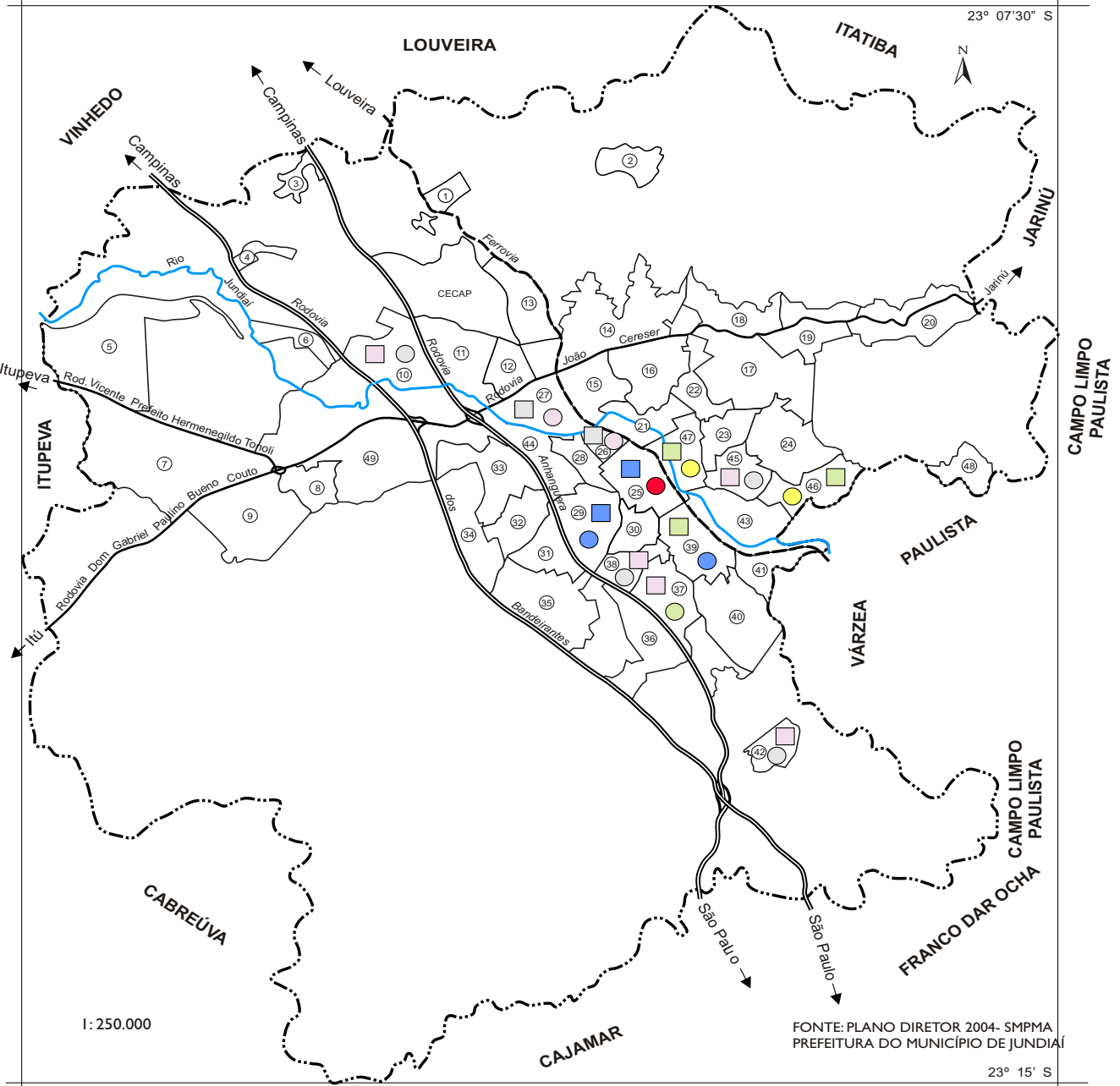
Diagrama 6: Furtos de Veículos- 2003 / 2004- Jundiaí (SP)

O diagrama 6 revela a totalidade de furtos de veículos ocorridos em Jundiaí-SP no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2004. Os furtos de veículos neste período destacaram 13 bairros com ocorrências, dos 13 bairros que apresentaram estes índices em 2003, 9 aumentaram as ocorrências em 2004, aproximadamente 65%. Através do Mapa apresentado na Figura 7 podemos observar a espacialização dos bairros que apresentaram estes índices no período de 2003 e 2004 e sua situação.

47° 00' W

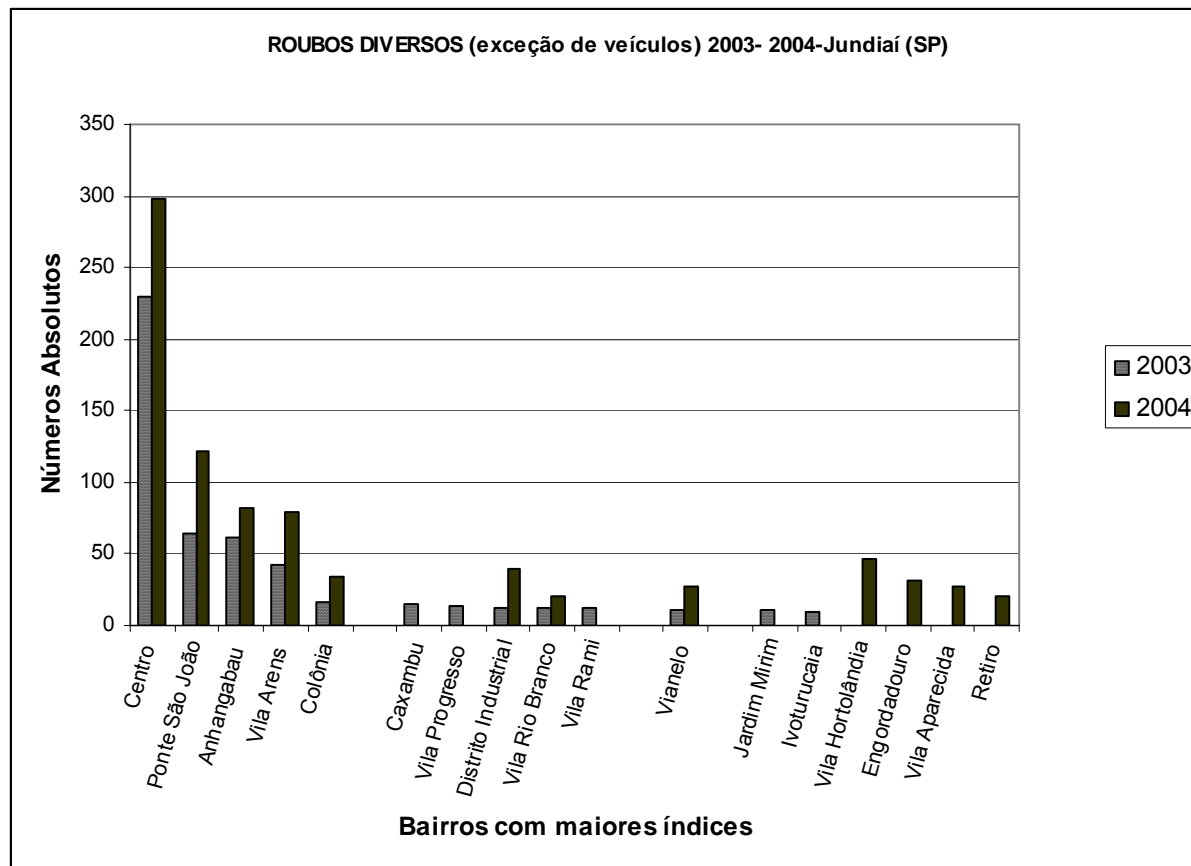
46° 52' 30" W

23° 07'30" S



- | | |
|---|---|
| 2003 | 2004 |
| ■ > 200 | ● > 200 |
| ■ 100 - 200 | ● 100 - 200 |
| ■ 50 - 100 | ● 50 - 100 |
| ■ 25 - 50 | ● 25 - 50 |
| ■ < 25 | ● < 25 |
| Sem Ocorrência | Sem Ocorrência |

Figura 7 - Furtos de Veículos no Município de Jundiáí (SP) 2003 - 2004



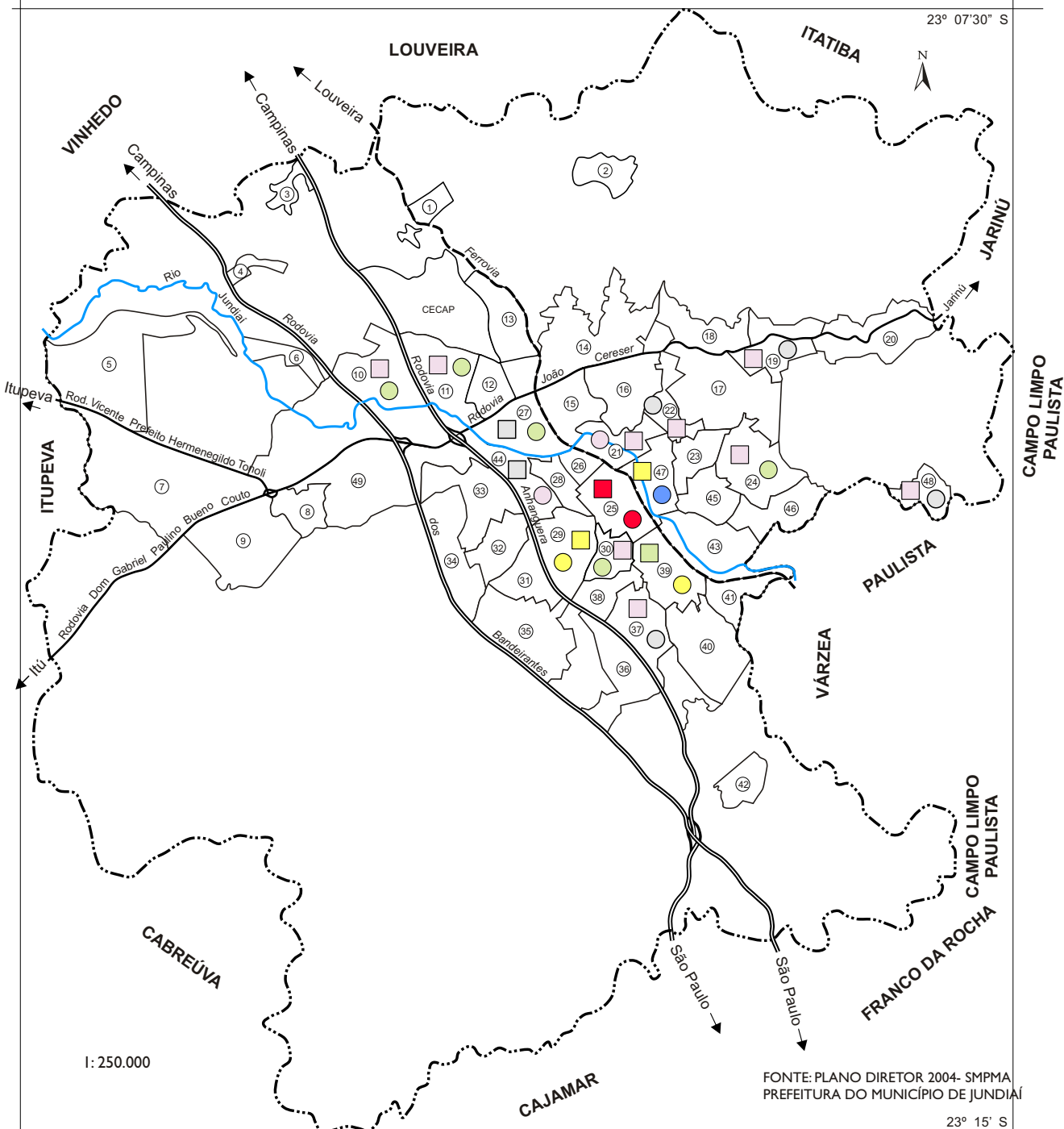
Fonte: Boletins de Ocorrência da Polícia Militar do Município de Jundiaí (anos de observação 2003 e 2004) e Registros da Polícia Civil do mesmo município e tendo como base o mesmo período. Organização: Juliana Augusta Verona

Diagrama 8: Roubos Diversos (exceção de veículos) - 2003/2004 - Jundiaí (SP)

O diagrama 8 indica a totalidade de roubos no município, com exceção aos ocorridos relacionados aos veículos, mas relacionados aos roubos de qualquer natureza e em estabelecimentos comerciais e residenciais. Dos 20 bairros que apresentaram ocorrências de roubos diversos, 13 bairros mostraram aumento destes índices, cerca de 65%, com destaque aos 5 bairros com maiores índices apresentados no período observado: Centro, Ponte São João, Anhangabaú, Vila Arens e Colônia. Os 7 bairros restantes não apresentaram ocorrências em 2004 como se pode observar com maior clareza no mapa representado na Figura 9.

47° 00' W

46° 52' 30" W



Fonte : Boletins de Ocorrência da Polícia Militar do Município e dados Criminais Coletados no site da Polícia Civil (Arquivos 2003 e 2004)

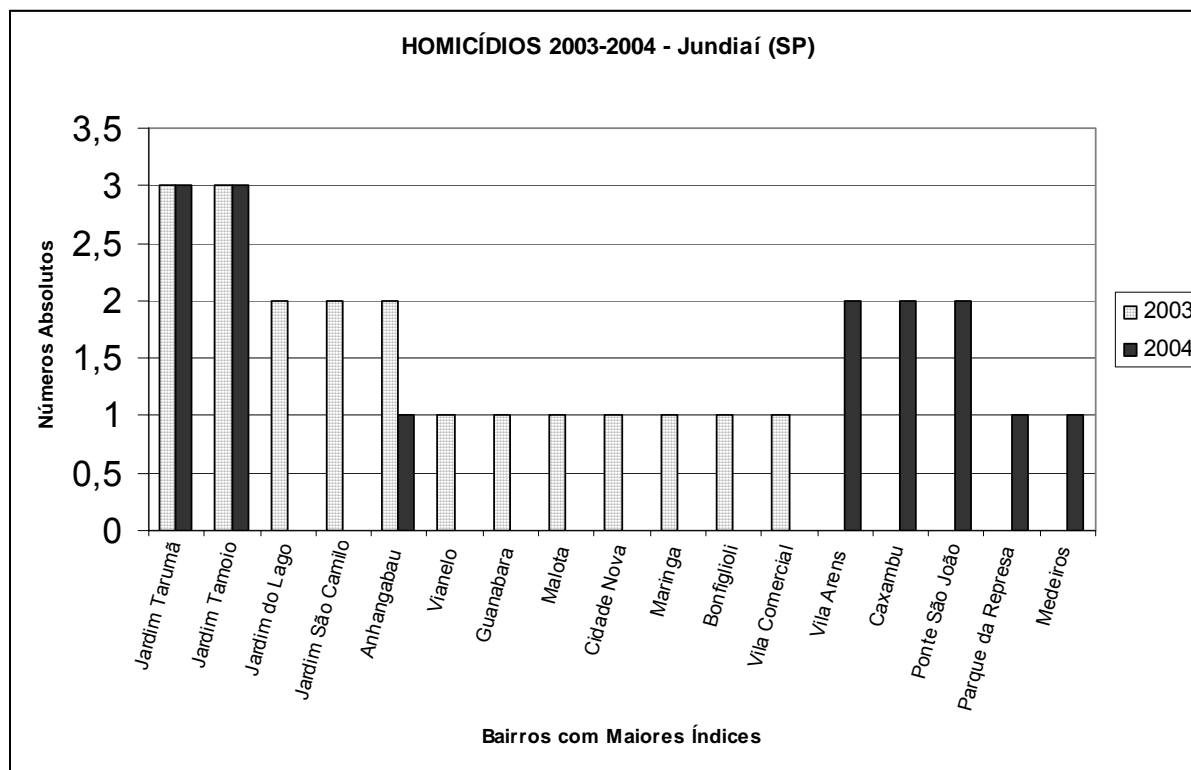
FONTE: PLANO DIRETOR 2004- SMPMA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

23° 15' S

| 2003 | 2004 |
|--|--|
| ■ > 200 | ● > 200 |
| ■ 100 - 200 | ● 100 - 200 |
| ■ 50 - 100 | ● 50 - 100 |
| ■ 25 - 50 | ● 25 - 50 |
| ■ < 25 | ● < 25 |
| ■ Sem Ocorrência | ● Sem Ocorrência |

Des. Gilberto DHenrique
Org. Juliana Augusta Verona

Figura 9 - Roubos Diversos (exceção de veículos) no Município de Jundiaí (SP) 2003 - 2004



Fonte: Boletins de Ocorrência da Polícia Militar do Município de Jundiaí (anos de observação 2003 e 2004) e Registros da Polícia Civil do mesmo município e tendo como base o mesmo período. Organização: Juliana Augusta Verona

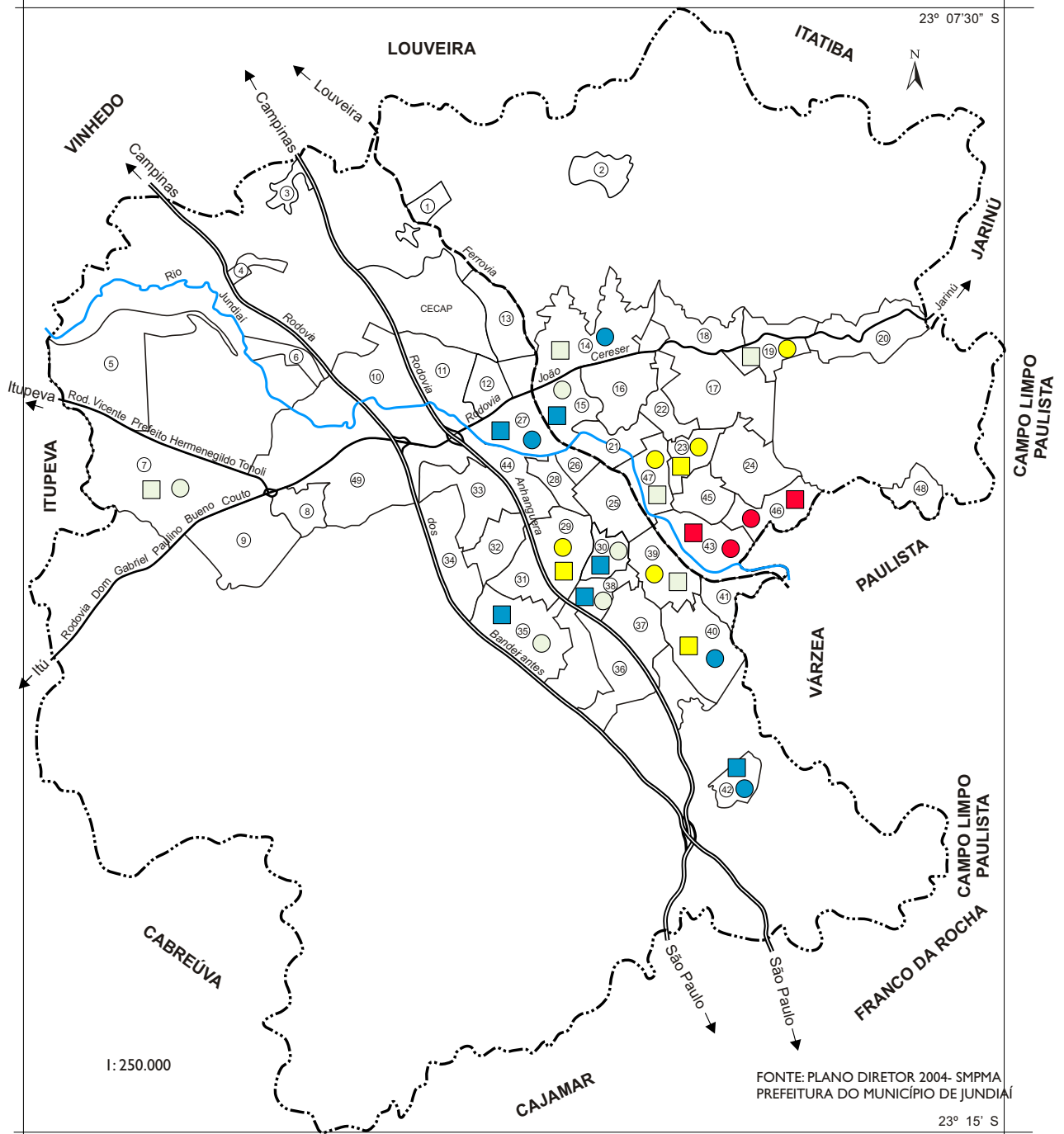
Diagrama 10: Homicídios - 2003/2004 – Jundiaí (SP)

O diagrama 10 demonstra a ocorrência de homicídios em todo o município no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2004. De todos os crimes identificados, esta categoria é a que representa a proximidade com o real, já que como evidenciamos anteriormente neste estudo, os dados que encontramos nos Boletins de Ocorrência não representam a totalidade, já que muitos crimes não são comunicados. Observa-se que dos 19 bairros que apresentaram ocorrências de homicídios em 2003 e 2004, 6 bairros apresentaram a existência destas ocorrências apenas em 2004 (Vila Arens, Caxambu, Castanho, Ponte São João e Parque da Represa), 2 bairros evidenciaram os mesmos índices em 2003 e 2004, 1 bairro (Anhangabaú) apresentou redução e 7 bairros não apresentaram as ocorrências. É

necessário evidenciar que o primeiro grupo apresentou ocorrência apenas em 2004 revela maior gravidade numa visão prospectiva. Vale ressaltar ainda, que de todas as categorias de crime propostas neste estudo, o indicador homicídio foi o que mais apresentou redução no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2004 como se observa na Figura 11 a seguir através do mapa:

47° 00' W

46° 52' 30" W



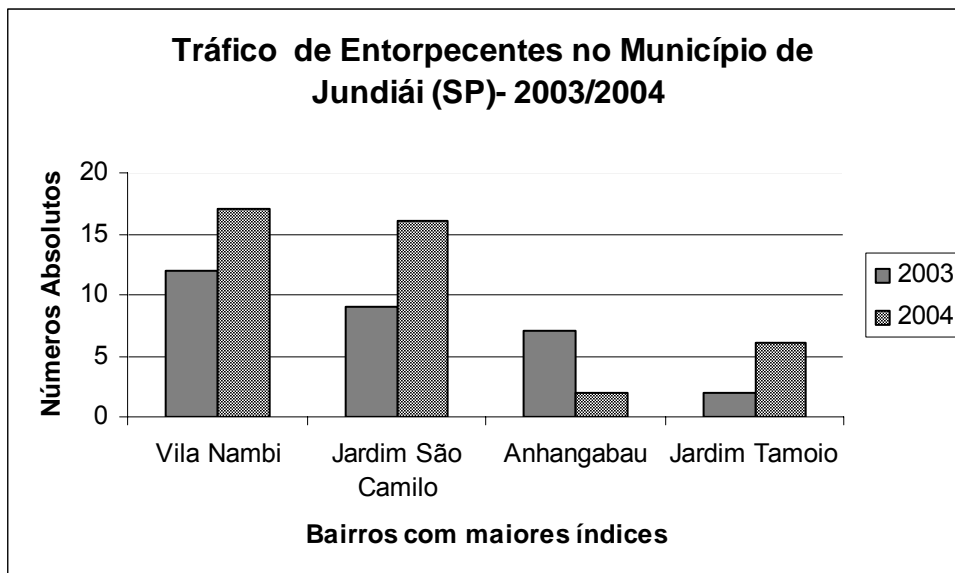
- | | |
|------------------|------------------|
| 2003 | 2004 |
| ■ > 5 | ● > 5 |
| ■ 3 - 5 | ● 3 - 5 |
| ■ ≤ 2 | ● ≤ 2 |
| □ Sem Ocorrência | ○ Sem Ocorrência |

FONTE: PLANO DIRETOR 2004- SMPMA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

23° 15' S

Des. Gilberto D'Henrique
Org. Juliana Augusta Verona

Figura 11 - Homicídios no Município de Jundiaí (SP) 2003 - 2004



Fonte: Boletins de Ocorrência da Polícia Militar do Município de Jundiá (anos de observação 2003 e 2004) e Registros da Polícia Civil do mesmo município e tendo como base o mesmo período. Organização: Juliana Augusta Verona

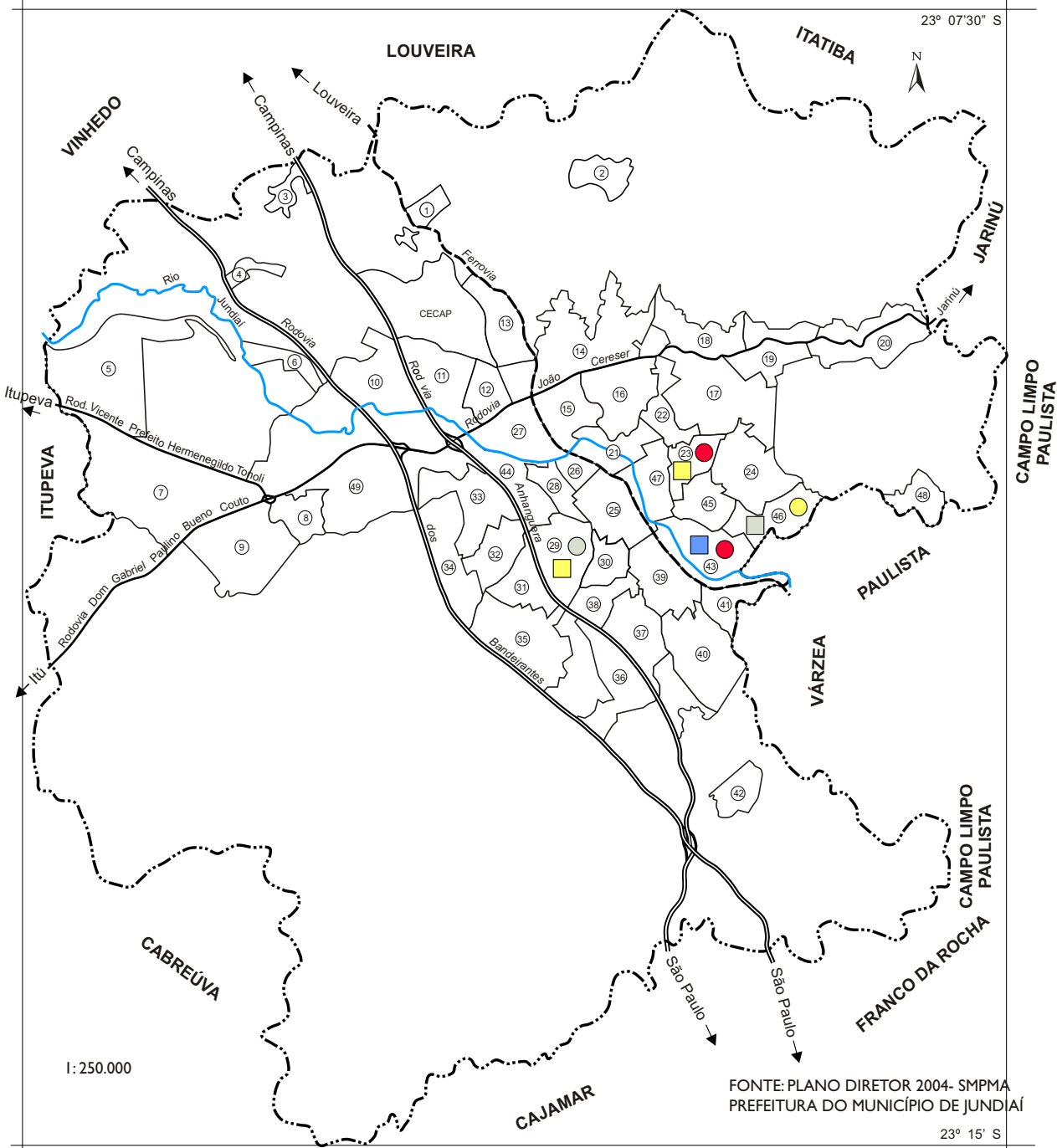
Diagrama 12: Tráfico de Entorpecentes - 2003/2004 – Jundiá (SP)

O diagrama 12 destaca os principais bairros que realizam o Tráfico de Entorpecentes no Município de Jundiá. Esta categoria criminal revelou 4 bairros no Município de Jundiá que apresentaram estas ocorrências em 2003 e 2004, sendo que 3 demonstraram aumento: Vila Nambi, Jardim São Camilo e Jardim Tamoio e apenas 1 bairro (Anhangabaú) apresentou redução para esta categoria de crime em 2004. A Figura 13 evidencia a distribuição nos bairros citados deste tipo de crime:

47° 00' W

46° 52' 30" W

23° 07'30" S



1:250.000

FONTE: PLANO DIRETOR 2004- SMPMA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

23° 15' S

| 2003 | 2004 |
|--|--|
| ■ > 15 | ● > 15 |
| ■ 10 - 15 | ● 10 - 15 |
| ■ 5 - 10 | ● 5 - 10 |
| ■ < 5 | ● < 5 |
| □ Sem Ocorrência | ○ Sem Ocorrência |

Des. Gilberto DHenrique
Org. Juliana Augusta Verona

Figura 13 - Tráfico de Entorpecentes no Município de Jundiaí (SP) 2003 - 2004

Observa-se na Figura 14 a seguir a distribuição dos bairros que apresentaram os maiores índices de criminalidade⁴ (furtos e roubos de veículos, como também roubos diversos) e os bairros com maior índice de tráfico de entorpecentes e homicídios. É importante perceber a localização destes bairros espacialmente, para que, ao relacionarmos as informações no item 3.3, se possa entender o porquê de denominarmos de “fluxos de criminalidade”.

⁴ O Índice de Criminalidade referente ao espaço urbano de Jundiaí foi obtido a partir da média da ocorrência dos tipos criminais por bairros como: roubos diversos, roubos e furtos de veículos, homicídios, tráfico de entorpecentes.

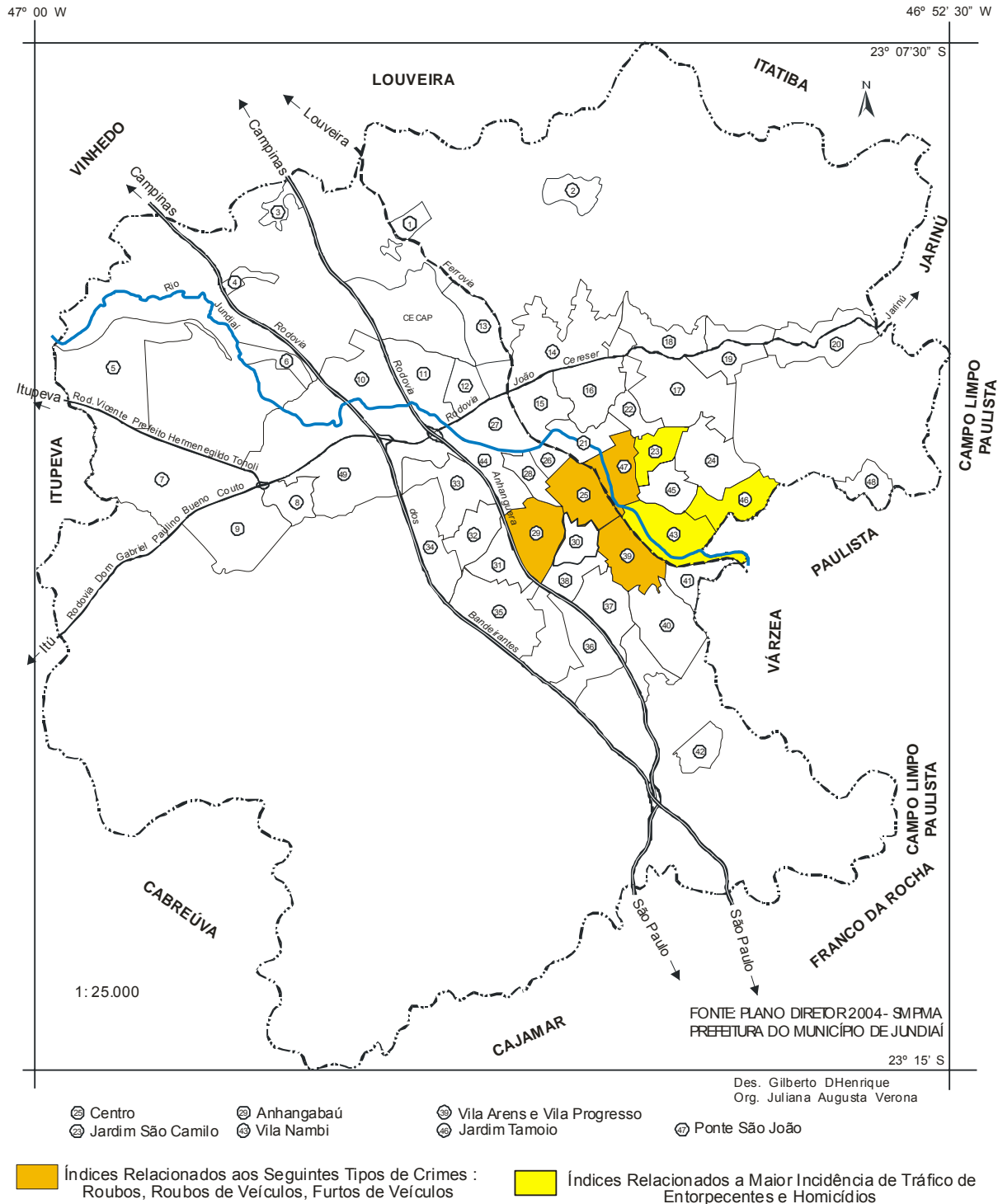


Figura 14 - Mapa dos Bairros que Apresentaram os Maiores Índices de Criminalidade e as Maiores Ocorrências de Tráfico de Entorpecentes e Homicídios no Município de Jundiaí (SP) 2003 - 2004- "FLUXOS DE CRIMINALIDADE"

Passamos agora a análise da distribuição espacial da criminalidade correlacionando com as avaliações sócio-econômicas dos bairros.

3.2- DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DE JUNDIAÍ (SP)

Os dados sócio-econômicos que serão analisados nas figuras 15, 16, 17, 18 e 19 foram obtidos diretamente com o IBGE (Censo Demográfico, 2000), já que a preocupação era obtê-los por bairros da cidade de Jundiaí. Para relacionar aos índices de criminalidade propostos nesta Tese escolheu-se a renda, o nível de instrução dos moradores do Município, além da identificação por bairro de áreas de integração social, espaços culturais, praças, número de escolas, cursos técnicos públicos oferecidos, postos de saúde e postos de polícia (civil, militar ou guarda municipal), além de evidenciar a estrutura etária da população, todos estes indicadores serão evidenciados no item 3.3.

3.2.1- Análise de gráficos e espacialidades dos índices de renda e grau de instrução dos responsáveis dos domicílios por bairros de Jundiaí(SP)

Os dados sócio-econômicos que deram origem às figuras 15, 16, 17, 18 e 19 foram organizados pela autora em tabelas (ANEXO III) e, a partir das tabelas se organizou os gráficos; além disso, para a melhor visualização da localização do bairro no município de Jundiaí, juntamente com os dados de renda e grau de instrução, dividiu-se o município em cinco zonas relacionadas às regiões apresentadas no Plano Diretor- 2004 do Município de Jundiaí.

Para realizarmos a análise dos dados estabelecemos os níveis de qualidade sócio-econômica (renda e grau de instrução) da cada bairro. O fato de não encontrarmos trabalhos realizados no que diz respeito ao estabelecimento de “padrões” que indicassem que determinado bairro apresenta boa ou ruim qualidade de vida, justamente por se tratar de dados subjetivos, estabelecemos critérios que acreditamos serem os mais adequados para que a comparação entre os bairros pudesse ser realizada. Assim, consideramos baixa, média e alta qualidade sócio-econômica quando: a) considerou-se **baixa qualidade** quando: mais que 40 % da população do bairro receber até 3 salários mínimos e para anos de estudo quando mais de 50% da população apresentar de 0 até o primeiro grau completo ou incompleto; b) considerou-se **média qualidade** quando: mais que 40 % da população do bairro receber mais que 3 até 10 salários mínimos e para anos de estudo quando mais de 50% da população apresentar o segundo grau completo; c) considerou-se **alta qualidade** quando: mais que 40 % da população do bairro receber mais que 10 salários mínimos e para anos de estudo quando mais de 50% da população apresentar curso superior e demais anos de estudo.

A Figura 15 identifica a Zona I que são os bairros localizados no Vetor Oeste I. O bairro Engordadouro apresenta baixa qualidade no que se refere à renda e grau de instrução e os outros bairros apresentam média qualidade para renda, sendo que somente o bairro Parque Eloy Chaves apresenta alto índice de instrução pois os demais apresentaram baixa qualidade para os anos de estudo.

A Figura 16 representa a Zona II que são os bairros localizados no Vetor Norte. Dos 8 bairros que compõem esta região, 4 apresentaram baixa qualidade de renda (Horto Florestal, Marco Leite, Cerâmica Ibetel e Jundiá-Mirim). No que se

refere a grau de instrução 3 bairros apresentaram média qualidade : Horto Florestal, Caxambu e Vila Rio Branco e o restante dos bairros apresentaram baixa qualidade para nível de instrução.

A Figura 17 representa a Zona III que indica os bairros localizados no Vetor Oeste II. Dos 9 bairros que compõem esta região, 5 apresentaram média qualidade de renda e dos 4 bairros restantes 3 apresentaram alta qualidade de renda (Parque do Colégio, Jardim Samambaia e Malota) e apenas 1 apresentou baixa qualidade de renda (Gramadão). No indicador nível de instrução 3 bairros apresentaram alto nível (Parque do Colégio, Jardim Samambaia e Malota), 3 apresentaram médio nível (Vila Municipal, Moisés e Anhangabaú) e 3 apresentaram baixo nível (Hortolândia, Vila Alvorada e Gramadão).

A Figura 18 representa a Zona IV e indica os bairros localizados na Região Sul. Dos 7 bairros que representam esta área, todos apresentaram média qualidade no que se refere a renda e no que diz respeito ao grau de instrução 5 apresentaram baixo nível e apenas 1 bairro apresentou médio (Vianelo) e 1 bairro apresentou alta qualidade para instrução (Jardim Bonfiglioli).

Para finalizar, a Figura 19 representa a Zona V e revela os bairros localizados na região Leste. Dos 7 bairros que representam esta área, 6 apresentaram média qualidade no que se refere a renda e apenas 1 apresentou baixa qualidade de renda (Jardim São Camilo). No que diz respeito ao nível de instrução 1 bairro apresentou alta qualidade (Centro), 2 apresentaram média qualidade (Colônia e Ponte São João) e 4 apresentaram baixa qualidade de instrução (Jardim São Camilo, Vila Nambi, Jardim Pacaembu e Jardim Tamoio).

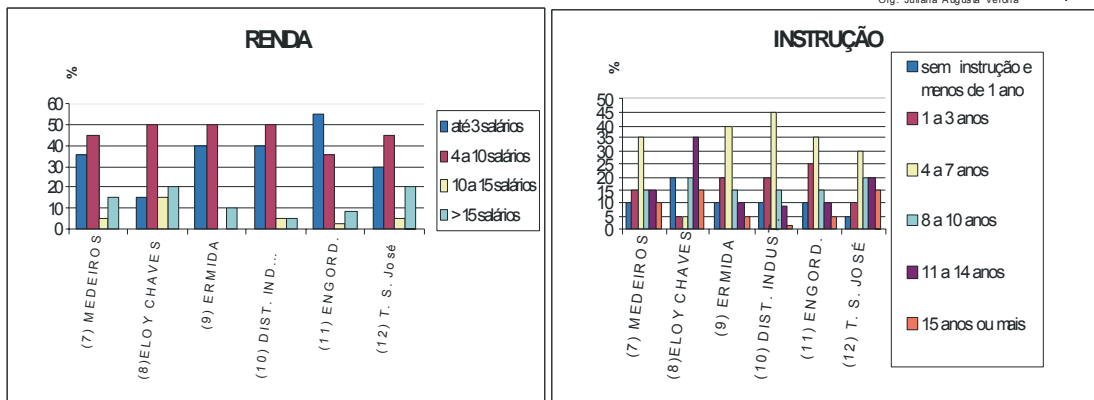
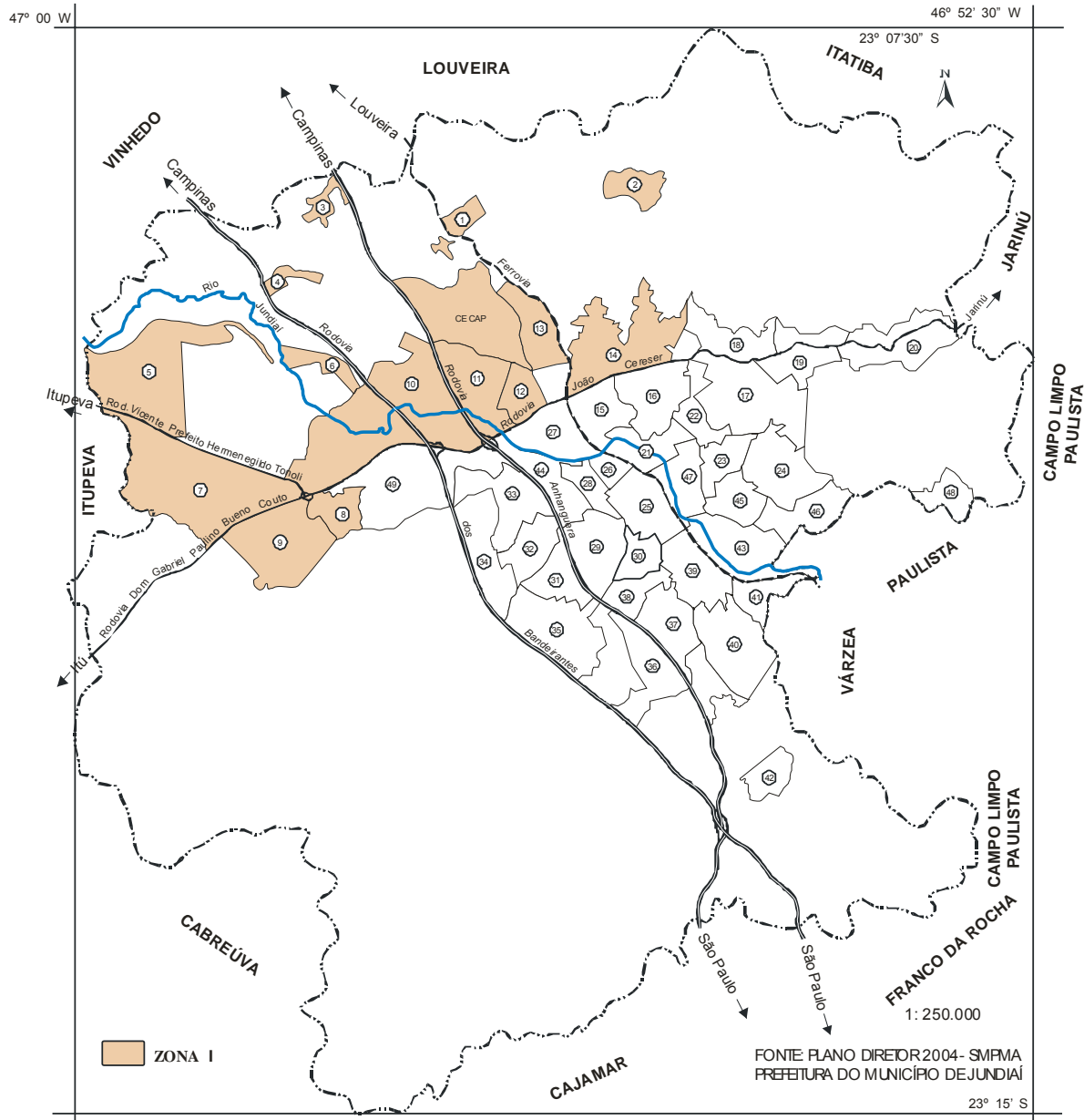
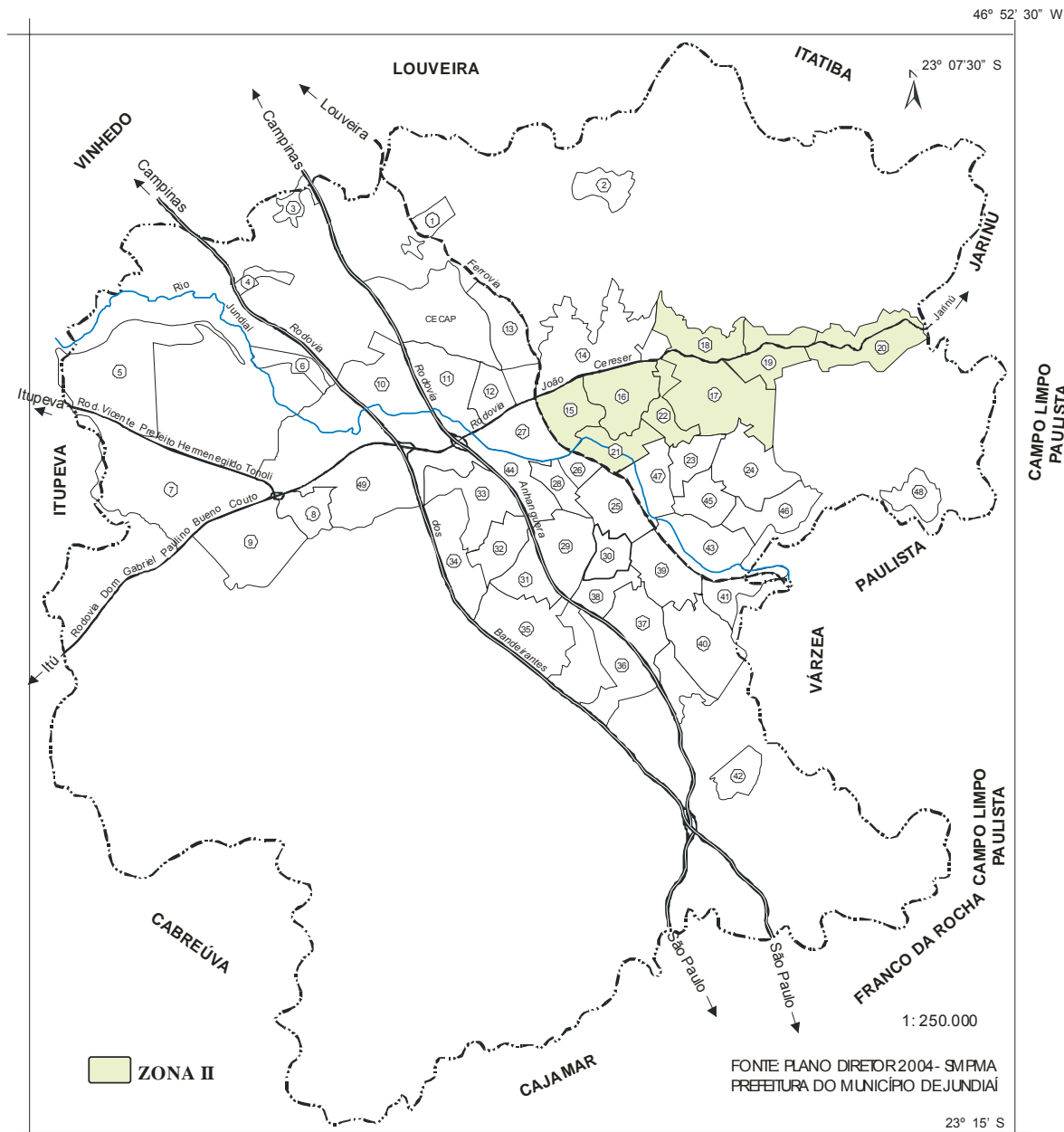


Figura 15 - Bairros localizados na Zona I do Município de Jundiá (SP) relacionada aos indicadores: renda e grau de instrução



FONTE: PLANO DIRETOR 2004 - SMFMA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIÁ

Des. Gilberto D'Henrique
Org. Juliana Augusta Verona

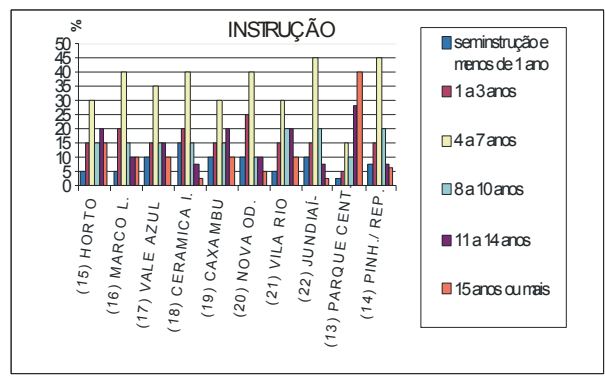
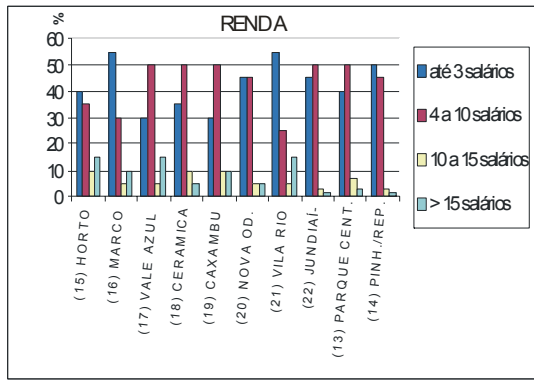


Figura 16 - Bairros localizados na Zona II do Município de Jundiá (SP) relacionada aos indicadores: renda e grau de instrução

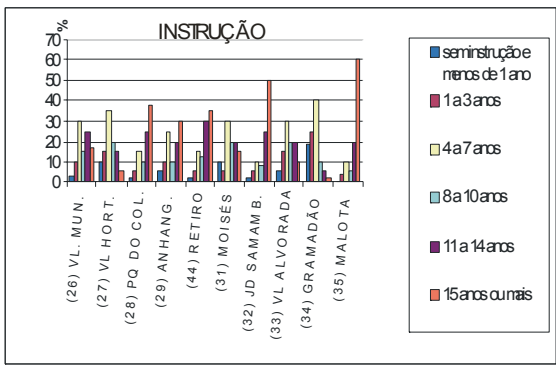
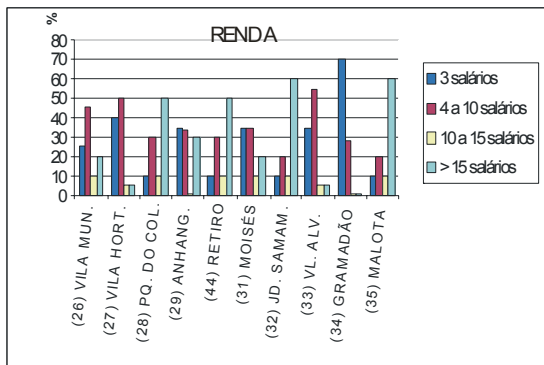
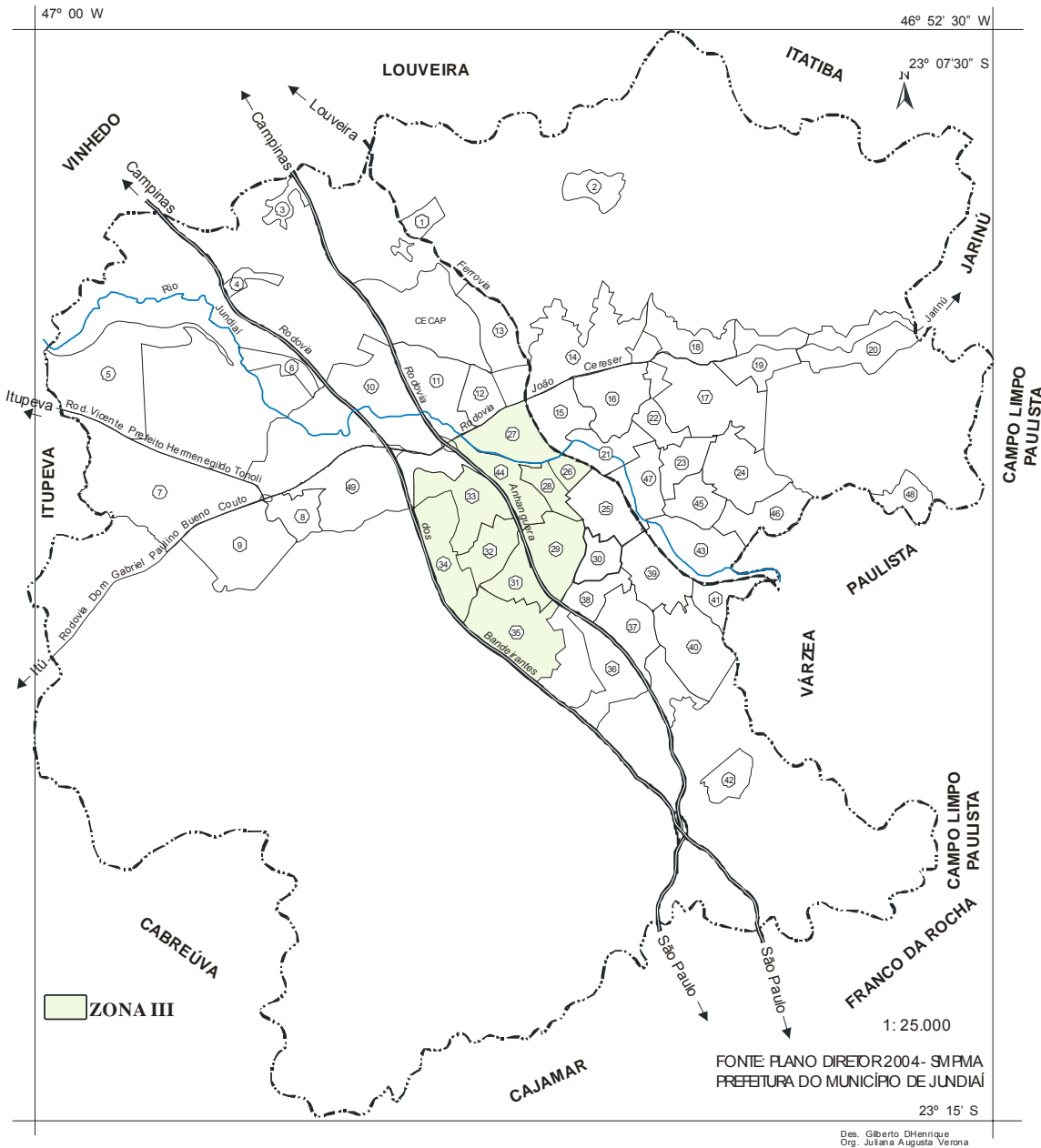


Figura 17 - Bairros localizados na Zona III do Município de Jundiá (SP) relacionada aos indicadores: renda e grau de instrução

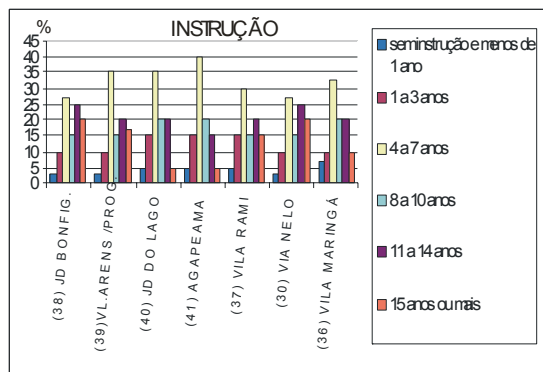
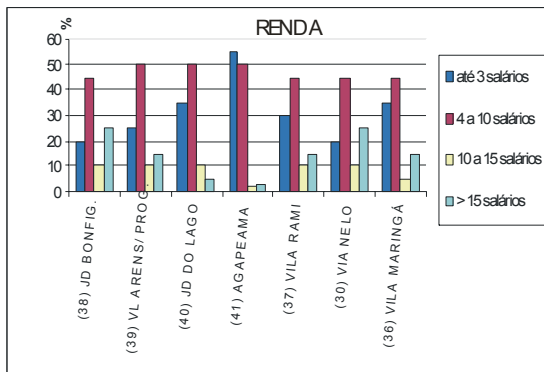
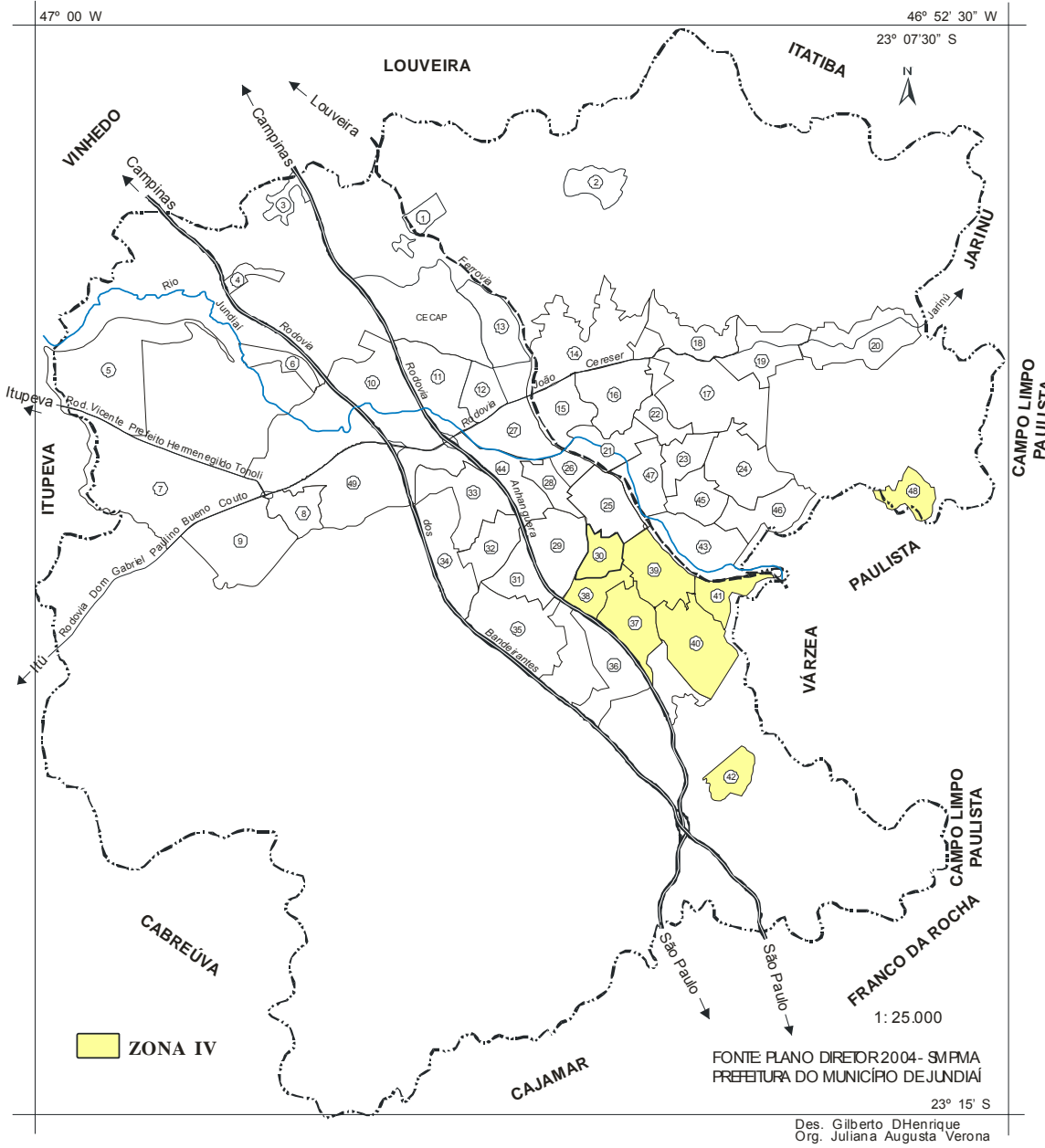
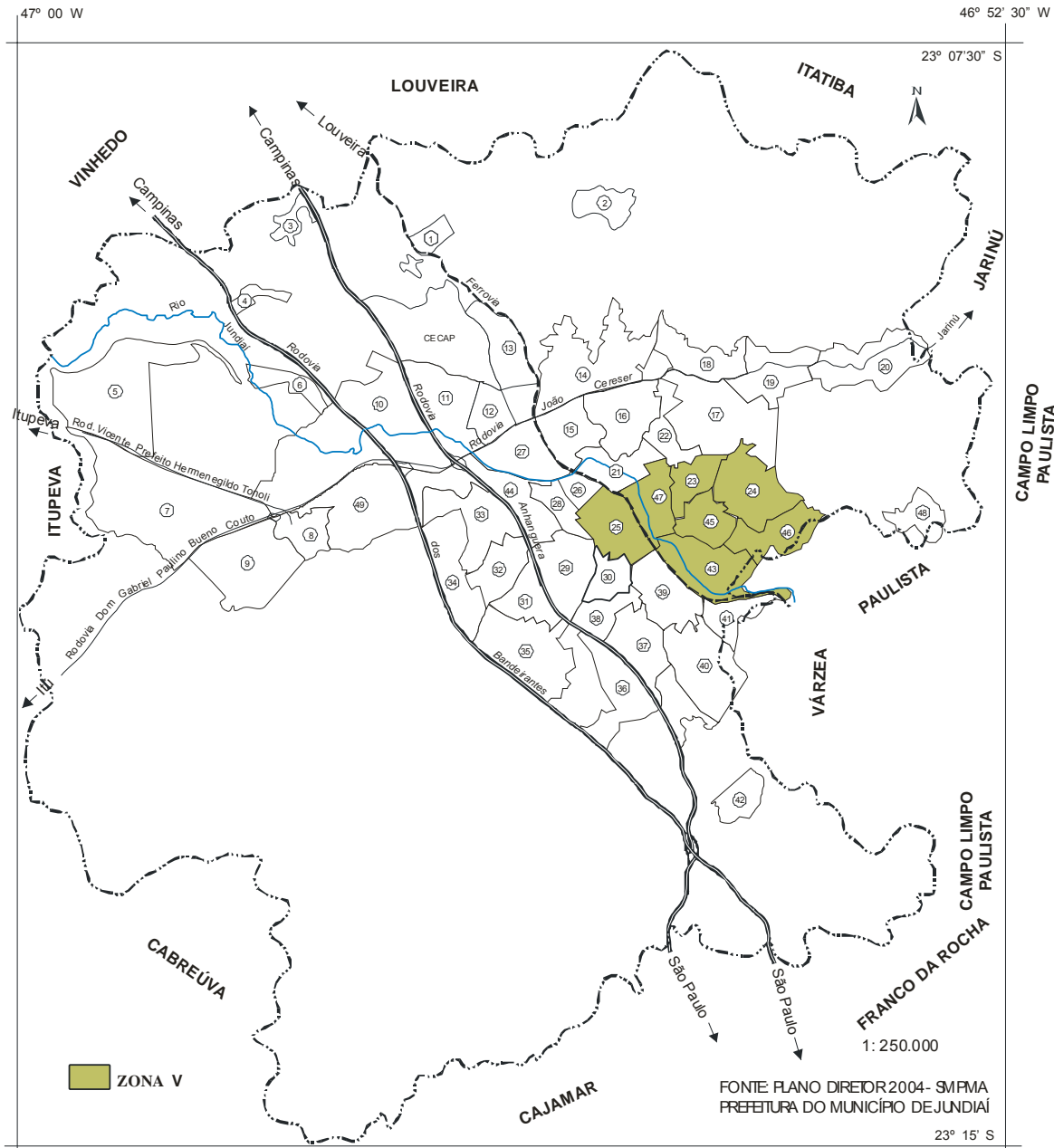


Figura 18 - Bairros localizados na Zona IV do Município de Jundiaí (SP) relacionada aos indicadores: renda e grau de instrução



Des. Gilberto D'Henrique
Org. Juliana Augusta Verona

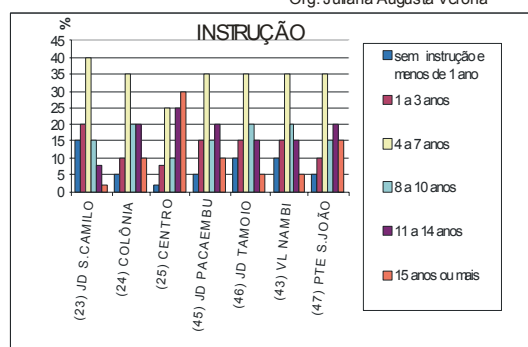
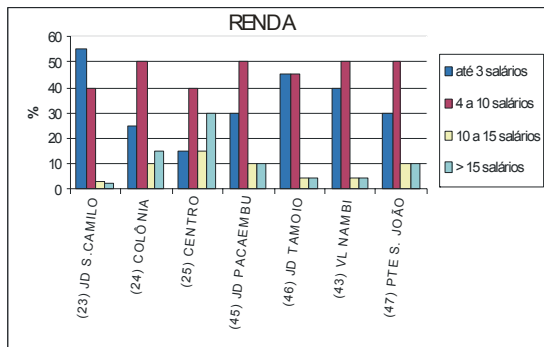


Figura 19 - Bairros localizados na Zona V do Município de Jundiaí (SP) relacionada aos indicadores: renda e grau de instrução

3.3 – LEVANTAMENTO DE INDICADORES URBANOS⁵ RELACIONADOS AOS DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS E CRIMINALIDADE NOS BAIRROS DE JUNDIAÍ-SP

A Tabela 6 foi elaborada a partir do levantamento de dados junto a Prefeitura de Jundiaí, como também de visitas técnicas pelos bairros. Teve como objetivo central elencar dados relacionados aos principais indicadores urbanos (número de escolas municipais do Ensino Básico, Escolas Estaduais do Ensino Fundamental e Médio, áreas de esportes e integração social, espaços culturais, número de praças, postos de segurança - polícia civil, militar ou guarda municipal-, postos de saúde e pronto atendimento, como também estrutura etária). Estes dados evidenciam e possibilitam maior conhecimento dos diferentes cenários que compõem os bairros de Jundiaí e, associados juntamente com renda e nível de instrução, podem contribuir para elaborar propostas de gestão urbana para reduzir os índices de criminalidade em Jundiaí.

Associando a Tabela 6 à Figura 14 onde se mapeou os bairros com maiores índices de criminalidade, como também os bairros com maiores índices de homicídio e tráfico de entorpecentes, pode-se perceber que a população que vive nos bairros: Anhangabaú, Centro, Vila Arens/ Progresso e Ponte São João estão próximos ao segundo grupo de bairros: Jardim São Camilo, Vila Nambi e Jardim Tamoio, o que nos leva num primeiro momento a questionar: será que o primeiro grupo de bairros, aqueles que representam os maiores índices de criminalidade sofrem estes tipos de crimes por serem lugares de passagem? Poderíamos confirmar a presença de "fluxos de criminalidade"?

⁵ Entender equipamentos urbanos como espaços de integração social, praças, escolas de ensino básico, fundamental e médio, espaços culturais, espaços de esporte, lazer, saúde e estrutura etária

Longe de tentar fazer uma análise simplista e preconceituosa, analisamos os dados sócio-econômicos, em especial destes dois grupos, que se destacaram por apresentar elevados índices criminais, mas com qualificações diferentes.

O primeiro grupo de bairros (Anhangabaú, Centro, Vila Arens/ Progresso e Ponte São João) apresenta população de 0 a 9 anos de idade com aproximadamente 10%; entre 10 e 29 anos variando entre 20 e 30%, ou seja, a maior parte da população dos bairros que mais sofrem com a criminalidade se concentra na faixa etária entre 30 e 59 anos (variando entre 40 e 50% da população total), o que nos revela que é justamente a população que compõe a classe trabalhadora que vem sofrendo com a criminalidade e se voltarmos aos dados sócio- econômicos (renda e educação) apresentados no item 3.2 perceberemos que esta população compõe a “classe média” jundiaiense; além disso, são bairros tradicionais onde cerca de 20% de sua população é idosa. Outro aspecto foi os dados referentes ao número de postos de polícias onde indicam que estes lugares apresentam sete postos de polícia (militar ou municipal), sendo que só no centro encontram-se quatro postos.

Diferente dos bairros do primeiro grupo (Anhangabaú, Centro, Vila Arens/ Progresso e Ponte São João), o segundo grupo (Jardim São Camilo, Vila Nambi e Jardim Tamoio) apresenta cerca de 20% da população entre 0 e 9 anos de idade e a população de jovens é muito alta, variando entre 40 e 50%, já a população de 30 a 59 anos varia entre 25 a 35 % do total. O que se destaca é que são bairros que apresentam baixo número de população acima de 60 anos. Os dados referentes a situação sócio-econômica demonstra que são bairros com grande população de média a baixa renda, baixo nível de instrução e grande quantidade de crianças e jovens em idade escolar, ou seja, que não estão ligados diretamente ao mercado de

trabalho e assim, não contribuindo para a melhoria da condição sócio-econômica destes bairros. Outro aspecto relevante é que dos três bairros apenas um possui um posto de polícia.

A Tabela 6 a seguir, destaca os indicadores urbanos distribuídos no Município de Jundiaí (SP) por bairros. Apresenta bairros que foram destacados em amarelo e vermelho, juntamente com o número 1 e 2, para que facilitasse a visualização quanto à relação destes bairros com a Figura 14 que tratou dos “Fluxos de Criminalidade”. Como já evidenciamos anteriormente, o primeiro grupo (por isso o número 1 na frente e a cor amarela) revela os bairros que mais sofrem com os índices criminais levantados (furtos e roubos de veículo, furtos e roubos diversos), já o segundo grupo (número 2 e em destaque com a cor vermelha) apresenta maiores números de homicídios e tráfico de drogas e como iremos observar na Tabela 6 apresenta os menores índices de indicadores urbanos, e destaca grande concentração de crianças e jovens, influenciando na redução da qualidade de vida destas populações.

CAPÍTULO IV: PROPOSTAS QUE CONTRIBUEM AO PLANO DE GESTÃO URBANO DE SEGURANÇA PÚBLICA EM JUNDIAÍ

Com o objetivo de eleger prioridades e apresentar propostas concretas ao planejamento do Município de Jundiaí se elaborou algumas propostas que podem contribuir ao plano de gestão urbano nas áreas que consideramos “áreas de risco”, no que se refere à criminalidade urbana de Jundiaí e que buscam solucionar problemas relacionados ao aumento dos índices criminais e o não acesso aos bens e serviços para que todos possam viver realmente em ambientes saudáveis e com segurança.

Encontramos um relato interessante no artigo escrito por Mesquita Neto (2004) publicado na Revista São Paulo em Perspectiva o qual demonstra a visão dos coronéis da Polícia Militar sobre o policiamento comunitário e prevenção do crime e destaca-se:

“...em relação a experiências no Brasil, os coronéis mencionam avanços e retrocessos na tentativa de implantação do policiamento comunitário, mas apontam como exemplo de experiência bem-sucedida o policiamento comunitário implantado em algumas regiões da cidade de São Paulo (Jardim Ângela, Belém, Centro, Brás, Santana, Brooklin, Higienópolis, Favela Pantanal e Favela Alba), Santo André (Sacadura Cabral), Ribeirão Preto (Oeste), Bauru, Presidente Prudente, Andradina, Araraquara, São José dos Campos, **Jundiaí** e Santos (Campo Grande)”. (pp 107-108)

Pergunta-se: se Jundiaí tem o policiamento comunitário, por que a população o desconhece? E a partir de que dados a chefia da polícia afirma que a experiência

está sendo bem sucedida se nas categorias de crimes que analisamos os dados indicaram que houve aumento?

Consideramos que antes de qualquer ação é fundamental entender a função da polícia e como ela está sendo vista pela sociedade, já que de acordo com os questionários aplicados para se medir a satisfação da sociedade jundiaense em relação à segurança pública afirmaram que a segurança oferecida pela polícia é insuficiente no município. Mas por quê? Será que todo o problema da criminalidade em Jundiaí está relacionado à polícia? O que a sociedade contribui para a redução da criminalidade? O que fazer para reduzir este índice?

Na verdade, a popularização dos debates sobre a questão, exceto em situações ainda isoladas e locais, parece não atingir amplamente a opinião pública para assumir um papel mais participativo nas ações de prevenção à violência e criminalidade urbanas, sobrepondo-se ainda na sociedade civil a idéia de que o seu combate e redução cabem à ação mais efetiva das policias, principalmente do seu aparato repressor. Estas perspectivas podem ser associadas ao histórico de conflitos e preconceitos entre as organizações policiais e as suas respectivas comunidades e vice-versa. No entanto, se de um lado, os policiais em suas organizações foram condicionados a se afastarem de suas comunidades de origem e a experimentar uma espécie de isolamento social, de outro lado, a sociedade foi socializada entendendo que a polícia "está do outro lado", era contra nós, era algo do Estado ou do governo, contra a sociedade (MUNIZ, 2001: p. 2).

Isto reforça a afirmação de BEATO FILHO ([S.d]: p. 2), "de que existe um grande desconhecimento no Brasil em relação ao sistema de justiça criminal em geral e especialmente sobre as organizações policiais".

Institui-se, então, um paradoxo em que apesar de as instituições públicas de segurança, em especial as organizações policiais, estarem 'desacreditadas' perante a população, continuam representando-lhe o principal mecanismo de combate à violência e à criminalidade.

Como moradora juntamente com outras pessoas da cidade de Jundiaí jamais havia ouvido falar que o município é um dos poucos do Estado de São Paulo que possui “polícia comunitária”. De todos os questionários aplicados nenhum cidadão sabia também deste fato.

Para esclarecer, Trojanowicz (1994) define policiamento comunitário como sendo:

“É uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área (...) o policiamento comunitário exige um comprometimento de cada um dos policiais e funcionários civis do departamento policial com a filosofia do policiamento comunitário. Ele também desafia todo o pessoal a encontrar meios de expressar esta nova filosofia nos seus trabalhos, compensando assim a necessidade de manter uma resposta imediata e efetiva aos incidentes criminosos individuais e às emergências, com o objetivo de explorar novas iniciativas preventivas, visando a resolução de problemas antes de que eles ocorram ou se tornem graves. O policiamento comunitário baseia-se também no estabelecimento dos policiais como “mini-chefes” de polícia descentralizados em patrulhas constantes, onde eles

gozam da autonomia e da liberdade de trabalhar como solucionadores locais dos problemas da comunidade, trabalhando em contato permanente com a comunidade – tornando as suas comunidades locais melhores para morar e trabalhar”.(TROJANOWICZ, p. 4-6, 1994)

Assim, buscou-se aqui destacar elementos para identificar os problemas existentes nas relações entre a comunidade, que foi avaliada através da aplicação dos questionários, e a Polícia Militar, auxiliando deste modo, o desenvolvimento de estratégias para que de fato o policiamento comunitário seja percebido na prática.

Os questionários tiveram como objetivo avaliar a satisfação da população do município de Jundiaí em relação à segurança pública. Foram aplicados cerca de 200 questionários, no período de maio e dezembro de 2003 e maio e dezembro de 2004, para alunos cursando o último ano do Ensino Médio em escolas públicas de bairros com baixa renda e escolas particulares com média a alta renda, além por amostragem de pessoas residentes em bairros de baixa, média e alta renda no Município de Jundiaí-SP.

Resultados dos questionários aplicados:

a) Questionamos se o entrevistado já ouvira falar do policiamento comunitário em Jundiaí e como é o policiamento no bairro em que residem. A maior parte da população aponta o descontentamento com a atuação da polícia, quando indagados sobre como é o policiamento no bairro em que residem. Cerca de 80% dos entrevistados nunca ouviram falar que Jundiaí tinha policiamento comunitário. Sobre o Bairro em que residem cerca de 75% estão insatisfeitos com o policiamento

existente e afirmaram que cada vez mais estão se protegendo com cerca elétricas, armas ou até mudando para condomínios fechados.

b) Para avaliarmos o sentimento que a polícia transmite perguntamos se elas já precisaram chamar a polícia ou não. Percebemos que as pessoas que já tiveram algum contato com a polícia (cerca de 60 %) admitiram sentir mais medo dela do que as que nunca precisaram acioná-la. Da mesma forma, a polícia lhes transmite menos segurança que para aqueles com quem nunca tiveram contato.

c) Neste último item atribuído aos entrevistados, indagamos quais as sugestões poderiam ser dadas para melhorar o policiamento em seu bairro e obtivemos idéias muito qualitativas que seguem:

A primeira sugestão atribuída com grande peso, cerca de 70% dos entrevistados foi aumentar e melhorar a ronda para melhorar a atuação da Polícia Militar - indicaram que pelo menos quando saem ou voltam do trabalho -, o que reforça a ignorância da população em relação à função da polícia, muito mais abrangente que simplesmente circular nos bairros. O papel ostensivo, apesar de importante, não constitui a única função da polícia, mesmo da PM. Como podemos ver em BEATO Fº, a função essencial das polícias, respeitando-se a contextualização histórico-cultural, consiste em:

“... dirigir-se a dois aspectos centrais no sistema de segurança pública: o primeiro diz respeito às atividade de manutenção da ordem, e o segundo ao aspecto simbólico da justiça (Bayley, 1994. Bittner, 1990). A manutenção da ordem se dá mediante a presença visível do estado e não refere-se exclusivamente aos delitos criminais, que constituem menos de 15% do que é efetivamente realizado pelo policiamento ostensivo, mas a atividades de pacificação, mediações de conflitos, inclusive em âmbitos domésticos,

patrulhamento e, em volume significativo, atividades assistenciais (Banton, 1964. Muir, 1977. Fielding, 1984. Bittner, 1990). A presença simbólica da justiça, por outro lado, refere-se à implementação da lei, e à certeza de punição quando normas sociais são feridas. Trata-se de atividade que requer grande apego à legislação e aos procedimentos da legislação penal, ao passo que o policiamento ostensivo refere-se mais ao universo da "ordem social" difusamente e vagamente concebido pelas pessoas em seu dia a dia (BEATO Fº, [S.d.]: p. 4-5).“

O que nos coube, a partir da análise dos questionários aplicados à população de Jundiaí, foi elaborar lista contendo os problemas da polícia e da segurança pública, apontados nos questionários aplicados e ordenados pela quantidade de respostas comuns:

- 1) Policiais com baixos salários e com poucos direitos e garantias, com escolaridade, treinamento e supervisão insuficiente ou inadequada, com viaturas e equipamentos insuficientes ou inadequados;
- 2) Poucos policiais trabalhando nos locais de maior risco de criminalidade;
- 3) Polícia distante da comunidade, falta de comunicação e cooperação entre os membros da comunidade;
- 4) Desrespeito, ineficácia e ineficiência e até violência por parte da polícia, principalmente em relação à população pobre e aos grupos minoritários;
- 5) Falta de comunicação e integração entre a polícia militar e polícia civil;
- 6) Presença excessiva, descontrolada de drogas ilícitas e álcool na sociedade;

- 7) Presença excessiva, descontrolada de armas na sociedade e que através do Plebiscito realizado no final de 2005 não limitará o uso destas armas pela sociedade;
- 8) Desvalorização da vida e valorização da violência nos meios de comunicação social;
- 9) Escolaridade insuficiente;
- 10) Desemprego.

Diante dos problemas identificados nos questionários aplicados uma lista de soluções possíveis e desejáveis foi elaborada para que o policiamento comunitário que já existe em Jundiaí-SP tenha realmente ações que lhe deram este título:

1. Valorizar o policial militar através da conscientização da importância que tem para a sociedade.
2. Equipar adequadamente os policiais
3. Formar agentes multiplicadores para oferecer instrução sobre o policiamento comunitário para todos os policiais.
4. Aumentar a presença dos policiais nas ruas, particularmente nas áreas e horários de maiores riscos de crimes e delitos, nos caso específico os bairros: Ponte São João, Vila Arens e Vila Progresso, Centro e Anhangabaú que apresentaram maiores ocorrências de furtos e roubos diversos e de veículos.
5. Valorizar o patrulhamento a pé, que possibilita maior interação com a comunidade.

6. Fixar policiais em áreas determinadas, nas bases comunitárias de segurança.
7. Estabelecer meios de comunicação permanentes entre polícia e comunidade.
8. Melhorar o bem estar e a qualidade de vida da comunidade.
9. Orientar a população sobre a responsabilidade de cada um e sobre as formas de prevenção dos crimes e orientando as necessidades particulares de cada bairro.
10. Melhorar a qualidade de treinamento na polícia militar, principalmente de soldados, já que os oficiais são formados no qualificado curso da “Polícia Militar do Barro Branco”;
11. Criar Conselhos de Segurança Comunitária e outras organizações locais onde possa acontecer a interação entre polícia militar e polícia civil e destas com os outros órgãos públicos.

Vale ressaltar que as ações propostas aqui foram elaboradas juntamente com as respostas analisadas dos questionários aplicados. Devemos considerar também que, para o envolvimento da população como agente decisivo na contenção da criminalidade, atuando juntamente com a polícia, é preciso que haja uma relação de confiança mútua, principalmente da população em relação a polícia, pois o medo de que esta tem de se expor é óbvio. Porém, trata-se de evidenciar ações que são possíveis de serem realizadas, basta à vontade de querer fazer e saber que cada um tem a responsabilidade com a segurança pública. Destacou-se a necessidade de mudanças de atitude de todos os envolvidos e, mais ainda, a necessidade de

mudança de sentimentos. Sentimentos estes arraigados por uma prática de anos. Evidencia-se que a proteção do indivíduo deve partir primeiramente dele, ou seja, deve partir do particular para o geral e não o inverso. Se conseguirmos demonstrar estes aspectos para a população com certeza a polícia comunitária terá sentido e, a possibilidade de redução da criminalidade em Jundiaí será muito maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criminalidade no Brasil aumenta e adquire novas formas de modalidades no final dos anos 70, e, sobretudo no início dos anos 80. Nesse período, destaca-se o grande crescimento no número de homicídios, que passa a ser a principal causa de morte na faixa etária de 15 - 39 anos (e quase 80% na faixa de 15 - 19). O crescimento mais acentuado passa a ocorrer no final da década de 80 e início dos 90, apesar do crescimento contínuo nas duas décadas. A taxa de homicídio por 100 mil habitantes cresceu de 11 em 1980 para 25 em 2002 (SENASP-2002), com crescimento gradual. Na população masculina esse crescimento foi de 21,2 para 43,5, e na população feminina, embora com dimensão muito menor, o crescimento foi da mesma grandeza (de 2,3 para 4,4). O maior propulsor deste tipo de violência foi e é cada vez mais o homicídio cometido com arma de fogo. Dados da Organização das Nações Unidas - ONU revelaram que quase 90% dos 50.000 homicídios cometidos no Brasil em 1996 foram com uso de armas de fogo (80% destes com armas de baixo calibre). As vítimas preferenciais destas mortes são os adolescentes e jovens adultos do sexo masculino. A esse perfil, deve ser destacado o surgimento de dois fatores determinantes para a generalização da violência e explosão da criminalidade: o crime organizado, sobretudo relacionado ao tráfico de drogas, e o comércio ilegal de armas.

Estudos realizados no Brasil, a partir da década de 80, apontam que territórios que vivem diferentes condições sócio-econômicas tendem a apresentar riscos diferenciados para suas populações, em diversos campos (saúde, ambiente, estratégias de sobrevivência). Dentro desse quadro, os estudos espaciais

comparativos das diferentes áreas de uma cidade tornam-se instrumentos importantes, tanto para a percepção e monitoramento das dinâmicas sociais, possibilitando a elaboração de políticas sensíveis a essas dinâmicas, quanto para a definição de prioridades na execução das políticas.

Independentemente da classe social considerada, elementos semelhantes nas concepções de justiça, governo e polícia parecem ser partilhados pelos sujeitos pesquisados, apesar das variações decorrentes da experiência direta ou indireta com a violência. O descrédito nessas instituições parece confirmar o quadro no qual o fenômeno da violência atinge ares alarmantes.

A questão da segurança é intrínseca ao indivíduo, quer ele queira ou não. Ao nascer, o indivíduo não carrega consigo a necessidade biológica de se proteger. Ele é ensinado pelo meio social no qual está inserido, principalmente pela instituição família, primeiro núcleo a acolher o indivíduo. Este papel cabe também à Igreja, à Escola e a própria instituição Polícia - enquanto representante e mantenedora da ordem. A autodefesa se constrói num processo diretamente relacionado ao meio em que esse indivíduo faz parte, ou seja, quanto mais violento o meio, mais necessidade há de proteção (FÉLIX, 2001).

Segundo consta da Constituição Federal de 1988, Art. 6º, segurança pública é "dever do Estado e direito e responsabilidade de todos". Sendo assim, a ação integrada deveria ser a prática entre todos os envolvidos nesta questão inclusive e, principalmente, a população.

O clima de insegurança, medo e vulnerabilidade gerada pela idéia de que não se sabe mais quem é quem, e de que não se pode mais confiar em ninguém, tem levado um crescente número de pessoas a resolver o problema da criminalidade por

meio de soluções privadas, contribuindo para o fortalecimento de práticas individualistas e de autoproteção, que não resolvem o problema a longo prazo, mas tendem a agravá-lo, este fato é observado não somente em Jundiaí, como também na maior parte dos municípios do Estado de São Paulo e em todo o país.

Entendemos que, ao alimentarmos o imaginário social com esta ameaça permanente do fantasma da violência, estaremos favorecendo cada vez mais a redução dos espaços de convivência e, portanto, dos espaços onde se podem construir e reforçar os laços de solidariedade e fraternidade e com certeza a identificação com o lugar.

Sob esta ótica, aspecto relevante será o de reforçar os espaços públicos de convivência, para que as pessoas se identifiquem com o lugar e os jovens tenham a possibilidade de realizar esportes e vivenciar espaços que representem verdadeiramente espaços de lazer.

Claro que devemos destacar que a carência de dados estatísticos e de levantamentos sistemáticos periódicos impede o conhecimento da impunidade no Município de Jundiaí e no Brasil todo. Através das diversas leituras realizadas para o desenvolvimento desta Tese, pode-se observar que, por exemplo, crimes como furtos ou que compreendem a chamada pequena criminalidade, em regra, não chegam a serem investigados, sobretudo se a autoria for desconhecida. Mesmo casos mais graves, como roubos, tráfico de entorpecentes e até homicídios, compõem as chamadas “áreas de exclusão penal”. Não obstante à precariedade das informações criminais existentes e das poucas pesquisas realizadas com o intuito de minimizar essa carência, temos informações suficientes que demonstram o acirramento da criminalidade no Município de Jundiaí nos últimos anos e a

concentração destes índices no centro urbano e bairros próximos às regiões com maiores ocorrências de tráfico e população de baixa renda. Percebemos que os crimes distribuídos espacialmente estão intimamente ligados à falta de oportunidades destas populações, resultado da crise estrutural que o país vive.

Outro fator de seriedade é a falta nos Departamentos da Polícia Militar e Polícia Civil da espacialização da criminalidade no Município de Jundiaí, ou seja, não há nenhum tipo de mapa que possibilite a visualização dos tipos de crimes que ocorrem no Município, para observar a distribuição e evolução dos crimes, dificultando a realização do planejamento, daí novamente evidenciar a importância deste estudo.

Vale ressaltar também que abordar o problema sob uma perspectiva de direitos humanos, segundo a qual a deficiência de direitos, que caracteriza nossa democracia como sendo de cidadania restrita, impulsiona o aumento das tensões urbanas e o aumento dos riscos a que os cidadãos estão submetidos em seu cotidiano. Portanto, qualquer política pública voltada para a minimização da vulnerabilidade social à criminalidade deve passar pelo reconhecimento desses direitos e pela universalização de serviços públicos eficientes e com qualidade.

Devemos considerar também que, para o envolvimento da população como agente decisivo na contenção da criminalidade, atuando juntamente com a polícia, é preciso que haja uma relação de confiança mútua, principalmente da população em relação a polícia, pois o medo de que esta tem de se expor é óbvio.

Os trabalhos de campo efetuados dentro das Delegacias de Polícia (Civil e Militar) demonstram que as falas dos funcionários sobre a criminalidade de Jundiaí são bem diferentes daquelas extraídas manualmente dos Boletins de Ocorrência,

ênfatizando o despreparo e o comodismo diante do cenário que apresenta considerável aumento da criminalidade entre 2003 e 2004.

O que parece evidente é que as pessoas que já foram vítimas de algum tipo de crime e tiveram algum contato por problemas pessoais com a polícia, posicionam-se de maneira mais crítica quanto a sua atuação, mesmo porque aumenta a cobrança desta parcela da população em relação à eficácia da polícia. Importa para as pessoas resolver seus problemas individuais, particulares. Interesses coletivos não fazem parte da prática cotidiana, carregada da ideologia capitalista que preza pela competitividade, consumo exacerbado das classes privilegiadas e, conseqüentemente, pelo individualismo. É preciso pensar também enquanto coletividade.

Os elementos vistos nos remetem à busca de novos paradigmas e a novas propostas. Diante disso, é interessante o conceito de Segurança Democrática, utilizado por Mendonça (2001), o qual desloca a definição da função policial da idéia de 'repressão ao crime' para a idéia de 'acompanhamento e organização dos fluxos societários', apostando na velocidade do reconhecimento entre os atores sociais responsabilizados pela função polícia e os demais segmentos societários.

A noção de segurança democrática coloca em relevo a imbricada relação entre justiça social e ordem social. Faz ver que a atenção e cuidado com as relações política-afetivas são base para qualquer teoria sobre segurança pública que pretenda deslocar o eixo da discussão da função de garantia dos dispositivos de governo para a função de estruturação e proteção do tecido societário. Finalmente, Segurança Democrática é o reconhecimento dos diferentes que precisam ser envolvidos na negociação do espaço de convivência societária. Ao invés da culpabilização individual, pressupõe a

responsabilização coletiva. Coloca os atores sociais com relações horizontalizadas do ponto de vista do valor das pessoas, de suas crenças e de seus desejos (MENDONÇA, 2001: p. 8).

Deste modo, não se pode tirar a sociedade do seu papel participativo, pois precisa aprender a exercer a democracia e não apenas se utilizar dela quando lhe convém. As pessoas querem usufruir os seus direitos, mas não querem se comprometer com os deveres. Isto vale para todas as instâncias do social e, nessa análise em especial - relacionamento entre população e polícia - é imprescindível que cada um cumpra efetivamente seu papel.

Nessa perspectiva, podemos concluir que a implantação da polícia comunitária no Município de Jundiaí ainda não chegou aos ouvidos da população, na verdade nos surpreendemos quando soubemos que Jundiaí tinha polícia comunitária - pelo fato principalmente de residir na cidade. O primeiro passo deve ser a conscientização da polícia e da comunidade, condição primordial para a realização desse objetivo; assim como, ampliar espaços de vivência nos bairros menos favorecidos de renda e escolaridade, para que as pessoas e principalmente, jovens e crianças, ocupem a sua rotina diária com esporte, artesanato, cursos de línguas, música e cultura de modo geral, para que tenham a possibilidade de mostrar o que sabem fazer e acima de tudo criar uma identidade com o lugar em que vivem, ou seja, para que se reconheçam e possam realmente ser cidadãos jundiaienses.

Vale ressaltar que o desenvolvimento desta Tese teve início em março de 2003. A motivação aumentava à medida que se percebia o crescimento da “indústria de segurança” em diferentes bairros do espaço urbano de Jundiaí (SP).

Escolheu-se este lugar por representar o meu cotidiano e de meus familiares, os quais trabalham diretamente com a Geografia do Crime, já que são da Polícia Militar do Município, como também pelo fato de trabalhar com pessoas que residem em diferentes bairros, ou seja, a descoberta da importância deste tema surgiu das conversas informais com alunos de diferentes classes sociais, mas que apresentavam aspectos comuns que era a preocupação com a criminalidade urbana em Jundiáí.

A “indústria do crime” ou “sociedade do medo” que nos chamou a atenção inicialmente ocorreu devido ao contato direto com oficiais da Polícia Militar do Município que revelaram que a criminalidade havia diminuído em Jundiáí, no entanto a população continuava com medo. Para estes oficiais havia em Jundiáí a “construção do medo” para motivar a “indústria de segurança”.

Assim, elaboramos o projeto, e, logo que, iniciamos a coleta dos dados criminais nos Boletins de Ocorrência (junho de 2003), algumas surpresas nos levaram a alterar o projeto inicial: a criminalidade no Município, não só não havia diminuído como em alguns tipos de crime, como roubo e furto de veículos, havia dobrado o número de ocorrências. A partir deste momento, o sentido “sociedade do medo” não era mais metafórico ou construído para outros fins, mas sim era real. Resolvemos então, aplicar questionários (ANEXO I) em bairros de alta, média e baixa renda para avaliarmos os níveis de satisfação da população em relação à segurança/ crime, a visão que tinham sobre a polícia comunitária e para que pudéssemos obter desta população soluções para os problemas que elas levantaram.

Deste modo, alteramos o projeto original tendo como preocupação evidenciar os bairros que mais sofrem com a criminalidade associando aos dados sócio-econômicos e indicadores sócio-econômicos, ou seja, teve como foco central identificar dados de criminalidade (roubos diversos, furtos e roubos de veículos, homicídios e tráfico de entorpecentes) relacionando-os a dados sócio-econômicos e diversos indicadores urbanos levantados por bairros do município (renda, grau de instrução, número de escolas públicas, colégios técnicos, praças, áreas de esporte e lazer, postos de saúdes e postos de polícia militar, civil ou municipal). Vale ressaltar que longe de se fazer análises preconceituosas e simplistas, buscamos levantar e refletir sobre ações que sirvam para planejar cada bairro reconhecendo o que cada bairro necessita para levar a melhoria na qualidade de vida da população e conseqüentemente reduzir o número de crimes.

O mapeamento com a identificação dos índices criminais por bairros no espaço urbano de Jundiaí-SP (roubos e furtos diversos; roubos e furtos de veículos; homicídios e tráfico de entorpecentes) permitiu identificar que os tipos de crime estão agrupados, por exemplo, roubos e furtos de veículos ocorreram em maior intensidade na Ponte São João, Pacaembu e Vila Arens/Progresso (bairros vizinhos), tanto em 2003 como em 2004. Já o os índices de homicídio e o tráfico de entorpecentes ocorreram em maior intensidade na Vila Nambi, Jardim Tamoio e São Camilo que também são bairros vizinhos e apresentam como observamos na tabela 6, baixa renda e grande concentração de crianças e jovens.

Após a identificação da criminalidade por bairro, revelou-se que os bairros Ponte São João, Vila Arens e Vila Progresso, Centro, Anhangabaú, apresentaram maiores índices de criminalidade (roubos e furtos diversos; roubos e furtos de

veículos). Vale ressaltar que a maior parte da população apresenta renda média e nível de estudo médio para alto e a estrutura populacional apresenta uma população, na maior parte, de 39 anos acima. Ao observarmos a localização destes bairros, juntamente com a localização dos bairros que apresentaram maiores índices de tráfico de entorpecentes e homicídios (Vila Nambi, Jardim São Camilo e Jardim Tamoio) percebemos que os primeiros (Ponte São João, Vila Arens e Vila Progresso, Centro, Anhangabaú) são “lugares de passagem” destes bairros, tanto para o centro do Município como para as principais rodovias (Anhanguera e Bandeirantes). Assim, consideramos que estes bairros sofrem com a criminalidade urbana demonstrada na Figura 14 deste estudo.

Deste modo, denominamos de “fluxos de criminalidade” a localização destes bairros, pois estão próximos aos bairros que indicaram elevados índices de criminalidade no que se refere ao número de homicídios e tráfico de entorpecentes: Vila Nambi, Jardim Tamoio e Jardim São Camilo. Estes bairros apresentam, em sua maioria, mais de 20% da estrutura populacional de crianças de 0 a 9 anos de idade e cerca de 40% da população de jovens. São bairros com baixo nível de instrução, poucas áreas de lazer, nenhuma escola técnica gratuita. Já, os bairros que mais sofrem com a criminalidade urbana (Ponte São João, Vila Arens e Vila Progresso, Centro, Anhangabaú) apresentam uma estrutura populacional concentrada na população adulta e idosa, aspecto que revela que são bairros que possuem melhor renda e apresentam de médio a alto nível de instrução, como também apresentam maiores concentrações de equipamentos urbanos (escolas, praças, áreas de lazer) e pela própria facilidade e “liberdade financeira” de poderem se deslocar à procura de melhor qualidade de vida (lazer, esporte, cultura).

Propomos para os bairros que apresentam elevados índices de homicídios e tráfico de entorpecentes, como também os piores indicadores sócios - econômicos, bem como a falta de infra-estrutura necessária para boa qualidade ambiental, a necessidade urgente de se criar espaços culturais, de desenvolvimento de técnicas e habilidades, salas de informática, esportes, lazer etc, para que os jovens destes bairros, que são a maioria, possam se identificar com o lugar, ocuparem suas energias para o desenvolvimento e realização de trabalho, para que possam ter renda, para que possam se sentir úteis e com dignidade. O primeiro passo é possibilitar a melhoria da qualidade ambiental destes bairros, para que a qualidade de vida seja alcançada no seu sentido pleno. Dar condições para que pelo menos tenham a capacidade de escolher caminhos que tragam a qualidade de vida e sejam capazes de se orgulhar por terem transformado dignamente o lugar em que convivem.

É fácil colocar a população que vive nos bairros que sofrem com a criminalidade como vítimas, mas não devemos esquecer que o fato de serem vítimas faz parte de um processo, fruto do sistema econômico adotado e que se identifica principalmente pela má distribuição de renda, exclusão social. O fato é que todos têm que contribuir para redução da criminalidade no Município de Jundiaí e em todo o país. Várias questões devem ser refletidas: por que as classes com média e alta renda estão se cercando com grades, carros blindados, cercas elétricas etc? Por que esta classe é a que mais sofre com a criminalidade? Devemos culpar quem: a consequência ou a causa da criminalidade?

Assim, a Geografia do Crime em Jundiaí está intimamente ligada à qualidade ambiental dos bairros. Se os bairros que possuem péssima qualidade ambiental

continuarem excluídos do direito a verdadeira cidadania, produzirão “corredores de criminalidade” ou “fluxos de criminalidade” e aqueles que mais sofrem pelo que observamos em Jundiaí, é a classe com renda média e bom nível de instrução por estarem próximos a estes bairros marginalizados pelo capitalismo vigente.

Referências:

ADORNO, S. Democracia e pena de morte: as antinomias de um debate. In: **CEM. Travessia: revista do migrante**. São Paulo, Ano V, Nº 13, mai./ago, p.18-26, 1992

_____. Crime, justiça penal e igualdade jurídica: os crimes que se contam no tribunal de júri. **Revista USP**. São Paulo, 21: 133-51. Mar./mai., 1994.

AB'SABER, A.N. A Serra do Japi, sua origem geomorfológica e a teoria dos refúgios. In: L.P.C. Morellato (org.), **História Natural da Serra do Japi**. Editora Unicamp, p.12-23. 1992

AJARA, C. “A abordagem geográfica: suas possibilidades no tratamento da questão ambiental” . **Geografia e Questão Ambiental** . (Org.: Olindina Vianna Mesquita e Solange Tietzmann), Rio de Janeiro: IBGE; 1993

ALLARDT, E. “Dimensions of Welfare in a Comparative Scandinavian Study”, **Acta Sociológica**, vol. XIX, n.º 3. 1976.

BEATO Fº., C. C. Ação e estratégia das Organizações Policiais. **CRISP - Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança**, Artigos, UFMG, Belo Horizonte, [S.d.]. Disponível em: < <http://www.crisp.ufmg.br> > Acessado em: 10 set. 2004.

BIDERMAN, I . “Cultura do medo, gerada pela violência, determina vida do cidadão”. IN: **Folha de São Paulo**. 04/03/2004

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. 2000. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp. 399 pp.

CALVINO, I. “**As cidades invisíveis**”. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003

CARDIA, N. et al. “Homicídio e Violação de Direitos Humanos em São Paulo”. IN: **Núcleo de Estudos da Violência - NEV/USP**. São Paulo. 2003.

CARQUEJO, Délio. “A Criminalidade “aparente” em Portugal nos anos de 1995 a 1998”. IN: **IV Congresso Português de Sociologia** . Lisboa. 1998.

CASTRO, Lola A. “**Criminologia da Reação Social**”, trad. Ester Kosovski, Rio de Janeiro: Forense, 1983, 208p.

CICERCHIA, A. "Indicators for the Measurement of the Quality of Urban Life. What is the Appropriate Territorial Dimension", ***Social Indicators Research***, n.º 39, p.321-358. 1996.

COELHO, E. Campos. A Criminalização da Marginalidade e a Marginalização da Criminalidade. **Rev. Adm. Pública**, v.12, p.139-61, 1978.

COSTA, H.S.M. “Desenvolvimento Urbano Sustentável: Uma Contradição de Termos?”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n.2, março. p.55-71. 2000.

DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop**. Fortaleza, Tese de Doutorado em Sociologia, PPGS-UFC, 1998 (mimeo).

DONNICI, Virgílio Luiz. **“A Criminalidade no Brasil (meio milênio de repressão)”**. Rio de Janeiro: Forense, 1984, 273p.

FELIX, S.A. **A Geografia do Crime Urbano: aspectos teóricos e o caso de Marília-SP**. (Tese de Doutorado). Unesp: Rio Claro, 1996.

_____. Crise social e criminalidade: a desintegração dos laços sociais. In: ROYO, M. (org.) **Cadernos da F.F.C. - Globalização e Dimensões da Crise Brasileira**. Marília, SP: Unesp Publicações, 1999, pp. 95-104.

_____. et al. **Vitimização: um estudo do perfil e do comportamento das vítimas de Marília - SP**. Relatório Científico de Pesquisa, n. 1, UNESP - FAPESP, Marília, jul. 2001, mimeo.

_____. **Geografia do Crime: Interdisciplinaridade e Relevâncias**. Marília: Marília-Unesp-Publicações, 2002.

FEIGUIN, D. & LIMA, R. S. Tempo de violência: medo e insegurança em São Paulo. In: **Revista da Fundação Seade: São Paulo em Perspectiva**, Vol. 9, Nº 2, São Paulo, abr/jun1995.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Informações dos Municípios Paulistas**. 2002. Disponível em <http://www.seade.gov.br/cgi-bin/lingcv98/spd_01.ksh>. Acesso em: 10 abril de 2004.

GALINA, M. H.; TROPMAIR, H.; VERONA, J.A. “Reflexões sobre a urbanização brasileira: os problemas sócio-ambientais e o papel do geógrafo na gestão e no planejamento público”. **Revista de Estudos Ambientais**, Blumenau, v.6, n.1, 19-27, janeiro/abril 2004.

GALLOPIN, Gilberto. "Calidad de Vida y Necesidades Humanas". En: **Sistemas Ambientales Venezolanos**, Caracas: Proyeto Ven /79/001, 1982.

GIACOMAZZI, M.C.G. 1997. **O Cotidiano da Vila Jardim: um estudo de trajetórias, narrativa biográficas e sociabilidades, sob o prisma do medo da cidade. Porto Alegre, RS.** Tese de Doutorado em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

GOUGH, J. "Human Needs and Social Welfare", IN: ***The Quality of Life and Communication in Metropolitan Services, International Meeting***, Veneza. 1982.

GUIMARÃES, R. P. "Ecopolítica em Áreas Verdes Urbanas: A Dimensão Política dos Indicadores da Qualidade Ambiental". ***Qualidade da Vida Urbana***. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

GUTMAN, P. "Población y Calidad de Vida". En: **Sistemas Ambientales Venezolanos**, Caracas, 1983.

HARRIES, K.D. "Rejoinder to Richard Peet: The Geography of Crime: A Political Critique. ***The Professional Geographer***, XXVII (3), p. 280-282, 1975.

IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município de Jundiaí, fornecidos em meio eletrônico.2000

JACOBI, P., GRONSTEIN, D. M. Cidades Sustentáveis – Falta de planejamento urbano gera impactos socioambientais. **Centro de Referência em Gestão Ambiental para Assentamento Humanos**. Home Page. URL: <http://www.bsi.com.br/unilivre/centro/forum/cidad>. Consultado em 27/10/2001.

KEINERT, Tânia e KARRUZA, Ana Paula. **Qualidade de Vida: observatórios experiências e metodologias**. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades. Entre Territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo. Cortez Editora. 2003.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. São Paulo. Civilização Brasileira. 2006.

MACEDO, R.K. de “A importância da avaliação ambiental” . **Análise Ambiental: Uma visão Multidisciplinar** . Sâmia Maria Tauk (organizadora). São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

MALLMANN et al . “Calidad de Vida y Necesidades Humanas”. ”.En: **Sistemas Ambientales Venezolanos** : Proyecto et al . “**Calidad de Vida y Necesidades Humanas**”. Proyecto Vem/79/001,1982.

McNEIL, W. H. A onda crescente de violência urbana. In: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial/Fundação Armando Álvares Penteado. **Braudel Papers**, nº 7, mai./jun.de 1994.

MENDONÇA F^o., M. ***A noção de segurança democrática como alternativa para a crise da função policial.*** Aracaju, UFS, 2001, mimeo.

MESQUITA NETO, Paulo de. “Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. **São Paulo em Perspectiva**, 18(1): 103-110, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Projeto PNUD – BRA/94/016. Formulação e Implementação de Políticas Públicas Compatíveis com os Princípios de Desenvolvimento Sustentável Definidos na Agenda 21. **Cidades Sustentáveis.** Parceria 21 – IBAM – ISER – REDEH, 2000.

MUNIZ, J. de O. Polícia brasileira tem história de repressão social. **Com Ciência.** [S.l.], 2001]. Disponível em: Acessado em: 15 jun. 2004.

NEVES, P. S. C. **Segurança pública e cidadania: em busca de novas formas de sociabilidade.** Aracaju: UFS, 2002, MIMEO.

NOVO, H. A. “**A dimensão ético-afetiva dos discursos sobre violência: implicações para o processo de convivência social**”. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1996

NUVOLATI, G. **La qualità della vita urbana. Teorie, metodi e risultati della ricerca,** Milano, Franco Angeli. 1998

OLIVEIRA, Livia de “A percepção da qualidade ambiental” . **Ação do Homem e a Qualidade Ambiental** . Rio de Janeiro: ARGEO e Câmara Municipal, 1983.

OLIVEIRA, A. L. C. M. de **Jundiaí Terra Querida/ Conhecimentos Gerais sobre Jundiaí**. Jundiaí- SP. Literarte. 1992

QUEIROZ, I. S. **Territorialidades do medo no Grande Bom Jardim: a violência como vetor de mudanças no espaço urbano de Fortaleza**. Recife. Dissertação de mestrado em Geografia, PPGG-UFPE, 2000 (mimeo).

SANTOS, L.D.; MARTINS, I. A qualidade de vida urbana: o caso da cidade do Porto. **WORKING PAPERS DA FEP**. Investigação - Trabalhos em curso - nº 116, Maio de 2002

SANTOS, S.M. 1999"**Homicídios em Porto Alegre, 1996: análise ecológica de sua distribuição e contexto socioespacial**" Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

SEN, A. Capacidad y Bienestar. En: **Nussbaum, M. Calidad de Vida**: 55 – 79. New York. Estados Unidos. 1996.

SETIÉN, M.L. **Indicadores Sociales de Calidad de Vida**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas. 1993.

SOUZA, L.A.F. de "Direitos Humanos e Violência. A Geografia do Crime e a Insegurança na Cidade de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo". IN: **Núcleo de Estudos da Violência- NEV/USP**. São Paulo. 9p. 2004.

SOUZA, M.A.A. de- **A identidade da metrópole. A verticalização de São Paulo.** São Paulo. Tese de Livre-docência. DG/FFLCH/USP, 1989.

SOUZA, M. (1998). “O discurso mediático como portador da violência secundária”. In: **Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos – psicologia, direitos humanos e sofrimento mental.** Brasília. Capturado em 24 ago. 2004, de <[http:// www.psicologia-online.org.br](http://www.psicologia-online.org.br)>.

STROHMEIER, K.P. Determinants of Urban Violence and their Interlinkages: an analysis of ecological distributions and correlations. Pilot Project: Ruhrgebiet, paper nº 3, **Meeting of the Consultative Group on Urban Health Research,** WHO, Kobe, Japan, 1998

TROJANOWICZ, Robert. “**Policiamento Comunitário: como começar**”. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

TROPPEMAIR, H. **Atlas da Qualidade Ambiental e de Vida de Rio Claro** . Rio Claro: Unesp/IGCE, 1992.

_____. **Biogeografia e Meio Ambiente.** Rio Claro, Ed. do Autor, 1995, 258p.

TUAN, YI-FU. “Environment and the Quality of Life”. Hammond, Kenneth et al. (ed) **Soucebook on the Environment,** Hammond, Kenneth et alii (ed.), (London: University of Chicago Press, 1978).

ULTRAMARI, C. Da Viabilidade de um Desenvolvimento Sustentável para as Cidades. Centro de Referência em Gestão Ambiental para Assentamentos Humanos. Home Page. URL: <http://www.bsi.com.br/unilivre/centro/forum/viab>. Consultado em 27/04/2000.

ZALUAR, A. M. **“A complexidade da violência: determinantes e conseqüências”**. Projeto de Pesquisa do PRONEX, Programa de Apoio a Núcleos de Excelência, e CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, [S.l.], [1999]. Disponível em: Acessado em: 20 out. 2002.

_____. Qualidade de Dados: Políticas Públicas Eficazes e Democracia. Sessão temática Violência e Criminalidade. **Textos para Discussão, Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais/CONFEST - Informação para uma Sociedade mais Justa**, v.8, tomo 3, sessões 73 a 76, 27 a 31 de maio de 1996. Rio de Janeiro. IBGE. 1996

ANEXO I:**MODELO DE QUESTIONÁRIO⁶**

Bairro em que mora:

Idade:

Profissão:

Qual o problema que você percebe que é mais sério no bairro em que você mora?

Por que você acredita que ocorra este problema?

Você sabe o que é “polícia comunitária”?

Você sabia que Jundiaí possui “polícia comunitária”?

Quais as soluções, na sua opinião, para reduzir o problema que você destacou como principal que ocorre no bairro em que mora?

⁶ Os questionários foram aplicados em bairros de alta, média e baixa renda e teve total de 200 questionários aplicados.

Objetivo: avaliar o nível de satisfação da população em relação à “polícia comunitária” do Município de Jundiaí-SP

ANEXO II:

De acordo com dados da Fundação SEADE (2004) o Município de Jundiaí apresenta dos seguintes dados sócio- econômicos:

| | | Ano | Município | Reg. Gov. | Estado | | |
|--|--------------------------|-----------|-----------|-----------|------------|--------|------|
| Demografia | | | | | | | |
| Caracterização do Território | | | | | | | |
| <u>População</u> | | 2004 | 341.420 | 729.576 | 39.326.776 | | |
| <u>Taxa de Urbanização (Em %)</u> | | 2004 | 93,75 | 91,89 | 93,69 | | |
| <u>Taxa geométrica crescim. anual da população - 2000/2004 (Em % a.a.)</u> | | 2004 | 1,39 | 2,16 | 1,55 | | |
| <u>Área (Em Km2)</u> | | 2004 | 450 | 1.755 | 248.600 | | |
| Taxas | | | | | | | |
| <u>Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)</u> | | 2002 | 9,92 | 11,97 | 15,04 | | |
| <u>Mortalidade Geral (Por mil habitantes)</u> | | 2002 | 6,50 | 5,92 | 6,21 | | |
| <u>Mortalidade por homicídio (Por cem mil habitantes)</u> | | 2002 | 17,77 | 18,31 | 38,93 | | |
| Condições de Vida | | | | | | | |
| | | Município | | RG | | Estado | |
| | | 1997 | 2000 | 1997 | 2000 | 1997 | 2000 |
| <u>IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social</u> | | | | | | | |
| Dimensões | | | | | | | |
| <u>Riqueza</u> | | 64 | 64 | 61 | ... | 60 | 60 |
| <u>Longevidade</u> | | 63 | 68 | 64 | ... | 60 | 65 |
| <u>Escolaridade</u> | | 76 | 93 | 68 | ... | 71 | 87 |
| Ano | Grupo | | | | | | |
| 1997 | Grupo 1 - município-pólo | | | | | | |
| 2000 | Grupo 1 - município-pólo | | | | | | |
| IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal | | | | | | | |
| IDHM | | 2000 | 0,857 | ... | 0,814 | | |
| Finanças Públicas | | | | | | | |
| | | Ano | Município | Reg. Gov. | Estado | | |
| Arrecadação per capita de | | | | | | | |
| <u>ICMS (Em Reais de 2002)</u> | | 2002 | 1.735,04 | 1.330,74 | 939,21 | | |

| | | | | |
|--|------|---------------|---------------|-----------------|
| <u>IPTU (Em Reais de 2001)</u> | 2001 | 81,82 | ... | ... |
| <u>ISS (Em Reais de 2001)</u> | 2001 | 75,86 | ... | ... |
| <u>Valor Adicionado Total (Em Reais de 2002)</u> | 2002 | 4.747.181.188 | 9.327.728.350 | 309.497.504.387 |
| <u>Participação no Estado (Em %)</u> | 2002 | 1,53384 | 3,01383 | 100,00000 |
| <u>Valor Adicionado per capita (Em Reais de 2002)</u> | 2002 | 14.293,96 | 13.345,48 | 8.118,25 |
| <u>Receita Municipal Total per capita (Em Reais de 2001)</u> | 2001 | 1.106,20 | ... | ... |
| <u>Cota-parte do ICMS per capita (Em Reais de 2001)</u> | 2001 | 364,28 | ... | ... |
| <u>Cota-parte do FPM per capita (Em Reais de 2001)</u> | 2001 | 40,11 | ... | ... |
| <u>Índice de participação do ICMS (Em %)</u> | 2004 | 1,30139632 | 2,53109499 | 100,00000000 |

Saúde & Saneamento

| | Ano | Município | RG | Estado |
|--|------|-----------|------|--------|
| Recursos físicos | | | | |
| <u>Leitos SUS</u> | 2002 | 254 | 601 | 77.629 |
| <u>Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)</u> | 2002 | 0,76 | 0,86 | 2,04 |

| | Ano | Município | RG | Estado |
|--|------|-----------|-------|--------|
| Saneamento | | | | |
| <u>Abastecimento de Água - Nível de Atendimento (Em %)</u> | 2000 | 97,27 | 92,97 | 97,38 |
| <u>Esgoto Sanitário - Nível de Atendimento (Em %)</u> | 2000 | 95,08 | 86,86 | 85,72 |
| <u>Coleta de Lixo - Nível de Atendimento (Em %)</u> | 2000 | 99,72 | 99,12 | 98,90 |

Educação

| | Ano | Município | RG | Estado |
|---|------|-----------|--------|-----------|
| Instrução da População | | | | |
| <u>Taxa de Analfabetismo da população de 15 anos ou mais (Em %)</u> | 2000 | 5,01 | 6,32 | 6,64 |
| Matrícula Inicial na Pré-Escola | | | | |
| <u>Rede Estadual</u> | 2003 | - | - | 143 |
| <u>Rede Municipal</u> | 2003 | 9.776 | 20.442 | 1.073.281 |
| <u>Rede Particular</u> | 2003 | 2.025 | 2.829 | 252.298 |
| <u>Total</u> | 2003 | 11.801 | 23.271 | 1.325.949 |

| Matrícula Inicial no Ensino Fundamental | | | | |
|---|------|--------|---------|-----------|
| <u>Rede Estadual</u> | 2003 | 18.573 | 41.313 | 3.108.410 |
| <u>Rede Municipal</u> | 2003 | 19.160 | 52.405 | 2.012.287 |
| <u>Rede Particular</u> | 2003 | 11.072 | 14.528 | 777.712 |
| <u>Total</u> | 2003 | 48.805 | 108.246 | 5.898.603 |
| Matrícula Inicial no Ensino Médio | | | | |
| <u>Rede Pública</u> | 2003 | 16.201 | 35.207 | 1.828.333 |
| <u>Rede Particular</u> | 2003 | 3.696 | 4.570 | 272.490 |
| <u>Total</u> | 2003 | 19.897 | 39.777 | 2.100.823 |
| Matrícula na Educação Superior | | | | |
| <u>Rede Federal</u> | 2002 | - | - | 8.102 |
| <u>Rede Estadual</u> | 2002 | - | - | 92.029 |
| <u>Rede Municipal</u> | 2002 | 918 | 918 | 53.301 |
| <u>Rede Particular</u> | 2002 | 7.481 | 8.261 | 550.191 |
| <u>Rede Comunitária/Confessional/Filantrópica</u> | 2002 | - | 4.252 | 285.073 |
| <u>Total</u> | 2002 | 8.399 | 13.431 | 988.696 |

Trabalho & Renda

Estabelecimentos cadastrados no Ministério do Trabalho

| SETOR | Ano | Estabelecimentos | Trabalhadores Formais |
|------------------|------|------------------|-----------------------|
| <u>Indústria</u> | 2001 | 1.034 | 31.798 |
| <u>Comércio</u> | 2001 | 2.833 | 20.295 |
| <u>Serviços</u> | 2001 | 2.557 | 32.186 |
| <u>Outros</u> | 2001 | 142 | 599 |
| <u>Total</u> | 2001 | 6.566 | 84.878 |

| | Ano | Município | Reg. Gov. | Estado |
|--|------|-----------|-----------|--------|
| Rendimento | | | | |
| <u>Pessoas Responsáveis pelos Domicílios com Rendimento até 1/2 sal.min. (Em %)</u> | 2000 | 0,16 | 0,21 | 0,37 |
| <u>Pessoas Responsáveis pelos Domicílios com Rendimento entre mais de 1/2 a 01 sal.min. (Em %)</u> | 2000 | 6,10 | 6,96 | 9,31 |
| <u>Pessoas Responsáveis pelos Domicílios com Rendimento entre mais de 01 a 02 sal.min. (Em %)</u> | 2000 | 10,70 | 13,16 | 14,76 |
| <u>Pessoas Responsáveis pelos Domicílios com Rendimento entre mais de 02 a 03 sal.min. (Em %)</u> | 2000 | 11,32 | 13,74 | 13,58 |
| <u>Pessoas Responsáveis pelos Domicílios com Rendimento entre mais de 03 a 05 sal.min. (Em %)</u> | 2000 | 19,57 | 20,97 | 18,98 |

| | | | | |
|---|------|-------|-------|-------|
| <u>Pessoas Responsáveis pelos Domicílios com Rendimento entre mais de 05 a 10 sal.min. (Em %)</u> | 2000 | 26,25 | 23,44 | 19,77 |
| <u>Pessoas Responsáveis pelos Domicílios com Rendimento maior que 10 sal.min. (Em %)</u> | 2000 | 20,50 | 14,57 | 14,30 |
| <u>Pessoas Responsáveis pelos Domicílios sem Rendimento. (Em %)</u> | 2000 | 5,41 | 6,97 | 8,94 |
| <u>Pessoas Responsáveis pelos Domicílios sem Declaração de Rendimento. (Em %)</u> | 2000 | - | - | - |

ANEXO III:

Dados sobre renda e instrução que deram origem aos gráficos disponíveis nas figuras 15, 16, 17, 18 e 19:

RENDA

| <i>Bairros</i> | <i>Número Total de Residências</i> | <i>I</i> | <i>II</i> | <i>III</i> | <i>IV</i> | <i>V</i> | <i>VI</i> | <i>VII</i> |
|--------------------------|------------------------------------|----------|-----------|------------|-----------|----------|-----------|------------|
| Aeroporto | 137 | 2 | 10 | 82 | 17 | 7 | 4 | 16 |
| Agapeama(41) | 2785 | 222 | 290 | 885 | 853 | 196 | 128 | 211 |
| Anhangabau(29) | 2672 | 125 | 210 | 560 | 596 | 269 | 259 | 657 |
| Caxambu(19) | 991 | 77 | 80 | 290 | 272 | 85 | 59 | 129 |
| Cecap | 4159 | 235 | 530 | 1495 | 1080 | 233 | 126 | 461 |
| Centro(25) | 3811 | 131 | 207 | 705 | 1037 | 449 | 387 | 894 |
| Cerâmica Ibetel(18) | 237 | 20 | 30 | 105 | 52 | 14 | 2 | 15 |
| Colônia(24) | 1839 | 94 | 170 | 570 | 594 | 139 | 105 | 167 |
| Distrito Industrial(10) | 154 | 10 | 8 | 70 | 40 | 10 | 3 | 13 |
| Engordadouro(11) | 627 | 34 | 130 | 260 | 73 | 26 | 19 | 89 |
| Ermida(9) | 32 | 3 | 5 | 12 | 10 | 0 | 1 | 1 |
| Gramadão(34) | 1761 | 216 | 530 | 765 | 119 | 4 | 2 | 129 |
| Horto Florestal(15) | 966 | 79 | 120 | 250 | 205 | 78 | 60 | 173 |
| Hortolândia(27) | 3285 | 297 | 435 | 1150 | 807 | 193 | 130 | 273 |
| Jardim das Tulipas(06) | 1554 | 63 | 160 | 660 | 507 | 64 | 18 | 82 |
| Jardim do Lago(40) | 5111 | 334 | 495 | 1660 | 1605 | 377 | 211 | 433 |
| Jardim Nambi(43) | 2253 | 175 | 300 | 880 | 546 | 118 | 46 | 189 |
| Jardim Pacaembu(45) | 2853 | 164 | 275 | 865 | 877 | 267 | 181 | 228 |
| Jardim Samambaia(32) | 563 | 8 | 20 | 50 | 87 | 67 | 94 | 238 |
| Jardim São Camilo(23) | 3482 | 316 | 610 | 1360 | 608 | 106 | 64 | 416 |
| Jardim Tamoio(46) | 3182 | 269 | 415 | 1050 | 752 | 221 | 111 | 364 |
| Jundiaí Mirim(22) | 2854 | 253 | 370 | 1130 | 704 | 101 | 45 | 251 |
| Malota(35) | 181 | 2 | 6 | 15 | 21 | 16 | 27 | 94 |
| Marco Leite(16) | 138 | 7 | 20 | 55 | 24 | 5 | 4 | 23 |
| Medeiros(7) | 928 | 78 | 120 | 300 | 238 | 53 | 35 | 107 |
| Moisés(31) | 93 | 12 | 6 | 25 | 20 | 6 | 9 | 14 |
| Nova Odessa(20) | 210 | 12 | 32 | 80 | 48 | 6 | 8 | 27 |
| Parque Centenário(13) | 668 | 49 | 90 | 260 | 165 | 28 | 9 | 66 |
| Parque do Colégio(28) | 1203 | 17 | 45 | 130 | 255 | 111 | 156 | 489 |
| Parque Eloy Chaves(8) | 2587 | 46 | 90 | 457 | 962 | 405 | 301 | 330 |
| Pinheirinho/ Represa(14) | 81 | 8 | 17 | 24 | 21 | 1 | 1 | 9 |
| Ponte São João(47) | 2552 | 146 | 227 | 711 | 751 | 230 | 156 | 331 |

| | | | | | | | | |
|--------------------------------|------|-----|-----|------|------|-----|-----|-----|
| Retiro(44) | 1683 | 34 | 60 | 218 | 328 | 202 | 226 | 615 |
| Torres de São José(12) | 1788 | 66 | 125 | 464 | 451 | 151 | 153 | 379 |
| Vale Azul(17) | 185 | 5 | 20 | 55 | 63 | 9 | 9 | 23 |
| Vianelo/ Bonfiglioli(38) | 4429 | 211 | 270 | 1079 | 1271 | 449 | 417 | 733 |
| Vila Alvorada(33) | 4331 | 220 | 350 | 1365 | 1458 | 356 | 206 | 378 |
| Vila Arens/ Vila Progresso(39) | 4167 | 210 | 325 | 1122 | 1226 | 392 | 333 | 559 |
| Vila Maringá(36) | 4245 | 275 | 385 | 1264 | 1191 | 377 | 263 | 486 |
| Vila Municipal(26) | 985 | 37 | 75 | 271 | 289 | 87 | 68 | 158 |
| Vila Rami(37) | 3390 | 210 | 315 | 974 | 896 | 279 | 243 | 476 |
| Vila Rio Branco(21) | 2794 | 160 | 225 | 874 | 907 | 247 | 149 | 236 |

FONTE: Censo Demográfico, 2000- IBGE

INSTRUÇÃO

| | <i>Total/ Res.</i> | <i>sem e <1</i> | <i>1 a 3 anos</i> | <i>4 a 7</i> | <i>8 a 10</i> | <i>11 a 14</i> | <i>15 anos ou mais</i> |
|--------------------------|--------------------|--------------------|-----------------------|--------------|---------------|--------------------|----------------------------|
| Aeroporto | 137 | 10 | 27 | 38 | 16 | 27 | 18 |
| Agapeama(41) | 2785 | 142 | 362 | 1066 | 559 | 464 | 164 |
| Anhangabau(29) | 2672 | 114 | 284 | 645 | 340 | 575 | 693 |
| Caxambu(19) | 991 | 85 | 141 | 319 | 150 | 192 | 101 |
| Cecap | 4159 | 178 | 478 | 1513 | 895 | 777 | 302 |
| Centro(25) | 3811 | 78 | 254 | 881 | 516 | 958 | 1106 |
| Cerâmica Ibetel(18) | 237 | 34 | 42 | 101 | 35 | 21 | 4 |
| Colônia(24) | 1839 | 78 | 193 | 607 | 378 | 403 | 178 |
| Distrito Industrial(10) | 154 | 14 | 34 | 67 | 24 | 13 | 2 |
| Engordadouro(11) | 627 | 59 | 166 | 215 | 83 | 58 | 45 |
| Ermida(9) | 32 | 3 | 7 | 13 | 5 | 3 | 1 |
| Gramadão(34) | 1761 | 304 | 419 | 739 | 210 | 69 | 19 |
| Horto Florestal(15) | 966 | 62 | 149 | 284 | 133 | 210 | 127 |
| Hortolândia(27) | 3285 | 305 | 500 | 1149 | 631 | 512 | 181 |
| Jardim das Tulipas(06) | 1554 | 79 | 155 | 601 | 399 | 267 | 45 |
| Jardim do Lago(40) | 5111 | 311 | 629 | 1909 | 1038 | 945 | 261 |
| Jardim Nambi(43) | 2253 | 265 | 330 | 809 | 431 | 309 | 102 |
| Jardim Pacaembu(45) | 2853 | 100 | 336 | 1010 | 488 | 616 | 295 |
| Jardim Samambaia(32) | 563 | 13 | 24 | 57 | 47 | 134 | 287 |
| Jardim São Camilo(23) | 3482 | 486 | 612 | 1481 | 503 | 290 | 90 |
| Jardim Tamoio(46) | 3182 | 266 | 466 | 1195 | 571 | 452 | 226 |
| Jundiaí Mirim(22) | 2854 | 232 | 462 | 1231 | 542 | 328 | 57 |
| Malota(35) | 181 | 2 | 7 | 17 | 7 | 36 | 111 |
| Marco Leite(16) | 138 | 7 | 27 | 55 | 20 | 15 | 14 |
| Medeiros(7) | 928 | 65 | 135 | 332 | 157 | 162 | 77 |
| Moisés(31) | 93 | 9 | 6 | 30 | 21 | 14 | 13 |
| Nova Odessa(20) | 210 | 21 | 50 | 81 | 20 | 28 | 10 |
| Parque Centenário(13) | 668 | 62 | 103 | 306 | 119 | 64 | 14 |
| Parque do Colégio(28) | 1203 | 14 | 56 | 181 | 119 | 324 | 498 |
| Parque Eloy Chaves(8) | 2587 | 40 | 112 | 570 | 486 | 963 | 413 |
| Pinheirinho/ Represa(14) | 81 | 8 | 13 | 35 | 15 | 8 | 2 |
| Ponte São João(47) | 2552 | 82 | 279 | 852 | 389 | 582 | 365 |
| Retiro(44) | 1683 | 28 | 87 | 236 | 201 | 504 | 587 |
| Torres de São José(12) | 1788 | 106 | 190 | 517 | 326 | 374 | 266 |
| Vale Azul(17) | 185 | 15 | 26 | 66 | 29 | 31 | 14 |
| Vianelo/ Bonfiglioli(38) | 4429 | 141 | 396 | 1214 | 652 | 1108 | 884 |

| | | | | | | | |
|--------------------------------|------|-----|-----|------|-----|-----|-----|
| Vila Alvorada(33) | 4331 | 283 | 537 | 1396 | 862 | 924 | 323 |
| Vila Arens/ Vila Progresso(39) | 4167 | 127 | 404 | 1380 | 638 | 915 | 697 |
| Vila Maringá(36) | 4245 | 300 | 508 | 1384 | 759 | 873 | 404 |
| Vila Municipal(26) | 985 | 26 | 89 | 287 | 145 | 237 | 201 |
| Vila Rami(37) | 3390 | 195 | 428 | 1105 | 518 | 643 | 497 |
| Vila Rio Branco(21) | 2794 | 111 | 368 | 906 | 506 | 590 | 303 |

FONTE: Censo Demográfico, 2000- IBGE

ANEXO IV:

GALERIA DE FOTOS DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ-SP ⁷



Foto 1- Vista aérea do Município de Jundiaí-SP. Ao longe se vê os denominados "Mares de Morros"

⁷ AS FOTOS AQUI APRESENTADAS TIVERAM COMO FONTE A IMPRENSA DE JUNDIAÍ. AGOSTO/2005.



Foto 2: A Igreja Matriz do Município de Jundiáí- SP, localizada na área central, representa a história da cidade moldada em torno dos cafezais.¹



Foto 3: Teatro Polytheama. Este Teatro foi revitalizado e com certeza hoje representa um espaço de grande valor cultural para o Município.



**Foto 4: O Município está assentado na “Serra do Japi”.
Bela região dos “Mares de Morros”.**



Foto 5: O brilho da cidade à noite. O entroncamento das principais avenidas: Avenida Nove de Julho e Avenida Jundiá.

Fotos dos bairros que apresentaram baixos indicadores sócio-econômicos e elevados índices de tráfico de entorpecentes e homicídios⁸



Foto 6: Vila Nambi- Zona Leste do Município de Jundiaí

⁸ Fotos fornecidas pelo Oficial da Polícia Militar de Jundiaí Alberto Tiago Carvalho Verona



Foto 7: Vila Nambi



Foto 8: Bairro São Camilo- Zona Leste do Município de Jundiá



Foto 9: Bairro São Camilo



Foto 10: Jardim Tamoio - Zona Leste do Município de Jundiaí



Foto 11: Jardim Tamoio
